



EDITORIAL PRESENÇA / MARTINS FONTES

Leonardo Benevolo

As Origens da Urbanística Moderna

LEONARDO BENEVOLO

# as origens da urbanística moderna

COLEÇÃO DIMENSÕES

Ao historiar as origens da urbanística moderna, L. Benevolo tem como finalidade a descoberta dos motivos que a levaram a formar, e conservar ainda hoje, o carácter de um território aplicado a posteriori, na medida em que é condicionada por acontecimentos que, pelo contrário, deveria controlar. Reconhecido, diz Benevolo, o conteúdo político virtual das opções urbanísticas através do debate cultural dos últimos trinta anos, só poderá, contudo, tornar-se realidade as tendências renovadoras da urbanística moderna, quando retomarem contacto com as forças políticas que pretendem uma análoga renovação da sociedade.

GEOCINCÍAS

711(091)  
B4650

IGC

N.Cham. 711(091) B4650  
Autor: Benevolo, Leonardo.  
Título: As origens da urbanística moder



286648706

AC. 51143



LEONARDO BENEVOLO

# as origens da urbanística moderna

## COLEÇÃO DIMENSÕES

1. A ARTE COMO OFÍCIO — Bruno Munari
2. O DESIGN INDUSTRIAL E A SUA ESTÉTICA — Gillo Dorfles
3. ARTISTA E DESIGNER — Bruno Munari
4. APRENDIZAGEM DA FOTOGRAFIA — INICIAÇÃO — Michael Langford
5. DESENHO DE PERSPECTIVA — Robert W. Gill
6. DESENHO BÁSICO — As Dinâmicas da Forma Visual — Maurice de Sausmarez
7. PROJECTAR A CIDADE MODERNA — L. Benevolo, Tommaso Giura Longo e Carlo Melograni
8. APRENDIZAGEM DA FOTOGRAFIA — APERFEIÇOAMENTO — Michael Langford
9. FANTASIA, Invenção, Criatividade e Imaginação — Bruno Munari
10. AS ORIGENS DA URBANÍSTICA MODERNA, Leonardo Benevolo

64 5143

U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



286648706

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA.

Ac. 51143

EDITORIAL PRESENÇA

PORTUGAL

LIVRARIA MARTINS FONTES

BRASIL

## PREFÁCIO

A urbanística moderna não surgiu contemporaneamente aos processos técnicos e económicos que deram origem e implicaram a transformação da cidade industrial, mas formou-se posteriormente, quando os efeitos quantitativos das transformações em curso se tornaram evidentes e entraram em conflito entre si, tornando inevitável uma intervenção reparadora.

Ainda hoje a técnica urbanística se encontra normalmente atrasada relativamente aos acontecimentos que deveria controlar e conserva o carácter de um remédio aplicado a posteriori. Torna-se por isso importante estudar as primeiras experiências urbanísticas aplicadas ao ambiente industrial, para descobrir o motivo do atraso inicial.

O presente ensaio tem o propósito de pôr em evidência, em primeiro lugar, a dupla origem, técnica e moralista, dessas experiências, e propõe-se reconstruir paralelamente os dois tipos de movimentos dos primeiros reformadores: as transformações económicas e sociais que produziram os desequilíbrios dos primeiros decénios do século XIX, e as transformações da teoria política e da opinião pública, para quem estes desequilíbrios já não eram aceites como uma fatalidade inevitável, mas se apresentavam como obstáculos que podiam e deviam ser removidos.

As primeiras tentativas para corrigir os males da cidade industrial polarizaram-se em dois casos extremos: ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria, ou se procurava resolver os problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta as suas conexões e sem uma visão global do novo organismo citado.

Ao primeiro caso pertencem os chamados utópicos — Owen, Saint-Simon, Fourier, Cabet, Godin — que não se limitam contudo

a descrever a sua cidade ideal, como Moro, Campanella ou Bacon, mas se empenham em pô-la em prática; ao segundo caso pertencem os especialistas e funcionários que introduzem na cidade os novos regulamentos de higiene e as novas instalações e que, tendo de encontrar os meios técnicos e jurídicos para levar a cabo estas modificações, dão efectivamente início à moderna legislação urbanística.

A maior parte destas iniciativas, mesmo as aparentemente mais técnicas, possuem um fundo ideológico facilmente reconhecível, que coincide em larga medida com os primórdios do socialismo moderno, de tal modo que para encontrar notícias destes acontecimentos convém consultar os manuais de história económica e de história do socialismo, mais do que os livros técnicos especializados.

Esta coincidência só é porém verdadeira até 1848, enquanto o movimento operário não está ainda organizado contra os partidos burgueses; de facto, nas experiências urbanísticas deste período confluem diversas correntes ideológicas, desde o comunismo igualitário de Cabet ao neocatolicismo francês.

Marx e Engels imprimem seguidamente ao movimento operário a viragem decisiva, e o socialismo marxista, empenhado em explicar a revolução de 48 e o seu insucesso em termos estritamente políticos, põe em evidência as contradições dos movimentos anteriores, mas perde de vista a interligação entre as instâncias política e urbanística, que apesar de formulada de um modo simplista fora até aí tenazmente mantida.

De aí em diante, a teoria política menospreza quase sempre as investigações e as experiências sectoriais, esforçando-se por absorver, sem deixar resíduos, as propostas de reformas parciais na reforma geral da sociedade. Por seu lado, a cultura urbanística, isolada do debate político, configura-se cada vez mais como uma simples técnica ao serviço do poder constituído; mas não se torna por isso politicamente neutra, caindo sim no âmbito da nova ideologia conservadora em formação precisamente nesses anos, do bonapartismo em França, dos grupos tories inovadores em Inglaterra, do imperialismo bismarckiano na Alemanha.

Daqui deriva a feição agnóstica e subalterna das principais experiências urbanísticas posteriores a 48, por trás da qual se esconde o paternalismo político da nova direita.

Esta é a tese central do livro, que contém ainda uma pista para o debate contemporâneo. As instâncias renovadoras da cultura urbanística moderna só podem efectivamente traduzir-se em realidade se retomarem o contacto com as forças políticas que tendem para uma transformação geral análoga da sociedade.

O debate cultural dos últimos trinta anos ensinou a reconhecer o conteúdo político virtual das opções urbanísticas, mas este reconhecimento manter-se-á apenas no domínio teórico enquanto vigorar o conceito da urbanística como um campo separado de interesses, que deve depois ser relacionado com os de natureza política, o que constitui justamente a herança actual da separação entre os dois termos operada em 1848.

Owen e Chadwick, se bem que apegados a uma ideia primitiva da planificação urbanística, mostram-nos esta simples verdade: que a urbanística é uma parte da política, necessária para concretizar qualquer programa operativo e simultaneamente não redutível às fórmulas programáticas gerais.

Para melhorar a distribuição territorial das actividades humanas é necessário melhorar as relações económicas e sociais de que dependem essas actividades; por outro lado, não basta melhorar as relações económicas e sociais para que as espaciais fiquem automaticamente corrigidas.

Os tempos e os modos desta acção são infinitamente mais complexos do que Owen poderia supor, mas o objectivo estabelecido pela sua utopia continua ainda válido para os planos urbanísticos contemporâneos: «Encontrar uma colocação vantajosa para todos, num sistema que permita a continuação do progresso técnico de modo ilimitado».

Na História da Arquitectura Moderna tentei já uma breve reconstituição destes acontecimentos. Fui induzido a voltar ao discurso de então, não por uma exigência dialéctica, talvez prematura, mas devido a algumas experiências recentes que tornaram urgente a definição de uma nova relação entre urbanística e política, e por conseguinte entre planificação espacial e planificação sócio-económica. Creio, além disso, ter individualizado a principal fraqueza daquele discurso, isto é, o omissão confronto entre os acontecimentos urbanísticos e arquitectónicos e a profunda transformação da conjuntura política entre 1830 e 1850, e sobretudo a crise de 1848. O esclarecimento dado nestas páginas rectifica, a meu ver, inclusive a exposição dos acontecimentos do final do século e permite uma melhor compreensão dos movimentos de vanguarda de Morris em diante. Deste modo, toda a História da Arquitectura Moderna se poderia rever deste ponto de vista, sem qualquer melindre para o autor, uma vez aceite o carácter provisório de um discurso histórico que entra em linha de conta com os propósitos operativos do nosso tempo; isto indica apenas que as condições do nosso trabalho mudam a todo o momento, exigindo uma contínua revisão das nossas concepções sobre o passado recente.

[1963]

## A FORMAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL

A história da urbanística moderna é, numa primeira fase, uma história de simples factos: as mudanças produzidas gradualmente pela revolução industrial nas cidades e nos campos só mais tarde surgem claramente e são percebidas como problemas, quando as quantidades em jogo se tornam suficientemente grandes.

A primeira mudança decisiva é o aumento de população, devido à diminuição da taxa de mortalidade que, pela primeira vez, se afasta decididamente da de natalidade<sup>1</sup>. Este mecanismo de

<sup>1</sup> A população inglesa começa a aumentar rapidamente a partir de 1760. Os cálculos modernos, baseados nos números de enterros e de baptismos, estabelecem que em 1700 a população da Inglaterra e do País de Gales era de cinco milhões e meio, e em 1750 de seis milhões e meio; mas em 1801, quando se faz o primeiro recenseamento, já subira para nove milhões, e em 1831 para catorze milhões. Sabe-se, por outro lado, que a natalidade — após um leve aumento nos quatro primeiros decénios do século dezoito — se mantém praticamente constante em todo o período, com um índice variável de 36,6 a 37,7 por mil, e não parece que a imigração de outros países tenha sido consistente, mantendo-se certamente inferior à emigração para as colónias. Em contrapartida a mortalidade, alta até 1740 devido às carências e ao alcoolismo, diminuiu gradualmente de 35,8 por mil no decénio de 1730-40 para 21,1 por mil no decénio de 1811-21. Entre as causas desta diminuição, Ashton enumera a introdução das culturas de tubérculos, que facilitou a criação do gado no Inverno e tornou possível o reabastecimento de carne fresca durante todo o ano; a substituição dos outros cereais pelo trigo e o maior consumo de verduras; o melhor azeite pessoal, devido ao maior consumo de sabão e de roupa branca de algodão; a substituição da madeira pelo tijolo para as paredes, do colmo pela ardósia e pela pedra para os telhados das casas; a diminuição dos fabricos industriais que se praticavam dentro das paredes domésticas; os progressos da medicina e da cirurgia, o aumento dos hospitais e dos dispensários; a localização mais racional dos depósitos de lixo e dos cemitérios; o melhoramento dos esgotos e dos aquedutos nas cidades (Cf. T. S. ASHTON, *Industrial Revolution*).

210  
05  
1050

Ardeusma  
frente  
de perna

crescimento dá mesmo origem a uma mudança da composição interna — aumenta a percentagem da população jovem, pela queda da mortalidade infantil — e interrompe, sobretudo, o secular equilíbrio das circunstâncias naturais, pelo qual cada geração tendia a ocupar o lugar das precedentes e a repetir o seu destino. As sucessivas gerações encontram-se numa nova situação e têm de resolver com novos meios um problema desconhecido.

A medida que aumenta o número dos habitantes, muda a sua distribuição no território como efeito das transformações económicas. As primeiras transformações dizem sobretudo respeito à organização do trabalho, criando as premissas para uma mudança completa na técnica produtiva, que se reflecte à sua volta sobre a organização acelerando o desenvolvimento e a concentração do novo sistema económico. Por este motivo, a mudança da distribuição da população provocada pelas primeiras transformações organizativas e acentuada pelas inovações técnicas, assume o carácter de uma verdadeira crise, alterando bruscamente o antigo equilíbrio entre cidade e campo e criando novas tensões que só a longo prazo se poderão reequilibrar.

Mas convém acompanhar ponto por ponto os efeitos das transformações económicas sobre o povoamento urbano e rural que se delinearam em Inglaterra entre 1760 e 1830.

A vedação [enclosure]\* das antigas terras comuns em redor das aldeias inglesas torna possível uma melhor utilização do solo e transforma gradualmente os cultivadores directos em rendeiros ou assalariados, coagidos a um nível de vida forçado, pouco superior ao mínimo necessário para sobreviver<sup>2</sup>. A alternativa para este estado de coisas

\* Emparcelamento e vedação das terras comuns, que passam a ter propriedade individual [N. T.].

<sup>2</sup> Em 1795, o subsídio que a freguesia devia pagar aos trabalhadores necessitados foi estabelecido pela *Speenhamland Resolution*, determinando que cada família tem direito a uma retribuição mínima, em conformidade com o preço do pão, e que a freguesia deve completar o salário real até àquele nível: «Quando um pedaço de pão de um galão custar um xelim, então cada homem pobre e laborioso receberá para a sua subsistência três xelins semanais, ou através do seu trabalho e do da família, ou do subsídio aos pobres, e para o sustento da sua mulher ou de qualquer outra pessoa da família receberá um xelim e seis pence. Quando o mesmo pedaço de pão custar um xelim e quatro pence, então cada homem pobre e laborioso receberá quatro xelins semanais para o seu sustento e um xelim e dez pence para o de um outro membro da sua família. E assim por diante proporcionalmente...» (cit. em *The Village Labourer*, J. L. e B. HAMMOND, London 1911, p. 139).

Deste modo, o subsídio aos pobres serviu, até 1834 — quando o sistema foi abolido — para manter os salários agrícolas baixos, assegurando aos trabalhadores o mínimo vital mas excluindo qualquer melhoria da sua condição.

era o trabalho industrial, sobretudo o têxtil, que desde há muito estava organizado nos campos, nos domicílios dos camponeses. Mas a antiga organização familiar, no âmbito da qual as operações de fiação, tecelagem e tintura eram realizadas pela mesma família, que comprava a lã bruta e vendia o produto acabado, era demasiado estática e improdutiva para fazer face à procura de um mercado em contínua expansão; por isso, os comerciantes preferiam fornecer a matéria-prima e receber o produto acabado, pagando o trabalho a diferentes grupos de operários especializados.

Esgotadas porém as margens de maior produtividade facultadas por este sistema, as exigências da concorrência impunham uma ulterior diminuição dos custos e um aumento das quantidades, tendo estimulado uma série de invenções técnicas que mudaram radicalmente as condições de trabalho.

Os tecelões usavam a máquina inventada em 1733 pelo relojoeiro J. Kay (*fly shuttle*), que permitia que cada operário trabalhasse sozinho no tear sem o auxílio de um ajudante que estendesse os fios; a produção continuava porém limitada, pela impossibilidade de produzir fio em quantidade suficiente, até que em 1764 o carpinteiro Hargreaves inventou um novo tipo de máquina de fiação (*jenny*) que tornava possível a um só operário manobrar mais fios.

A *jenny* e a *fly shuttle* entraram assim nas casas rurais dos distritos lanígeros e algodoeiros, modificando o ritmo de vida de cada componente válido da família. Mas a quantidade de fio e de tecido produzido por cada máquina era necessariamente limitada pela energia que o trabalho muscular permitia imprimir; para ir mais além era necessário substituir o braço do homem por um impulso mecânico.

Em 1771, um barbeiro de Preston, R. Arkwright, inventou a primeira máquina de fiação movida a energia hidráulica (*water frame*), e em 1775 o tecelão S. Crompton começou a experimentar uma máquina mais aperfeiçoada, resultante de uma combinação da *jenny* com o novo tear a água.

Estas invenções deram à fiação uma vantagem temporária sobre a tecelagem, até que em 1778 o reverendo E. Cartwright inventou a primeira teceadeira mecânica; pouco depois, entre 1785 e 1790, descobriu-se uma forma de substituir a energia hidráulica recorrendo à máquina a vapor de Watt, patenteada em 1769.

A indústria têxtil tinha portanto de abandonar a antiga organização dispersa e concentrar-se em grandes oficinas onde pudesse dispor da necessária força motriz, primeiro próximo dos cursos de água e depois das minas de carvão, necessárias para alimentar

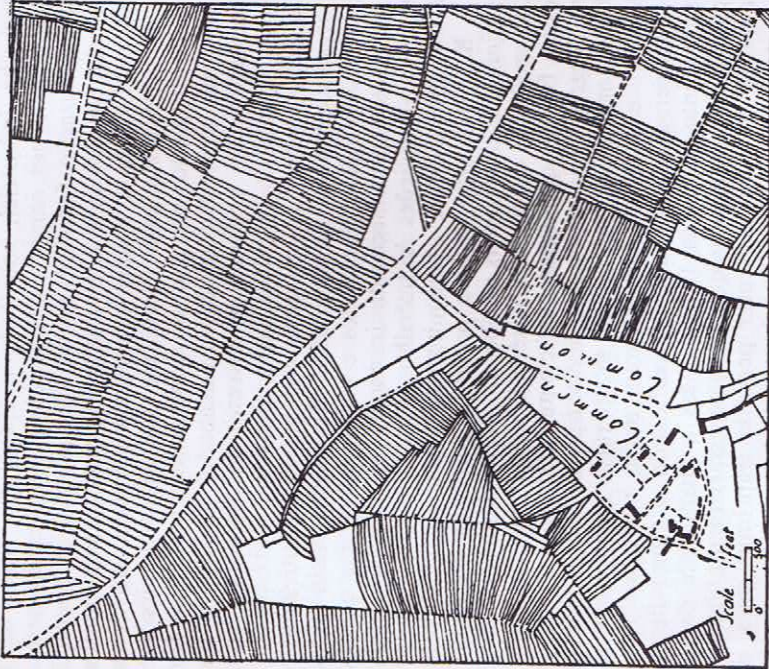


Figura 1: A aldeia de Balcott (Oxfordshire) em 1768, com os terrenos comuns dados em concessão em pequenos lotes (em T. SHARP, *English Panorama*).

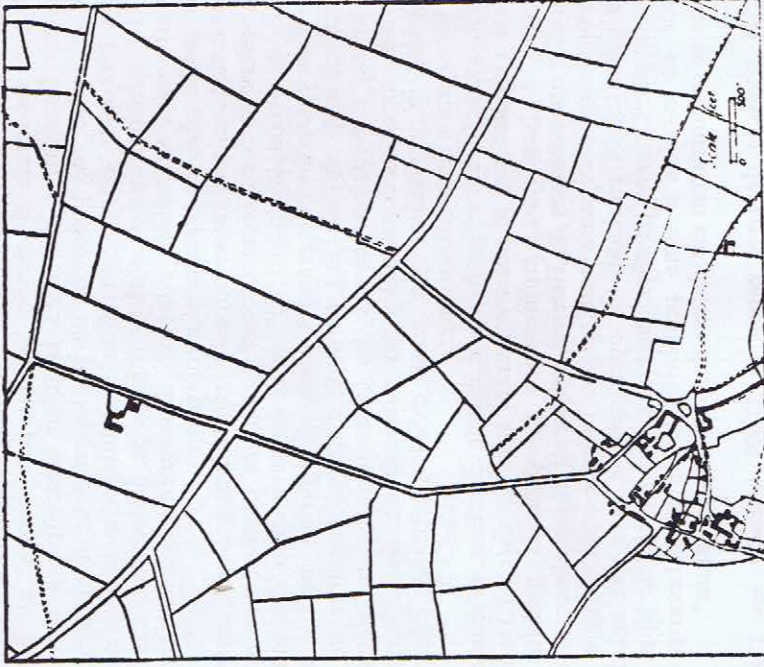


Figura 2: A mesma aldeia após a vedação [emparcelamento] dos terrenos comuns (em SHARP).

a máquina de Watt. Por sua vez, a máquina a vapor permitia resolver definitivamente o problema da eliminação das infiltrações de água nas minas, revolucionando a técnica de extração do carvão e transformando a própria mina numa oficina moderna.

No mesmo período tornou-se de uso comum a invenção de Darby que substituiu o carvão vegetal pelo coque, na laboração dos metais ferrosos, e em 1783 H. Cort descobriu a maneira de utilizar o carvão nos processos de pudlagem e de laminagem; a siderurgia tornou-se apta a alimentar a indústria mecânica nascente, e até as fundições, como os altos fornos, se deslocaram das regiões de floresta para as regiões mineiras, favorecendo o nascimento de grandes instalações de tratamento completo.

Assim, consumaram-se durante uma única geração, entre 1760 e 1790, os progressos técnicos que tornaram possível um aumento ilimitado da produção industrial<sup>3</sup>; o desenvolvimento das indústrias e a sua concentração em grandes oficinas atraíram muitas famílias dos distritos agrícolas do Sul para os distritos mineiros do Norte e do Centro, e transferiram-nas das casas isoladas do campo para os bairros compactos construídos nas proximidades das oficinas; nasceram assim, improvisadamente, novas cidades, e muitas das cidades antigas cresceram desmedidamente<sup>4</sup>.

A associação entre indústria e cidade depressa se consolidou: nas novas cidades, que se desenvolveram fora do sistema tradicional dos burgos e freguesias, empresários e operários podiam fugir aos vínculos anacrônicos do sistema corporativo isabelino; os empresários contavam com uma reserva de mão-de-obra sempre abundante e substituível, enquanto os operários, se bem que cruelmente explorados pelos novos patrões, encontravam na cidade uma maior variedade de escolha e uma possibilidade de reconhecer-se como classe, de se organizarem em defesa dos interesses comuns<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> A produção de ferro passou de 17 000 toneladas em 1740 para 650 000 em 1830; a indústria do algodão trabalhava em 1764 (quando a *jenny* foi descoberta) 8 800 000 libras peso por ano, que aumentaram em 1775 — com o aparecimento do tear a vapor — para 18 milhões, em 1810 para 123 milhões, e em 1830 para 273 milhões de libras (cf. C. BARBAGALLO, *Le Origini della Grande Industria Contemporanea*, Florença 1951).

<sup>4</sup> Manchester, que em meados do século XVIII era uma aldeia de 12 000 habitantes, transforma-se em 1800 numa cidade de 95 000, e em 1850 atinge os 400 000 habitantes; entre meados dos anos 700 e dos anos 800, Glasgow passou de 30 000 para 300 000 habitantes; e Leeds de 17 000 para 170 000. Em França, Mulhouse passou de 10 000 habitantes em 1812 para 36 000 em 1836, e Roubaix de 8 000 em 1816 para 65 000 em 1866 (cf. P. LAVEDAN, *Histoire de l'Urbanisme*, vol. III, Paris 1958).

<sup>5</sup> As primeiras associações operárias, surgidas como antítese das corporações tradicionais, incorrem nas proibições da lei francesa de 1791 e da inglesa de 1800, revogadas respectivamente em 1813 e em 1824.

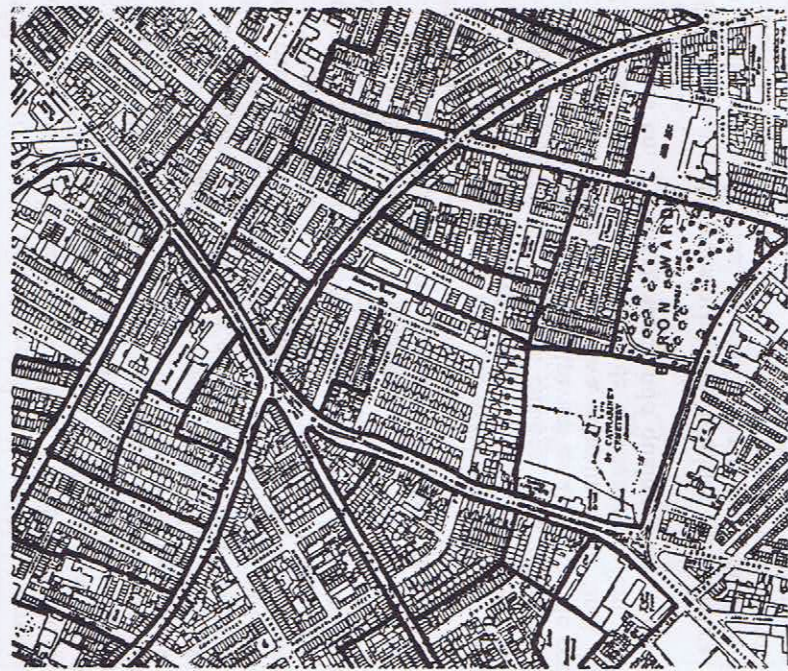


Figura 3: Uma parte da periferia de Nottingham, onde o loteamento privado acompanha o traçado da vedação (cf. W. C. HOSKINS, *The Making of English Landscape*).



Entretanto, devido às exigências do comércio e especialmente para o transporte das mercadorias pobres e pesadas como o carvão e os minerais ferrosos, foi renovada a rede das vias de comunicação; as incômodas estradas das freguesias foram substituídas depois de 1745 por novas estradas com portagem, construídas por companhias privadas; os estuários e o curso dos rios navegáveis foram ligados por novos canais após os anos 60; outras companhias privadas organizaram nas estradas e nos canais um serviço regular de diligências e de embarcações para o transporte de passageiros e de mercadorias. Em 1767, R. Reynolds constrói o primeiro carril em ferro fundido para o transporte de carvão, e em 1801 entrou ao serviço a Surrey Iron Railway, a primeira empresa ferroviária para o transporte de mercadorias; mas só depois de 1825, a seguir à invenção da locomotiva de Stephenson, se iniciou o desenvolvimento dos caminhos de ferro, marcando assim decisivamente os decênios seguintes.

É em função da nova rede de transportes e do movimento comercial sempre em expansão que convém interpretar o crescimento sem precedentes de algumas cidades, para onde convergiam as vias comerciais e onde se concentravam as alavancas de comando, financeiras e administrativas, da nova economia; no final dos anos 700, Londres tinha já um milhão de habitantes, e em 1841 estes eram avaliados em 2 235 000, superando qualquer outra cidade presente e passada.

Este conjunto de transformações originou a mudança de domicílio e de modo de vida da maior parte da população inglesa, e modificou a utilização do solo e a própria paisagem. É totalmente nova a natureza dos fenómenos — a multidão dos habitantes, o número de novas casas, a capacidade das novas zonas industriais e comerciais, os quilómetros de novas estradas e canais, o número de veículos que circulam nas estradas da cidade — e a velocidade das transformações não tem precedentes: cidades que nascem e duplicam numa geração, iniciativas especulativas que se concretizam prontamente em estabelecimentos, estradas, canais e minas abertas em poucos anos na paisagem agreste, altos fornos e chaminés apontadas para o céu ao lado das torres das catedrais.

A cultura política e económica da época é tocada não tanto por aquilo que de novo se constrói, mas pela queda das estruturas tradicionais, e teoriza sobretudo a oposição aos vínculos e instituições que impedem a livre expansão das novas iniciativas.

Os reformadores políticos usam a crítica racional para demolir os privilégios do absolutismo, da hierarquia social, do dirigismo económico, e enquanto estudam com cuidado as garantias do cidadão

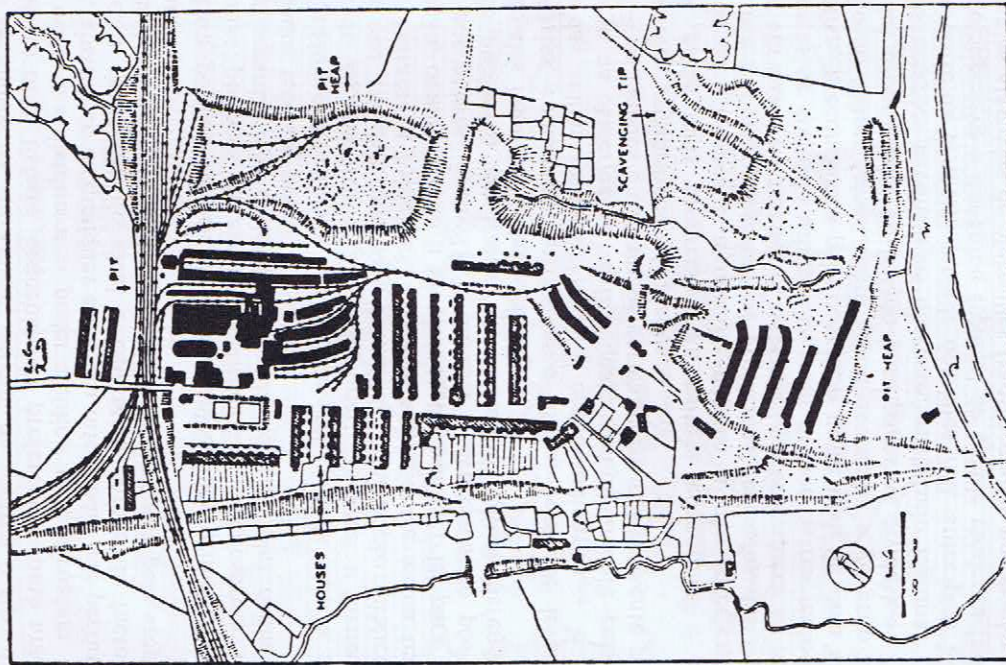


Figura 4: A aldeia industrial de Sunny Brow, Durham (em SHARP).

contra os abusos da autoridade, deixam na sombra o tipo de organização do novo Estado, concebido de preferência como um espaço vazio onde o indivíduo e o poder público se confrontam diretamente, abstraindo de qualquer estrutura intermédia que perturbe essa relação: a realização do ideal democrático parece de facto condicionada à absorção de todas as «sociedades parciais» pela «república» soberana<sup>6</sup>.

Esta posição teórica, enquanto coloca em primeiro plano os problemas políticos gerais e constitucionais, menospreza os problemas organizativos sectoriais ou redu-los a simples deduções dos enunciados teóricos gerais.

Qualquer dificuldade encontrada, relacionada com a sobrevivência de alguma instituição tradicional, favorece a formação de teorias que excluem qualquer forma de intervenção pública nesse sector. Durante a fome de 1797, Malthus enuncia a sua teoria da população, demonstrando a inutilidade de qualquer lei para a assistência aos pobres, e em 1817, durante a depressão do pós-guerra, Ricardo publica o seu tratado de economia política defendendo a abolição dos impostos e das alfândegas.

Assim, enquanto o pensamento liberal consegue levar à remoção das velhas restrições legais e consuetudinárias — o que na Europa e na América se realiza quase completamente entre 1776 e 1832 — as cidades e os campos permanecem praticamente privados de controlos urbanísticos adequados.

A parte mais progressiva da cultura económica e política persuade os governos e a opinião pública a não interferirem, e portanto a não reconhecerem os problemas derivados das transformações em curso no território; desacreditada e enfraquece os métodos tradicionais de controlo urbanístico, sem propor outros métodos em alternativa, preconizando pelo contrário nesta matéria uma absurda extensão do *laissez faire* (Adam Smith aconselha o governo a libertar-se das propriedades do Estado para pagar as dívidas).

Os arranjos urbanísticos barrocos, sobretudo algumas realizações da corte da primeira metade dos anos 700, antecipam às vezes de modo sugestivo a dimensão espacial da cidade moderna (podemos imaginar as alamedas de Versailles transformadas nos *boulevards* de uma cidade do final dos anos 800, do mesmo modo que a forma radiada desenhada pelos jardineiros reais nos Campos Elísios virá de facto a constituir o traçado da *Étoile haussmanniana*), mas mantêm-se de facto estranhos à dimensão temporal que condiciona assim doravante, e decisivamente, o novo ambiente urbano.

<sup>6</sup> Esta é a terminologia de Rousseau no seu *Contrat Social* de 1762.

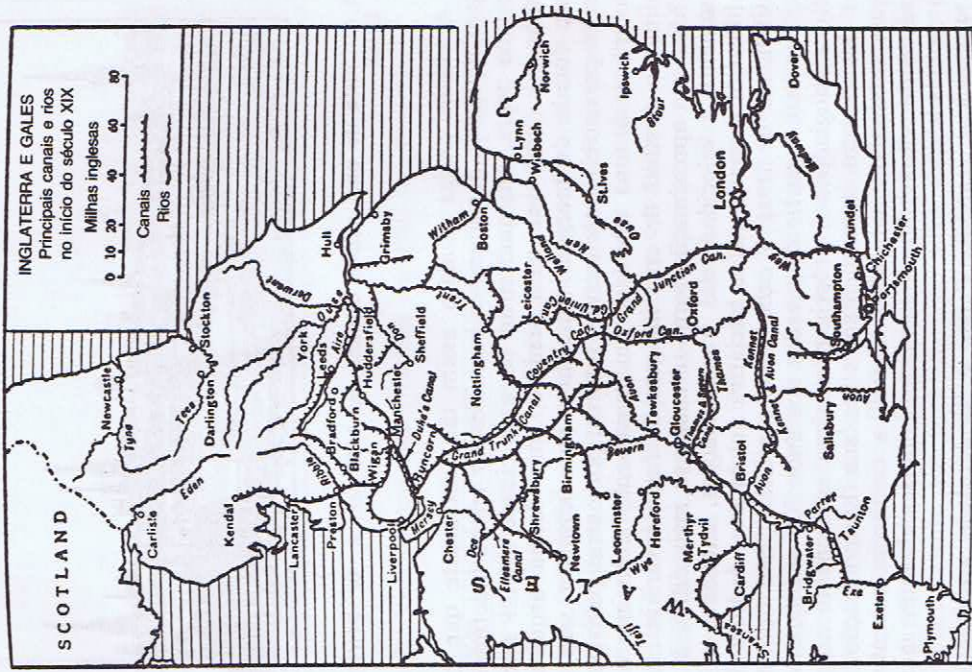


Figura 5: A rede de rios e canais navegáveis ingleses em 1800 (cf. E. L. BOGART, *História Económica da Europa*).

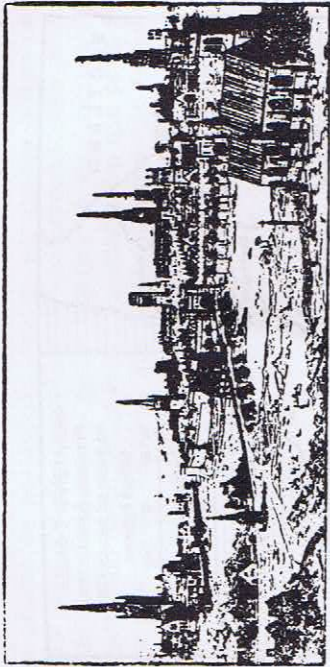


Figura 6: Vista de uma cidade católica em 1440 (cf. A. W. PUGIN, *Con- trasts*, 1836)

A cidade antiga mudava assim tão lentamente que podia a qualquer momento considerar-se imutável por tempo indefinido. Con- ceber uma praça, um quarteirão ou uma cidade inteira significava impor-lhe, de uma vez para sempre, uma forma arquitectónica precisa, dotada de margens suficientes para absorver sem modifi- cações os previsíveis crescimentos futuros; por outras palavras, signi- ficava aplicar a uma realidade em movimento lentíssimo a maior aproximação possível de uma imagem de facto invariável.

Mas esta aproximação torna-se cada vez mais difícil à medida que aumenta a velocidade das transformações, enquanto a cultura liberal destrói a confiança na iniciativa autoritária, da qual depende a possibilidade de levar a cabo, com coerência, este tipo de ope- ração. Por isso, a partir de meados dos anos 700 — enquanto a ar- quitectura atingia por si própria o máximo apuramento no planea- mento dos espaços monumentais e na sua harmonização com a paisagem urbana ou natural — diminui a coerência executiva e a capacidade de actuar duradouramente, com semelhantes meios, no tecido da cidade.

Nas praças reais de Paris, a regularidade arquitectónica é obtida impondo uma fachada uniforme a muitos edifícios inde- pendentemente. Mas Luís XIII, que completa em 1609 a realização da Place des Vosges, reserva para si próprio a propriedade dos dois pavilhões axiais. Sob o reinado de Luís XIV, Mansart constrói (entre 1685 e 1699) apenas as fachadas da Place Vendôme e da Place des Victoires, que são vendidas aos proprietários dos terrenos, contribuindo eles próprios para a construção de alguns edifícios circundantes, que foram executados em rápida sucessão. Para

a lentidão  
das transformações  
estruturais  
tipicas



Figura 7: Vista de uma cidade católica em 1840 (em PUGIN).

Luís XV, Gabriel constrói igualmente apenas as fachadas dos edifícios de cabeceira da Place de la Concorde, e as dos edifícios ao longo da Rue Royale (1755-63), mas os edifícios da retaguarda só foram completados muitos anos depois. Finalmente, quanto à Rue de Rivoli, os arquitectos de Napoleão I, Percier e Fontaine, forneceram em 1805 apenas o desenho das fachadas, que os cons- trutores individuais se comprometiam a executar.

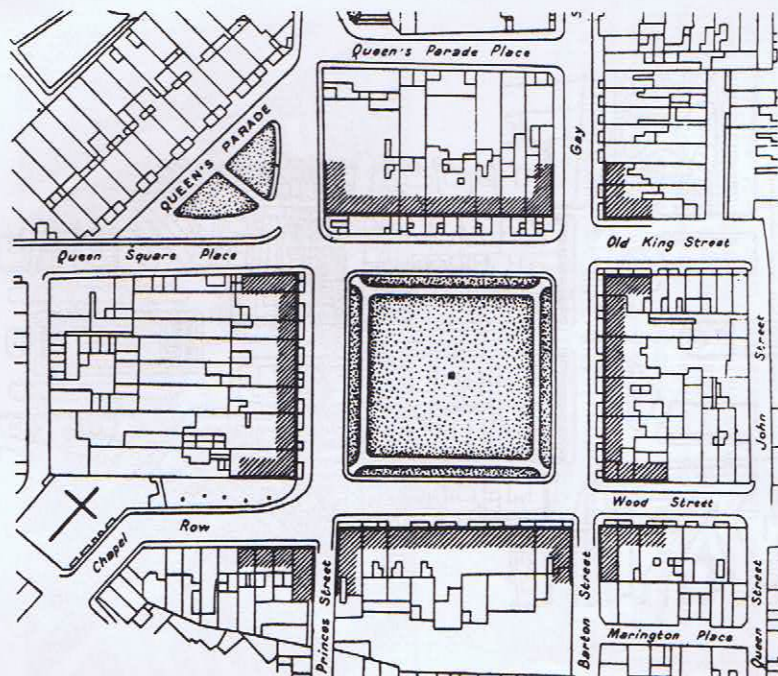
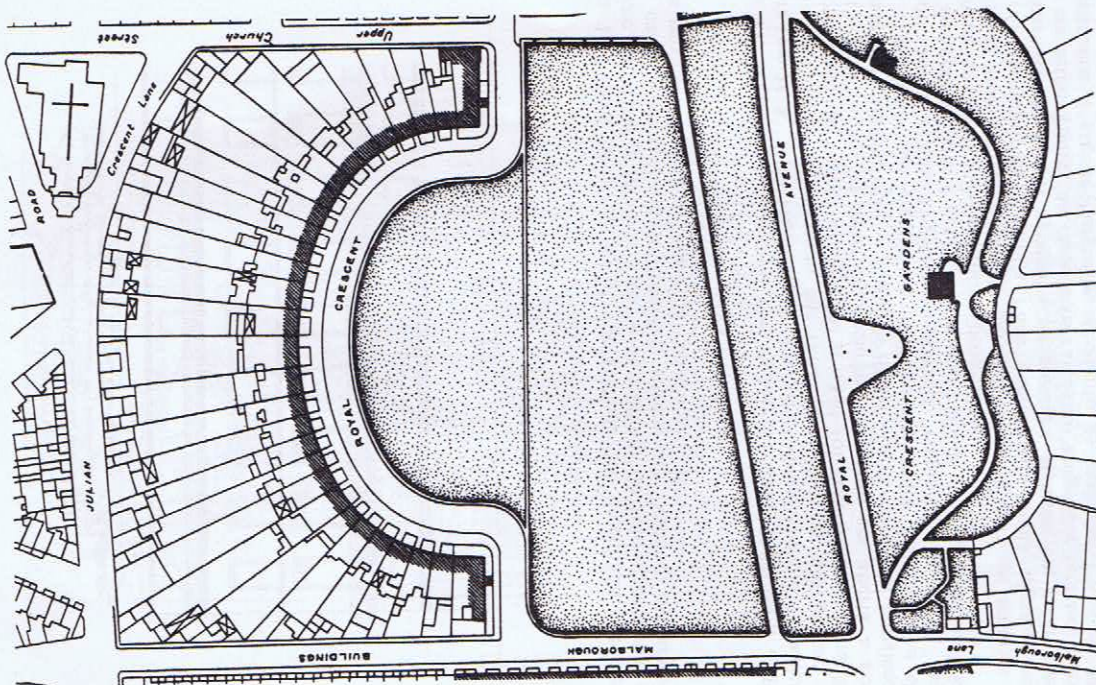
Analogamente, muitos dos mais admirados arranjos do final dos anos 700 em Inglaterra — o Circus e o Royal Crescent de Bath (J. Wood, 1764 e 1769), as célebres *squares* londrinas de Bloomsbury (1775-1827), e mais tarde Regent's Street em Londres (J. Nash, 1812) — consistem numa arquitectura uniforme sobreposta a uma multidão de casas independentes; a simetria e a unidade de perspectiva passam de meios de controlo estrutural a meios de controlo paisagístico. O refinamento e a elegância destes úl- timos produtos da tradição clássica encobrem a separação agora total relativamente aos problemas da nova cidade, e impedem de facto qualquer contacto entre esta tradição e o ambiente que se vai formando por efeito da revolução industrial.

Enquanto a grande burguesia londrina se reúne nos ambientes requintados de Bedford Place e de Russel Square, os miseráveis bairros orientais crescem compactos, sem pausa nem esperança. Rapidamente, a sua extensão e os seus inconvenientes higiénicos puseram em crise toda a cidade, e foi necessário conceber de raiz uma nova metodologia urbanística sem quaisquer ligações com a antiga.

representa  
o que é  
da cidade

top





Figuras 10 e 11: Bath, Queen's Square e o Royal Crescent (em AUZELLE). John Wood iniciou a sua actividade de arquitecto e empreiteiro em Bath, precisamente com o complexo de Queen's Square. Arrendou o terreno em 1724, por 99 anos, e subarrendou os lotes por 98 anos, deixando ao critério de cada um o interior dos edifícios, mas impondo fachadas uniformes. A operação foi repetida mais tarde no Royal Circus e, por seu filho John Júnior, no Royal Crescent (1769), com maiores dimensões e exigências arquitectónicas.

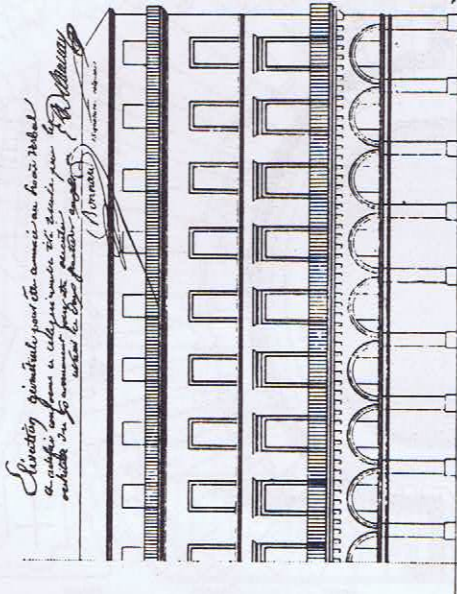
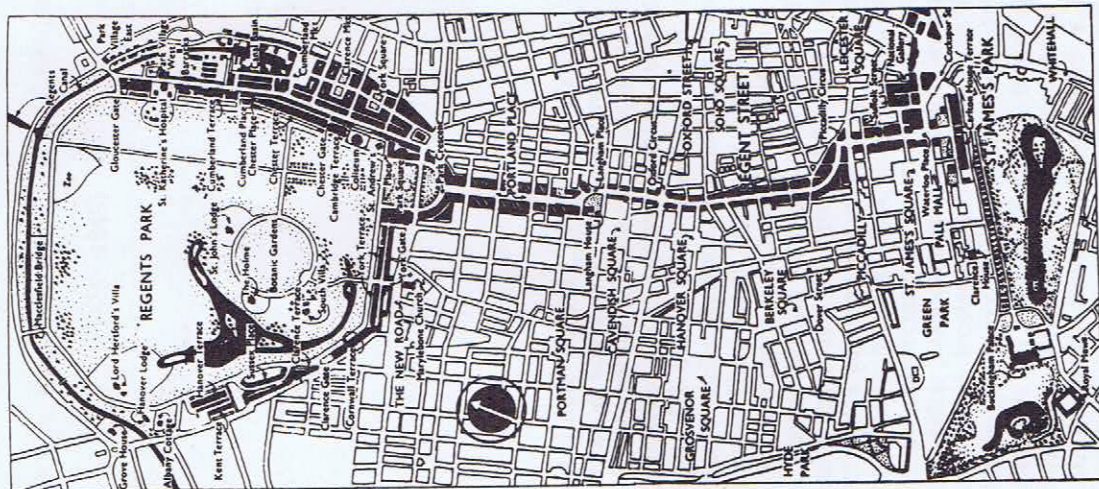


Figura 12: Paris, Rue de Rivoli. A fachada foi desenhada por Percier e Fontaine, em 1806, e imposta a todos os edifícios do lado setentrional da rua. Neste caso, a municipalidade forneceu apenas um desenho, deixando à iniciativa privada todos os encargos da construção.

Figura 13: Londres, os arranjos concebidos por John Nash para o Príncipe Regente (em H. R. HITCHCOCK, *Architecture, Nineteenth and Twentieth Centuries*). Nash iniciou o projecto em 1812, para valorizar um grande terreno de propriedade da Coroa; entre 1820 e 1830 foi feito o parque público — o Regent's Park — com as casas circundantes, enquanto era aberta a nova rua de acesso a Picadilly Circus — Regent's Street — através de um populoso quarteirão. Nash construiu alguns dos edifícios em redor do parque e da rua, actuando ainda como empreiteiro privado, enquanto em 1813, na qualidade de superintendente geral, teve a possibilidade de coordenar as iniciativas dos outros empresários e dos outros projectistas.

Nash teve a colaboração de Humphry Repton para os arranjos ajardinados. O conjunto de Regent's Park compreende ainda algumas vivendas senhoriais isoladas e dois agregados de *cottages*, algumas em estilo clássico e outras em estilo Tudor; as casas construídas ao longo dos terrenos periféricos são destinadas à grande burguesia, enquanto as casas ao longo de Munster Square são acessíveis aos recursos da classe média, e todo o complexo é servido por um mercado localizado na margem oriental.

Assim, o parque é concebido quase como uma cidade ideal, idílica e abstracta, alheando-se dos verdadeiros problemas da cidade que se iam agravando naqueles anos, como Chadwick se esforçava por demonstrar.



## A ÉPOCA DAS GRANDES ESPERANÇAS

(1815 - 1848)

Quando em Junho de 1815 chega a Inglaterra a notícia da vitória de Waterloo, o alívio pelo final da guerra foi rapidamente superado pelas preocupações relativas à situação interna, agravada por muitas dificuldades que o sucesso militar deixava inalteradas.

O velho Jorge III estava louco e as suas funções eram exercidas pelo corrupto Príncipe Regente. A política externa era dirigida pelo frio e impopular Castlereagh, que sete anos mais tarde se suicidaria perante a indiferença e a hostilidade dos seus concidadãos. As despesas da guerra tinham causado uma progressiva inflação, duplicando quase o custo de vida entre 1790 e 1813; agora, o final das restrições de guerra colocava em crise quer o monopólio dos comerciantes ingleses nas rotas oceânicas, quer o monopólio dos agricultores ingleses no abastecimento do mercado interno. O Parlamento, dominado pelos proprietários fundiários, preparava-se para aprovar a infausta lei proteccionista sobre o trigo que iria transferir para os consumidores, e indirectamente para o custo da mão-de-obra industrial, os encargos da crise agrícola. O medo da Revolução Francesa transformara muitos conservadores iluminados, como Burke, em pregadores da violência, e induzira o governo a reprimir com desusado rigor qualquer manifestação não conformista.

Entretanto, a revolução demográfica e industrial transformara já radicalmente a distribuição dos habitantes no território, e as

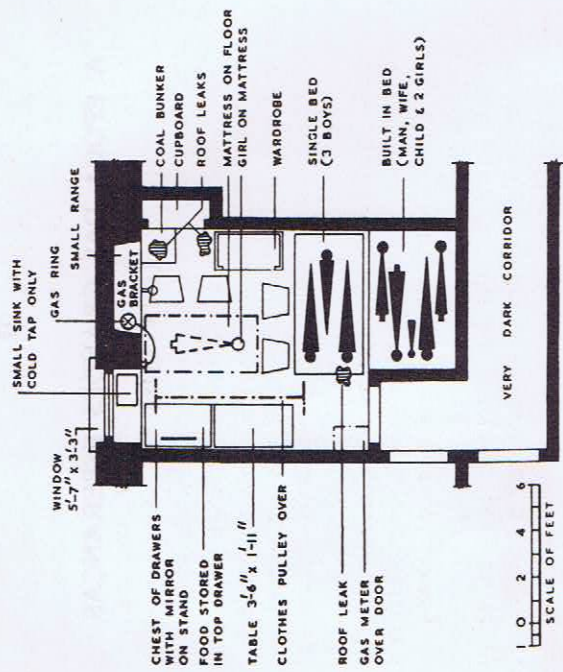


Figura 14: Glasgow, uma casa superapinhada ainda existente em 1948 (do «Journal» do Royal Institute of British Architects, 1948).

carências dos novos locais de fixação começavam a manifestar-se em larga escala, na ausência de providências adequadas.

As famílias que abandonavam o campo e afluíam aos aglomerados industriais ficavam alojadas nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos, ou nas novas construções erigidas na periferia, que depressa se multiplicaram formando bairros novos e extensíssimos em redor dos núcleos primitivos.

A construção das novas casas ou a adaptação das existentes era obra de especuladores privados — os *jerry builders* — e, devido ao jogo da concorrência, a qualidade dos alojamentos, tal como o valor dos salários ou a extensão dos horários de trabalho na oficina, era quase em toda a parte a pior que as famílias operárias estavam dispostas a suportar. Os alugueres podiam variar apenas dentro de limites muito estreitos, nivelados pelo mínimo compatível com a sobrevivência dos vendedores de força de trabalho; os lucros sobre

o capital investido só podiam portanto ser aumentados reduzindo os custos e baixando o mais possível o nível das construções. Para além disso, a maioria das casas operárias de Manchester, de Leeds, de Birmingham e dos subúrbios de Londres fora construída durante as guerras napoleónicas, quando a madeira importada dos países bálticos começava a escassear, a mão-de-obra da construção civil se tornara mais dispendiosa e sobretudo as taxas de juro sobre o capital aplicado iam subindo, mantendo-se altas ainda durante muitos anos após o final do conflito. As condições do tempo de guerra contribuíram pois decisivamente para piorar a qualidade dos novos bairros.

Com tudo isto, é provável que as casas ocupadas pelas famílias operárias nas cidades não fossem piores, consideradas uma a uma, do que as casas do campo de onde essas mesmas famílias provinham em grande parte.

As paredes eram construídas em tijolo em vez de madeira, e os telhados em ardósia ou em pedra em vez de colmo; os quartos eram mais acanhados, mas sem o estorvo e a poeira das máquinas fiandeiras domésticas; os sanitários estavam ausentes ou eram igualmente primitivos em ambos os casos.

A diferença é, em contrapartida, evidente, se se considerarem: — os problemas derivados das relações recíprocas entre as casas e os outros edifícios, no corpo compacto da cidade industrial; — a mudança de atitude dos habitantes relativamente aos incómodos que são constringidos a suportar.

As carências higiénicas relativamente suportáveis no campo tornam-se insuportáveis na cidade, pela contiguidade e o número enormíssimo das novas habitações.

Enquanto cada casa tinha muito espaço à sua volta, os dejectos líquidos e sólidos podiam ser eliminados com facilidade, e as diversas actividades que se realizavam ao ar livre — criação dos animais, tráfego dos peões e dos carros, os jogos das crianças — podiam processar-se sem interferirem demasiado entre si. Mas agora, o adensamento e a extensão sem precedentes dos bairros operários tornam quase impossível o escoamento dos detritos; ao longo das ruas correm os regos dos esgotos a descoberto, e qualquer recanto afastado está cheio de amontoados de imundícies. Nos mesmíssimos espaços, promiscuamente, circulam os carros e os peões, vagueiam os animais, brincam as crianças.

consequência  
com os  
período de  
guerra  
casas, no  
campo x  
na cidade



Os bairros de habitação são construídos preferencialmente próximo dos locais de trabalho, pelo que as casas e as oficinas ficam amido em contacto, alternando-se sem qualquer ordem e perturbando-se mutuamente. As oficinas impregnam as casas de fumo, inquinam os cursos de água com resíduos, enquanto o tráfego industrial é penosamente tolhido pelo tráfego residencial.

Este quadro caótico vai sendo continuamente alterado pelo dinamismo dos seus próprios factores: as oficinas transformam-se e ampliam-se, as casas são demolidas e reconstruídas, as orlas da cidade avançam para o campo sem se ordenarem num equilíbrio definido.

Eis a clássica descrição de Manchester feita por Engels em 1845, utilizando muitos dados dos inquéritos e dos estudos efectuados nos decénios precedentes:

[Na cidade velha] as ruas, mesmo as melhores, são estreitas e tortuosas, as casas são imundas, velhas, a cair, e o aspecto das ruas laterais é absolutamente horrível. Chegando a Long Millgate pela Igreja Velha, tem-se logo à direita uma fila de casas antiquadas, nas quais nem uma só das paredes frontais se manteve de pé: são os restos da velha Manchester pré-industrial, cujos antigos habitantes se transferiram com os seus descendentes para bairros melhor construídos, abandonando as casas, que para eles se tinham tornado demasiado miseráveis, a uma casta de operários fortemente mesclada de sangue irlandês. Aqui encontramos-nos realmente num bairro quase manifestamente operário, visto que nem as lojas nem as tabernas se dão ao trabalho de mostrarem um pouco de asseio. Mas isto ainda não é nada comparado com as vielas e os pátios que se estendem por detrás, e aos quais apenas se chega por meio de estreitas passagens cobertas através das quais não passam nem duas pessoas ao lado uma da outra.

É difícil imaginar a mistura desordenada das casas, escarnecendo de qualquer urbanística racional, o seu apinhamento, de tal ordem que se encontram literalmente em cima uma das outras. E a culpa não é somente imputável aos edifícios sobreviventes dos velhos tempos de Manchester: em tempos mais recentes a confusão foi levada ao máximo, pois onde quer que houvesse um bocadinho de espaço entre as construções da época precedente continuou-se a construir e a remendar, até arrebatar entre as casas a última unha de terreno livre ainda susceptível de ser utilizado. A prová-lo, apresentamos uma pequena parte da planta de Manchester; não é sequer a parte mais chocante e não representa nem um décimo de toda a cidade velha.

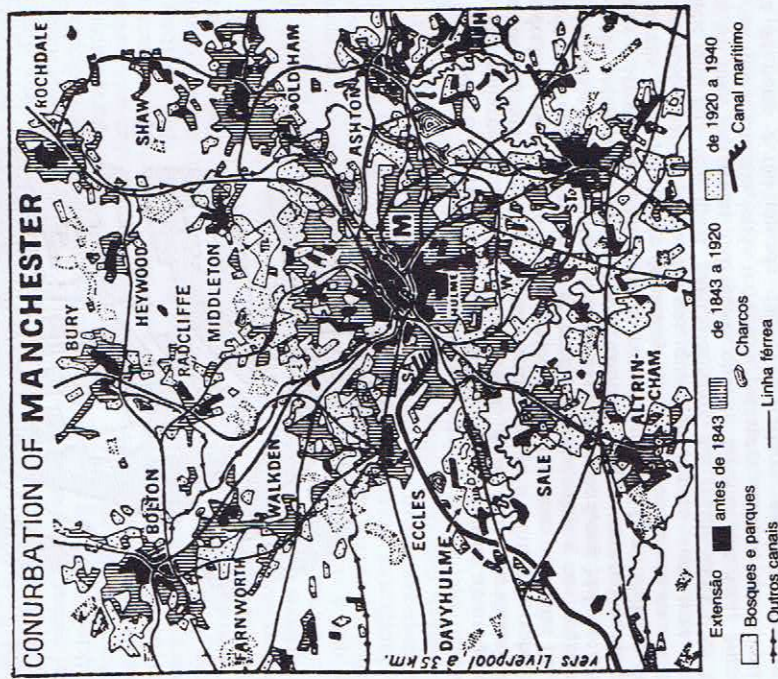


Figura 15: O crescimento de Manchester (em P. GEORGES, *Les Villes*).

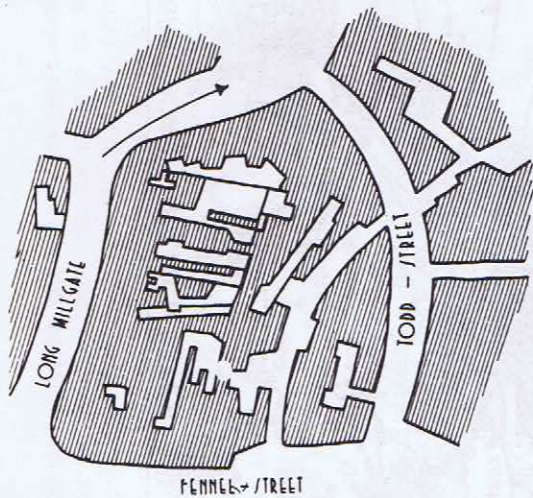


Figura 16

Este esboço é suficiente para caracterizar o urbanismo absurdo de todo o bairro, particularmente na vizinhança do Irk. A margem meridional do Irk é aqui muito íngreme e com uma altura entre quinze e trinta pés; sobre este íngreme declive estão construídas na maior parte das vezes três filas de casas, a mais baixa das quais se ergue quase imediatamente sobre o rio, enquanto a fachada da mais alta se encontra ao nível das colinas de Long Millgate. Ao longo do rio estão ainda intercaladas fábricas: também aqui as construções são portanto apertadas e desordenadas, tal como na parte inferior de Long Millgate. À direita e à esquerda, uma quantidade de passagens cobertas conduzem da rua principal aos numerosos pátios, entrando nos quais se depara com uma revoltante inundície que não tem igual, particularmente nos pátios virados ao Irk, que contém as mais horrendas habitações que eu alguma vez vi. Num destes pátios, mesmo à entrada, onde termina a passagem coberta, existe uma latrina privada de porta e tão imunda que os moradores, para entrarem e saírem do pátio, têm de atravessar uma poça lamacenta de urina putrefacta e de excrementos que a circunda. É o primeiro pátio junto ao Irk, por cima de Ducie Bridge, se alguém tiver vontade de o ir ver; em baixo, sobre o rio, encontram-se numerosas fábricas de curtumes, que empestam toda a zona com o fedor da putrefacção animal. Nos pátios por baixo de Ducie Bridge desce-se além disso por escadas estreitas e sujas, e só atravessando montões de escombros e de inundícies se consegue chegar às casas. O primeiro pátio por baixo de Ducie Bridge chama-se Allen's Court, e durante a cólera encontrava-se em condições tais que a policia sanitária teve de o desimpedir, limpar e desinfectar com cloro: o doutor Kay faz numa sua publicação<sup>1</sup> um relato

<sup>1</sup> J. P. KAY, *The Moral and Physical Condition of the Working Classes, Employed in the Cotton Manufacture in Manchester, London 1832* [Nota de Engels].

terrificante das condições deste pátio naqueles tempos. Desde então, parece que alguma coisa foi demolida e reconstruída; pelo menos, da Ducie Bridge vêem-se ainda algumas paredes em ruínas e altos montões de entulho ao lado de casas de construção recente. A vista desta ponte—delicadamente escondida dos mortais não muito altos por um parapeto de pedra e cal da altura de um homem—é em geral característica de toda a zona. Em baixo corre, ou melhor, estagna o Irk, um rio estreito, escuro, fedorento, cheio de inundícies e de detritos que atrai para cima da margem direita, mais plana: com o tempo seco, esta margem fica coberta de repugnantes poças lamacentas, esverdeadas, de cujo fundo saem continuamente até à superfície bolhas de gás fétido que difundem um mau cheiro intolerável até para quem está sobre a ponte, quarenta ou cinquenta pés acima do nível da água. Para além disso, a cada passo o rio é interrompido por altos diques, dentro dos quais se depositam e apodrecem em grandes quantidades o lodo e os detritos. Acima da ponte ficam grandes oficinas de curtumes, e mais acima ainda tinturarias, moinhos para pulverizar ossos e gasómetros, cujos canais de escoamento e detritos desembocam todos no Irk, que recebe ainda o conteúdo dos esgotos e latrinas vizinhos. É fácil imaginar, portanto, qual a natureza dos depósitos que o rio encerra. Aos pés da ponte vê-se o entulho, a inundície, a sujidade e as ruínas dos pátios que dão para a íngreme margem esquerda; as casas sucedem-se imediatamente umas às outras e, devido à inclinação da margem, consegue ver-se um bocado de cada uma: todas negras do fumo, desfeitas, velhas, com os caixilhos e os vidros das janelas em pedaços. O fundo é constituído por velhos estabelecimentos industriais semelhantes a quartéis<sup>2</sup>.

[...] A cidade nova estende-se depois da cidade velha, sobre uma colina argilosa entre o Irk e St. George's Road. Aqui desaparece qualquer fisionomia de cidade; filas de isoladas casas ou grupos de ruas encontram-se dispersas aqui e acolá como pequenos aglomerados, sobre o desnudado terreno argiloso onde nem a erva cresce; as casas, ou antes, as *cottages*, encontram-se em estado degradado, sem nunca terem sido reparadas, sujas, com quartos em caves húmidas e insalubres; as ruas não são pavimentadas nem possuem canais de escoamento, mas albergam inúmeras colónias de porcos, fechados em pequenos pátios e chiqueiros ou percorrendo livremente a encosta. Estas ruas são tão lamacentas que somente quando o tempo está muito seco se tem alguma possibilidade de as atravessar sem afundar os pés até ao tornozelo a cada passo. Nas vizinhanças de St. George's Road, as ilhas de casas tornam-se mais densas, e deparamos com uma série interminável de caminhos, becos, ruelas secundárias e pátios, cada vez mais numerosos e desordenados à medida que nos vamos aproximando do centro da cidade. Em compensação, tornam-se mais frequentes as ruas pavimentadas ou pelo menos com passios calcetados e canais de escoamento; mas a porcaria e as carências das casas, particularmente as caves, mantêm-se exactamente as mesmas.

É oportuno fazer aqui algumas observações de carácter geral sobre o tipo de construções próprias dos bairros operários de Manchester. Vimos como na cidade velha foi na maior parte das vezes o acaso a presidir ao agrupamento das casas. Cada casa é construída sem qualquer preocupação com as restantes, e os recantos livres entre as casas recebem, à falta de outro,

<sup>2</sup> F. ENGELS, *A Situação da Classe Operária em Inglaterra* (1845).

o nome de pátios (*courts*). Nas partes mais novas deste e doutros bairros operários, construídos nos primeiros tempos de florescimento da indústria, observa-se um maior esforço de sistematização. O espaço entre duas casas é dividido em pátios mais regulares, na maior parte de forma quadrada, aproximadamente do seguinte modo:

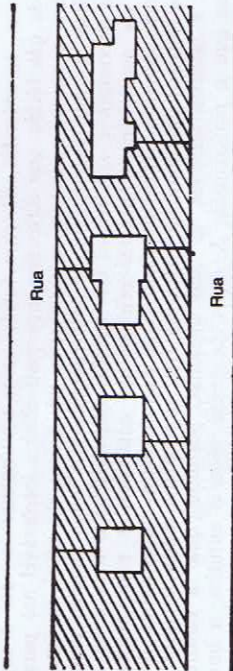


Figura 17

dispostos assim de enfiada e aos quais se tem acesso das ruas através de passagens cobertas. Mas se a disposição do todo, privada de um plano, era já nociva para a saúde dos habitantes porque impedia a ventilação, este modo de encerrar os operários em pátios cercados de construções por todos os lados é-o ainda muito mais. O ar não tem qualquer possibilidade de sair de lá; as próprias chaminés das casas constituem, até se acender o lume, a única via de escape para o ar viciado dos pátios. A isto vem juntar-se ainda o facto de as casas em volta destes pátios serem na sua maioria duplas, unidas duas a duas pela parede posterior, o que é já de si suficiente para impedir uma boa ventilação. E na medida em que a polícia não se ocupa das condições destes pátios, pelo que tudo aquilo que para lá é arremessado aí pode permanecer tranquilamente, não é caso para ficar admirado com a porcaria e os montões de cinzas e de imundícies que neles existem. Estive em pátios — nas proximidades de Millers Street — que se encontravam pelo menos a meio pé abaixo do nível da rua, e que não possuíam o mínimo canal de escoamento para as águas que aí se concentram durante as chuvas! Em tempos mais recentes passou-se a um outro modo de construção, que agora se tornou geral. As *cottages* operárias já não são construídas isoladamente, mas quase sempre às dúzias, ou verdadeiramente aos montões, construindo um só empreiteiro uma ou mais ruas à volta. A disposição é então a seguinte: um lado é cons-tituído por *cottages* de primeira fila, muito afortunadas por possuírem uma porta traseira e um pequeno pátio, e pelas quais é pedido o aluguer mais elevado. Por trás do muro dos pátios destas *cottages* fica uma estreita rua, a via secundária (*back street*), que é obstruída por construções nas duas extremidades e na qual desemboca uma estreita viela ou uma passagem coberta. As *cottages* que dão para esta rua secundária pagam um aluguer menor do que as restantes, e em geral são as mais descuidadas. As suas paredes posteriores são comuns com a terceira fila de *cottages*, que por sua vez dão

para a rua do lado oposto e pagam um aluguer inferior ao da primeira fila, mas superior ao da segunda. Eis pois, aproximadamente, a disposição das ruas:

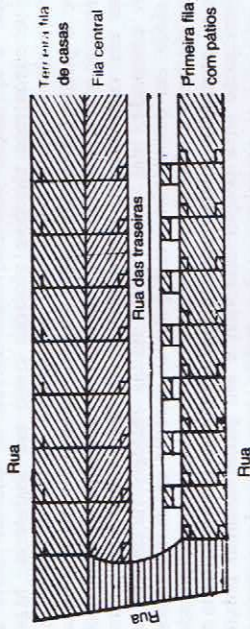


Figura 18

Com este sistema de construção, a ventilação das *cottages* da primeira fila é bastante boa, e a das *cottages* da terceira fila não é pelo menos pior do que a das construções correspondentes do velho sistema; mas a fila central é mal ventilada, pelo menos tanto como as casas dos pátios, e a rua secundária é suja e sórdida, não menos do que os próprios pátios. Os empreiteiros preferem este sistema de construção porque economiza espaço e permite explorar ainda mais os operários melhor pagos, mediante os alugueres mais elevados das *cottages* da primeira e da terceira fila. Em toda a Manchester se encontram estes três tipos de *cottages*, ou melhor, em todo o Lancashire e Yorkshire, frequentemente misturados, mas na maior parte das vezes bastante separados, o que permite deduzir a idade relativa dos vários bairros citadinos. O terceiro sistema, o das ruas secundárias, predomina decididamente no grande bairro operário a Este de St. George's Road, dos dois lados de Oldham Road e de Great Ancoats Street, e é também o mais difundido nos outros bairros operários de Manchester e dos seus subúrbios.

No grande bairro já mencionado, conhecido pelo nome de Ancoats, estão situadas ao longo dos canais a maior parte das grandes fábricas de Manchester, edifícios colossais de seis a sete andares, que com as suas chaminés altas e sobranceiram as pequenas *cottages* operárias. Por isso a população do bairro é principalmente constituída por operários fabris e, nas ruas interiores, por tecelões manuais. As ruas mais próximas do centro da cidade são as mais antigas, e portanto as piores, mas mesmo assim lageadas e providas de valetas de escoamento: entre estas contam-se as paralelas mais próximas de Oldham Road e de Great Ancoats Street. Mais para lá, na direcção Nordeste, existem algumas ruas de construção nova; aqui as *cottages* enfileiram-se limpas e polidas, com portas e janelas novas e envernizadas de fresco, e as divisões interiores bem caiadas; as próprias ruas são mais arejadas, com espaços livres maiores e mais frequentes. Mas isto reporta-se apenas a uma parte e não à maioria das habitações: ao que vem ainda somar-se o facto de em quase todas as *cottages* existirem caves habitadas, de muitas ruas não serem pavimentadas nem providas de valetas e, sobretudo, o facto de este aspecto limpo

não passar de aparência. Aparência essa que não dura mais de dez anos. De facto, a estrutura das próprias *cottages* não é menos reprovável do que a disposição das ruas. De início, todas se apresentam limpas e sólidas, as suas paredes maciças de tijolo enchem a vista, e percorrendo uma destas ruas operárias de construção recente, sem ter em conta as ruas secundárias ou sem observar melhor a construção das próprias casas, não se pode deixar de partilhar a afirmação dos industriais liberais de que em parte alguma os operários se encontram tão bem alojados como em Inglaterra. Mas, olhando um pouco mais de perto, vê-se que as paredes destas *cottages* são o mais frágil que é possível construir. As paredes exteriores, que sustentam a cave, o andar térreo e o telhado têm, no máximo, a espessura de um tijolo, de tal modo que em cada estrato horizontal os tijolos se encontram unidos pelo lado mais comprido; mas tenho visto muitas *cottages* da mesma altura — e algumas ainda em construção — nas quais as paredes exteriores tinham apenas a espessura de meio tijolo, e em que os tijolos eram portanto aplicados não ao largo mas ao comprido, unindo-se assim uns aos outros pelo lado mais curto. Isto acontece em parte para poupar material, e em parte também porque os empreiteiros não são os proprietários do terreno mas, segundo o costume inglês, têm-no alugado por vinte, trinta, quarenta, cinquenta ou até por noventa anos, decorridos os quais retorna ao antigo proprietário com tudo o que sobre ele se encontra, sem que este último tenha de reembolsar seja o que for pela construção erguida. Por isso o arrendatário constrói os edifícios de tal modo que, no fim do prazo contratual, estejam o mais possível privados de valor; e na medida em que essas *cottages* são frequentemente construídas apenas vinte ou trinta anos antes de tal data, é fácil compreender que os empreiteiros não estejam interessados em fazer com elas grandes despesas. A isto vem juntar-se o facto de estes construtores, na sua maioria pedreiros, carpinteiros ou industriais, gastarem pouco ou nada em reparações, e em parte para não diminuírem os rendimentos provenientes dos alugueres, e em parte também porque se avizinha o momento da restituição do terreno onde se erguem as construções; e a tudo isto vem ainda somar-se o facto de, devido às crises comerciais e à consequente falta de trabalho, ficarem frequentemente ruas inteiras desertas, caindo as *cottages* rapidamente em ruínas e tornando-se inabitáveis<sup>3</sup>.

Eis efectivamente a descrição de um bairro de *cottages* degradado:

Numa depressão bastante profunda, rodeada em semicírculo pelo Medlock e em todos os quatro lados por altas fábricas e altas margens cobertas de construções e áreas terraplenadas, estão cerca de 200 *cottages* reunidas em dois grupos, na sua maior parte com a parede posterior comum duas a duas, e nas quais habita um total de cerca de 4 000 pessoas, quase todas irlandesas. As *cottages* são velhas, sujas e do tipo mais pequeno, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não pavimentadas e sem valetas. Imundícies, detritos e lama nauseabunda estão dispersos por todo o lado e em enormes quantidades, no meio de lameiros permanentes; a atmosfera é empestada pelas

<sup>3</sup> *Op. cit.*

suas exalações e escurcida e adensada por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças maltrapilhas circulam pelas imediações, sujas como os porcos que se deleitam nos montões de cinzas e nos lameiros; em suma, toda a zona apresenta um aspecto talvez mais desagradável e repugnante do que os piores pátios junto ao Irk. A raça humana que vive nestas *cottages* a cair, por trás de janelas partidas e remendadas com tela, por trás de portas desconjuntadas e de caixilhos podres, ou nas caves húmidas e escuras, no meio de toda esta porcaria sem limites e deste mau cheiro, numa atmosfera que parece propositadamente fechada, esta raça humana deve perceber realmente ao mais baixo degrau da humanidade; esta é a impressão e a conclusão que somos constrangidos a tirar tão só pelo aspecto exterior do bairro. Mas que dizer ao tomar conhecimento de que em cada uma destas casitas, que contêm no máximo dois quartos e as águas-furtadas, e quando muito ainda uma cave, habitam em média vinte pessoas, ao saber que em todo o bairro existe uma única latrina — naturalmente, na maior parte das vezes impraticável — para cada 120 pessoas, aproximadamente, e que não obstante todas as advertências dos médicos, não obstante a agitação provocada na polícia sanitária na época da cólera pelas condições da «Pequena Irlanda», ainda hoje, no ano da graça de 1844, as condições se mantêm quase as mesmas de 1831? O doutor Kay relata que não somente as caves mas também os andares térreos de todas as casas deste bairro são húmidos; que numerosas caves, inicialmente aterradas, pouco tempo volvido foram de novo desobstruídas e são agora habitadas por irlandeses; que numa cave cujo pavimento se encontra abaixo do nível do rio, a água brotava continuamente por um buraco subterrâneo tapado com argila, pelo que o inquilino, um tecelão manual, era obrigado a esvaziar a sua cave a tirando a água para a rua<sup>4</sup>.

Engels descreve os casos piores e não a média. Todavia, a sua recolha de situações-limite é justificada na medida em que a opinião pública já não as considera admissíveis, independentemente da sua difusão estatística. Aqui reside o verdadeiro móbil das denúncias literárias contemporâneas e das sucessivas acções reformadoras.

Os inconvenientes do ambiente pré-industrial eram entendidos como um destino inelutável; existiam desde tempos imemoriais e pareciam — pelo menos no horizonte de cada geração — substancialmente imutáveis.

Em contrapartida, a cidade industrial é um facto novo, surgido num tempo limitado sob os olhos das mesmas pessoas que lhe suportam os incómodos. É um facto singular, perturba os hábitos e a capacidade de compreensão dos contemporâneos, mas parece tudo menos fixo e inevitável. Ainda não se encontrou um sistema razoável para controlar os seus processos, mas parece natural que a inventiva do homem e a força das máquinas, tal como originaram esta realidade, possam também mudar-lhe o curso.

Em todas as épocas existiram misérias equiparáveis e talvez mesmo mais graves do que as descritas por Engels e pelos outros

<sup>4</sup> *Op. cit.*

escritores dos primórdios do século XIX, e é possível contrapor às suas descrições outros escritos mais antigos que repetem quase literalmente a mesma coisa; foi o que fez Barbaggio, citando textos de Vauban (1698), de Boisguillebert (1697) e de Mercier (1783).<sup>5</sup> De facto, a diferença não reside nas coisas descritas, mas no tom das descrições: triste e resignado na época pré-industrial, e agora carregado de revolta e iluminado, não obstante a grande miséria do presente, pela confiança num futuro melhor.

A pobreza — condição suportada há séculos sem esperança de alternativas razoáveis — é agora reconhecida como «miséria», quer dizer, é vista na perspectiva moderna de um mal que pode e deve ser eliminado com os meios à disposição.

A. Bevan escreve: «Por miséria entendo uma consciência geral de privações não necessárias — e esta é a condição normal de milhões de pessoas na moderna cidade industrial — unida a um profundo sentimento de desilusão e de insatisfação pela situação local actual. De nada serve replicar que as coisas sempre estão melhor que outrora. As pessoas vivem no presente, não no passado. O descontentamento nasce do contraste entre aquilo que se sabe ser possível e o que efectivamente existe. Há a universal e justificada convicção de que a grande massa de homens e mulheres se encontra pior do que poderia estar»<sup>6</sup>.

Convém portanto buscar as origens do urbanismo moderno na época em que as situações de facto se concretizaram em medida suficiente para provocar não somente o mal-estar, mas também o protesto das pessoas nelas envolvidas; aqui o discurso histórico deve ser necessariamente alargado das formas de povoamento à problemática social da época, mostrando o correcto posicionamento da urbanística moderna como parte da tentativa em curso para entender a todas as classes os benefícios potenciais da revolução industrial, e pondo a claro de uma vez por todas a inevitável implicação política inerente ao debate técnico.

Não é por acaso que se dá precisamente em Manchester, em 1819, o primeiro incidente importante que inaugura os conflitos sociais do século XIX: o episódio de Peterloo.

A política repressiva do governo levava as associações operárias e os radicais extremistas a porem-se de acordo. Os operários liam

<sup>5</sup> C. BARBAGALLO, *Le Origini della Grande Industria Contemporanea*, cit. cap. XIX.

<sup>6</sup> Cit. in «Il Mondo», 20 de Dezembro de 1960.

o «Policial Register» de Cobbett, que desde 1816 era vendido a dois pence, e o governo respondia mobilizando polícia e exército, ordenando prisões preventivas, fazendo suspender as seculares garantias do *habeas corpus*.

A 16 de Agosto de 1819 — conta Trevelyan — foi autorizada para o campo de S. Pedro, em Manchester, a reunião de uma multidão ordenada e desarmada de 60 000 homens, mulheres e crianças; mas depois, as autoridades encarregadas da vigilância, alarmadas à vista de uma tal multidão, mandaram a milícia a cavalo prender o orador, o conhecido radical Hunt, na altura em que a reunião atingia o auge. Quando os militares, embrenhando-se entre a multidão para cumprirem a missão, foram vaiados e repellidos, as autoridades ordenaram à cavalaria de reserva que carregasse. O embate empurrou a densa massa de seres humanos praguejando e gritando para fora do campo, enquanto a milícia, formada por partidários *tories*, brandia os sabres com gosto. Nos recantos desse dia, pelo menos onze pessoas foram mortas ou morreram na sequência de ferimentos; mais de uma centena ficou ferida pelos sabres e várias outras centenas foram colhidas pelos cascos dos cavalos ou saíram maltratadas da rixa. O número de mulheres feridas elevou-se a mais de uma centena<sup>7</sup>.

Este episódio rapidamente sensibilizou a imaginação dos contemporâneos, que o baptizaram com o nome de «batalha de Peterloo». A história corroborou esta apreciação, e em todos os manuais o nome de Peterloo vem lado a lado, com significativa simetria, com o de Waterloo, realçando o contraste entre o esplendor da política externa e a obscuridade da política interna.

Os contemporâneos foram sensibilizados não pela natureza dos factos nem pela crueldade das autoridades responsáveis, que cederam ao pânico e não propriamente a um plano pré-estabelecido, mas pelo sentimento de inutilidade no comportamento das duas partes, ambas aparentemente bloqueadas num *impasse* sem saída.

A autoridade, adoptando uma posição de força, não podia esperar qualquer resultado duradouro razoável (a história inglesa tornara desde há tempo impossível governar com tais meios); e os manifestantes, por sua vez — os moradores das vielas e dos pátios descritos por Engels — eram movidos por uma revolta elementar, ainda privada de perspectivas de acção definidas.

Cobbett inventara um termo significativo, *a coisa*, «para designar o conjunto de ministros, de traficantes eleitorais, de jubilados, de senhores, de eclesiásticos, de industriais que acorrentavam, tiratizavam e sangravam a Inglaterra»<sup>8</sup>; e contra uma imagem deste

<sup>7</sup> G. M. TREVELYAN, *British History in Nineteenth Century and After* (1922).

<sup>8</sup> *Op. cit.*

tipo é que era dirigido o protesto dos manifestantes de Peterloo, ainda incapaz de apontar para objectivos precisos.

A constatação dos males da cidade industrial e o protesto dos seus habitantes perfilam-se pois, por agora, num vazio ideológico que deixa a sociedade dos primeiros decénios do século XIX momentaneamente privada de instrumentos para corrigir esses males na prática: insuficientes e desacreditados os antigos instrumentos, ainda não caracterizados os novos.

Doravante trata-se de encher este vazio com uma série de iniciativas individuais, de propostas, de leis capazes de saldar-se por uma nova e coerente experiência; de caracterizar uma a uma as feições da «coisa», para conseguir mudá-la.

O urbanismo moderno não é apenas uma tentativa para re-presentar visualmente este fenómeno, transferindo-o para a organização dos espaços, mas intervém concretamente como um dos factores que cooperam na construção de uma comunidade democrática. A urbanística perde assim a posição de aparente distanciamento dos conflitos sociais, mantida até então à sombra do poder absoluto, e perde inclusive a aparente capacidade para regular com carácter definitivo, do alto, o equilíbrio do povoamento; apresenta-se, mais modestamente, como uma das técnicas necessárias para definir este equilíbrio; não insiste já numa forma perfeita a realizar à partida, mas numa série de modificações parciais, num compromisso razoável entre as forças em jogo, a renovar continuamente de acordo com o seu movimento recíproco.

No período entre 1815 e 1848 — de Waterloo à revolução de Fevereiro — os aspectos técnicos e os aspectos políticos da pesquisa urbanística apresentam-se fortemente ligados e quase incorporados entre si.

Este é um aspecto característico da cultura da época: bastará recordar o caso de Benthams, o filósofo radical que empenhou os melhores anos da sua vida e uma boa parte do seu património na tentativa de realizar o seu «pan-óptico», uma prisão modelo construída de tal modo que um só carcereiro pudesse ver todos os prisioneiros através de um sistema de espelhos, sem ser visto por eles.

A facilidade com que eram associados argumentos técnicos e ideológicos em urbanística parece-nos hoje desconcertante e ingénua, na medida em que resulta de uma avaliação imperfeita das forças em jogo e dos obstáculos reais a superar, e que virão gradualmente a clarificar-se nos períodos sucessivos. Todavia, esta capacidade de associação mantém-se ainda fortemente sugestiva, e testemunha a unidade ideal subjacente às diversas experiências urbanísticas do século XIX, encaminhadas após 1848 num sentido consideravelmente divergente.

"o que" do início do século XIX

reciprocidade, na urbanística política

Por isso este período — que quanto aos efeitos das realizações concretas pertence antes à pré-história do urbanismo moderno — é pelo contrário rico de assomos metodológicos tanto mais significativos.

Torna-se finalmente claro o duplo carácter, científico e moralista, da urbanística moderna; delinea-se a combinação particular de motivos que distingue tão claramente a acção responsável dos seus promotores, da acção subalterna ou literariamente evasiva dos artistas de uma época, e que pode ser descrita através das palavras de Brecht:

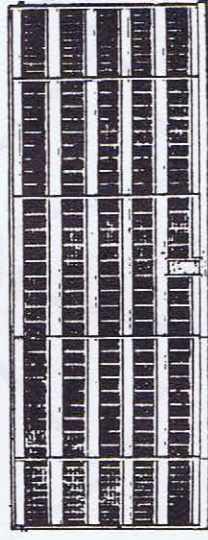
desdém e tenacidade, conhecimento e rebelião  
compreensão do particular e do geral<sup>9</sup>.

Neste âmbito existem duas linhas de acção, que por agora se apresentam claramente divididas: a que aborda os problemas da urbanística moderna partindo de um modelo ideológico global, que é apresentado em alternativa à cidade existente e que se procura realizar experimentalmente longe desta, ou então a que parte das exigências técnicas individuais, ligadas ao desenvolvimento da cidade industrial, e procura corrigir os seus defeitos isolados.

Ambas tendem a convergir e integrar-se, pois as tentativas para realizar os modelos teóricos levam a teoria a confrontar-se com a realidade, enquanto as providências para resolver os problemas técnicos isolados trazem à luz a interligação entre os diversos problemas, e finalmente o problema unitário da planificação territorial.

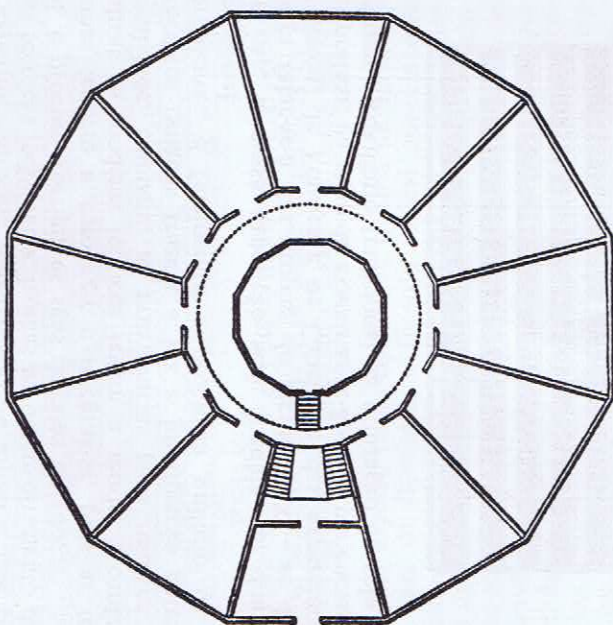
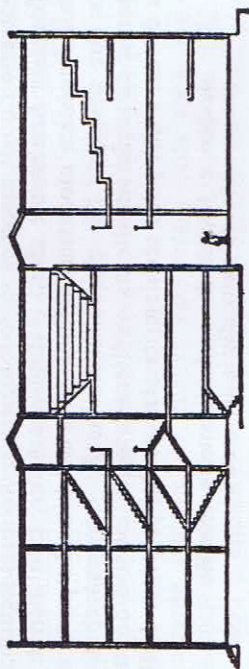
Por isso, a nossa exposição será dividida em duas partes: na primeira falar-se-á das utopias do século XIX — as de Owen, de Saint-Simon, de Fourier e de Cabet — e das experiências para pô-las em prática; na segunda examinar-se-ão as experiências teóricas que alteraram o equilíbrio tradicional da utilização do solo, e intro-

urbanística de Owen  
urbanística  
urbanística  
urbanística  
urbanística



Figuras 19 e 20: O Pan-óptico de Benthams.  
9 B. BRECHT, A Linha de Conduta (1932).

X  
duziram portanto a exigência de um novo equilíbrio calculado. Como veremos, as principais iniciativas não partem das grandes obras públicas, mas dos múltiplos inconvenientes de ordem higiénica da cidade industrial, que dependem de uma combinação de muitos factores e requerem uma legislação que rapidamente se estende do campo sanitário ao campo mais geral da urbanística.



o p d d

Re cr cc cl m cc n p

## 1. AS UTOPIAS DO SÉCULO XIX

### *Owen e o movimento cooperativo inglês*

Robert Owen (1771-1858) começou a ganhar o seu pão aos dez anos como empregado de comércio em Londres; em 1789 abriu uma pequena indústria têxtil, e teve tanto sucesso que pôde comprar dez anos mais tarde, com alguns sócios, as fiações de New Lanark na Escócia.

Em 1793 tornara-se membro da Sociedade literária e filosófica de Manchester, onde conheceu Dalton e sofreu provavelmente a influência do doutor Perceval, um dos primeiros promotores da legislação sobre as fábricas. Supõe-se ainda que tenha tomado conhecimento dos ensinamentos de Thomas Spence (1750-1814), um dos filósofos radicais perseguidos pelo governo durante o período da reacção antijacobina. Contudo, as suas convicções, baseadas na experiência directa feita como trabalhador e depois como industrial, possuem um tom original que se destaca vivamente no ambiente contemporâneo; ele apercebe-se de que *o self-made man* teorizado pelos economistas e aceite pela opinião corrente não passa de uma abstracção, na medida em que são as condições ambientais que determinam de modo preponderante a sorte dos indivíduos. Para melhorar esta sorte, é pois necessário partir do ambiente, que deve ser reconstruído ao serviço do homem antes de se pensar em qualquer vantagem económica, individual ou colectiva. //

Owen experimentou sem demoras esta ideia nas fiações de New Lanark, onde introduziu uma série de melhoramentos no tratamento dos operários: melhores remunerações, horários reduzidos, casas dignas, e em 1816 um peculiar centro de assistência, chamado Instituição para a Formação do Carácter.

Owen → de  
trabalhad  
a industria

1787  
1789

X

reconstru  
do ambien  
te a servid  
do homem

Instituição  
para Form  
ção do car  
ter.

detur-  
minar  
mo  
revela

X



A Instituição — afirma o próprio Owen no discurso inaugural — está apetrechada sobretudo para receber crianças desde os primeiros anos, logo que sejam capazes de andar. O espaço central do andar inferior está preparado para elas, a fim de que possam jogar e brincar durante o mau tempo; quando estiver bom tempo, poderão então ocupar o recinto em frente do edifício. A medida que forem crescendo, serão acolhidas nas salas à direita e à esquerda, onde serão regularmente instruídas nos primeiros rudimentos do saber, de modo a poderem receber uma instrução mais completa antes dos seis anos de idade. Depois de terem passado por estes cursos preliminares, serão acolhidas no espaço onde agora nos encontramos (a utilizar também como capela), que, juntamente com as salas circundantes, funcionará como escola geral para ensinar a ler, a escrever, a fazer contas, a coser e a fazer malha; tudo isto, de acordo com o plano a ser realizado, será feito com considerável amplitude até à idade de dez anos, antes da qual nenhum jovem poderá ser admitido ao trabalho.

Para benefício da saúde e do espírito, tanto os rapazes como as meninas aprenderão dança, e os rapazes terão treino de exercícios militares; os que tiverem boa voz aprenderão canto, e os que tiverem ouvido musical aprenderão a tocar alguns instrumentos; de facto, decidiu-se tornar possíveis tantos tipos de divertimentos inocentes quantos permitiam as circunstâncias locais do estabelecimento.

As salas do andar inferior situadas a Este e a Oeste também serão destinadas, durante o mau tempo, ao descanso e às diversões dos alunos da escola regular.

Deste modo, a Instituição será ocupada durante o dia na estação do mau tempo. No Verão, pretende-se que os jovens saiam frequentemente para os arredores com os professores, a fim de aprenderem no próprio local sobre as coisas naturais e artificiais.

Para além das horas de ensino destinadas aos jovens ainda muito pequenos para trabalharem, as salas serão limpas, ventiladas, e de Inverno iluminadas, aquecidas e tornadas confortáveis em todos os sentidos para acolherem os outros grupos da população. As salas deste andar serão frequentadas por jovens de ambos os sexos que trabalhem durante o dia e que desejem aperfeiçoar-se na leitura, na escrita, nos cálculos, a coser ou a fazer malha, ou aprender qualquer arte útil; para ensiná-los terão à sua espera todas as noites, durante duas horas, professores e professoras adequados.

As três salas inferiores, que de Inverno também serão iluminadas e aquecidas, são reservadas à população adulta, que aí encontrará todos os meios para aprender a ler, a escrever, a calcular, ou então para jogar, conversar e passear.

Duas noites por semana haverá música e dançar-se-á, mas tomar-se-ão todas as precauções para permitir, a quem o queira, a possibilidade de estudar ou de prosseguir as ocupações habituais das outras noites. Uma das divisões será, inclusive, ocasionalmente utilizada para ministrar ensinamentos úteis aos habitantes mais idosos.

Este conjunto de benefícios poderia, em teoria, ser alargado universalmente; mas é preciso começar por agir num sítio, e uma conjugação de acontecimentos singulares fixou esse local na nossa instituição. Todavia, seguindo o princípio agora enunciado, sempre pensei que a Instituição, quando estiver completada, possa acolher não somente os filhos de quem habita neste agregado; qualquer pessoa que viva em Lanark ou nas suas imediações, e não possa educar os seus filhos em casa, terá a possibilidade de os enviar para

aqui, bastando apenas manifestar esse desejo, e eles receberão o mesmo tratamento dos que fazem parte da Instituição<sup>10</sup>.

É certamente difícil subtraírmolos ao fascínio deste discurso de 1816, onde pela primeira vez uma iniciativa filantrópica se concretiza numa organização educativa estável, e partindo da educação tende a envolver toda a vida da comunidade, completando o trabalho na oficina com o estudo e os tempos livres, e atribuindo a cada função um espaço e um tempo proporcionado.

A economia capitalista e a nova técnica do trabalho na oficina revolveram as antigas formas de povoamento produzindo os males e as misérias patentes por toda a Inglaterra. Mas essa mesma técnica e capacidade de previsão podem ser alargadas do trabalho para as outras funções da vida, da oficina para a cidade, permitindo encontrar uma possível reviravolta do actual processo desintegrador, devido a uma aplicação unilateral dos mesmíssimos princípios

A Instituição e os demais serviços de assistência criados por Owen em New Lanark funcionarão admiravelmente durante alguns anos. Mas a proposta de Owen, pela sua própria natureza, destinava-se a ser generalizada, e no ano seguinte, num relatório a um inquérito parlamentar sobre a lei dos pobres, ele apresentou a sua utopia como remédio universal para o problema contemporâneo da indigência<sup>11</sup>.

Porque existe o desemprego, interroga-se ele?

No final da guerra, a Inglaterra possuía «uma força produtiva operante equivalente à que teria se a sua população tivesse aumentado quinze ou vinte vezes». Mas depois de terminada a produção de guerra, «as riquezas do mundo eram insuficientes para comprar aquilo que uma força com efeitos tão prodigiosos produzia; seguiu-se-lhe, por conseguinte, uma diminuição da procura. Quando, por isso, foi necessário contrair as fontes de fornecimento; depressa se constatou que a força mecânica era muito mais barata do que o trabalho humano. Por consequência, a primeira foi mantida a trabalhar, enquanto este último foi suspenso, passando o trabalho humano a poder obter-se a um preço bastante inferior ao absolutamente necessário para a subsistência do indivíduo num bem-estar medíocre».

<sup>10</sup> R. OWEN, *An Address to the Inhabitants of New Lanark, Delivered on Opening the Institution for the Formation of Character, on the 1st of January 1816* (in *A New View of Society and Other Writings*, London 1927, pp. 98-101).

<sup>11</sup> R. OWEN, *Report to the Committee for the Relief of the Manufacturing Poor*, March 1817 (in *A New View of Society and Other Writings*, pp. 157-64).

Portanto, enquanto o trabalho e as máquinas forem considerados no mesmo plano, «a classe operária não dispõe de meios adequados para lutar contra a força mecânica. Logo, deve suceder uma das seguintes coisas:

1. ou o uso da energia mecânica é fortemente diminuído;
2. ou milhões de seres humanos morrerão de fome, para permitir o actual nível produtivo;
3. ou é preciso encontrar uma ocupação vantajosa para os pobres e os desempregados à qual deve estar subordinado o trabalho mecânico, em vez de tender a substituí-la, como agora acontece».

Owen demonstra que a terceira alternativa é a única possível, e formula assim o objectivo da inevitável acção reformadora: «encontrar um emprego vantajoso para todos os trabalhadores, num sistema que permita continuar o progresso mecânico de modo ilimitado».

Estabelecida esta premissa política — que coincide com o início do socialismo moderno — Owen descreve o seu plano do seguinte modo:

Qualquer programa para melhorar as condições dos trabalhadores deve compreender meios para precaver os seus filhos de adquirirem maus hábitos e para lhes dar bons hábitos; deve prever para eles um ensino e uma preparação oportunos; deve dar um trabalho apropriado aos adultos, dirigindo o seu trabalho de modo a obter o máximo de benefícios para eles e para a sociedade; deve dar-lhes condições que os mantenham afastados das tentações inúteis, e unam estreitamente os seus interesses e deveres.

Estes benefícios não podem ser concedidos aos indivíduos e às famílias isolados nem a massas demasiado numerosas. Podem sim ser postos em prática reunindo numa única organização um grupo compreendido entre 500 e 1 500 pessoas, em média cerca de 1 200 pessoas...

O desenho mostra, em primeiro plano, um destes agregados com os respectivos anexos e uma quantidade de terreno apropriada, e ao fundo outros aldeamentos do mesmo tipo.

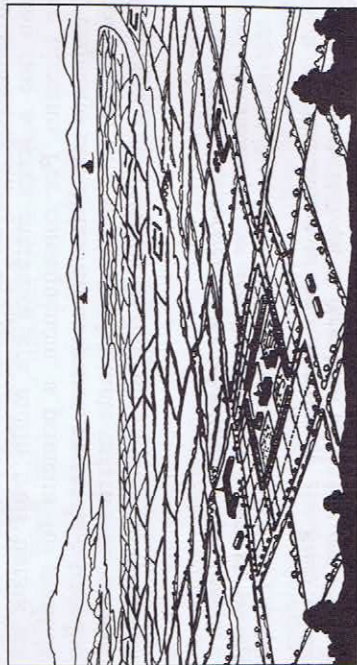


Figura 21

Cada aldeamento compreende um quadrado de edifícios, suficiente para albergar 1 200 pessoas, circundado por um terreno de 1 000 - 1 500 acres. Dentro do quadrado estão situados os edifícios públicos, divididos em sectores.

O edifício central contém a cozinha pública, as despensas e todos os serviços necessários para cozinhar e aquecer a comida de modo eficaz. A direita fica um edifício com a escola das crianças mais pequenas no andar térreo, e uma sala de leitura e um local de oração no primeiro andar. O edifício à direita compreende, no rés-do-chão, a escola para os jovens mais crescidos e uma sala de reuniões; em cima, fica a biblioteca e as salas para os adultos. Na área livre dentro do quadrado estão demarcados os espaços destinados aos exercícios físicos e ao recreio, que devem ser arborizados.

Três lados das construções periféricas são destinados às casas, sobretudo para as pessoas casadas, cada uma composta por quatro alojamentos. O quarto lado é reservado aos dormitórios de todas as crianças que excedam o número de duas por família ou que tenham mais de três anos. Ao centro deste lado situam-se os alojamentos para os vigilantes do dormitório, com a enfermaria numa das extremidades e na outra uma hospedaria para os visitantes. Ao centro de outros dois lados situam-se os alojamentos do superintendente geral, do sacerdote, do mestre-escola, do médico, etc., e no terceiro lado os armazéns de todas as coisas necessárias ao agregado. Fora das casas e pelo lado de trás, a toda a volta, existem hortas-jardins circundadas pelas ruas. Imediatamente atrás, de um dos lados, estão os edifícios destinados aos trabalhos mecânicos e produtivos, aos estábulos, ao matadouro, etc., separados por planificações; do outro lado a lavanderia, etc., e a maior distância as construções rurais, com as instalações necessárias ao fabrico do malte, da cerveja e à moagem do trigo; em redor encontram-se os campos cultivados, as pastagens, etc., cuja periferia é plantada com árvores de fruto...

Cada alojamento das construções periféricas deve hospedar um homem, sua mulher e os filhos de idade inferior a três anos, e deve possuir características tais que lhes assegure muito maior comodidade do que as habituais habitações populares.

Pressupõe-se que as crianças com mais de três anos vão à escola, tomam as refeições e dormem em comum (os pais poderão naturalmente vê-las e conversar com elas durante as refeições e noutras ocasiões oportunas); que ao abandonarem a escola tenham recebido uma instrução completa sobre todo o conhecimento útil e necessário; que seja tomado todo o cuidado para evitar que adquiram maus hábitos dos pais ou de outros; que não se poupem esforços para lhes imprimir os hábitos e as aptidões apropriadas a uma vida feliz, e para os tornar membros úteis e valiosos da comunidade a que pertencem

Propõe-se que as mulheres se dediquem:

- sobretudo, a cuidar dos seus filhos e terem as suas casas em ordem;
- em segundo lugar, a cultivarem as suas hortas e a produzirem as verduras necessárias à mesa comum;
- em terceiro lugar, a trabalharem nos sectores da indústria a elas adaptados, mas não durante mais de quatro ou cinco horas por dia;
- em quarto lugar, a prepararem as indumentárias para os habitantes da comunidade;

— em quinto lugar, a trabalharem periodicamente, por turnos, na cozinha comum, no refeitório e nos dormitórios; e ainda, se convenientemente instruídas, a superintenderem a uma parte da educação das crianças na escola.

Propõe-se que os rapazes mais velhos sejam preparados como ajudantes na horticultura ou no trabalho industrial, durante uma parte do dia, con-

soante as suas forças, e que os homens sejam todos empregados nos trabalhos agrícolas, na indústria ou noutras ocupações úteis à comunidade.

A ignorância dos pobres, a sua má preparação e a falta de uma educação racional tornam necessário que os homens desta geração estejam regular e activamente ocupados durante todo o dia em qualquer trabalho subalterno, mas de modo a que o seu trabalho seja são e produtivo. O plano aqui descrito permiti-lo-á do modo mais amplo.

Para dar uma ideia concreta da despesa necessária para fundar uma tal comunidade, para 1 200 almas, dá-se a seguinte previsão de orçamento (no caso de também se ter de comprar o terreno):

1 200 acres de terreno, a £ 30 por acre	£ 36 000
alojamentos para 1 200 pessoas	£ 17 000
três edifícios públicos dentro do quadrado	£ 11 000
oficinas, matadouro e lavandaria	£ 8 000
mobília para os 300 alojamentos, a £ 8 cada	£ 2 400
mobília para a cozinha, a escola e o dormitório	£ 3 000
duas fazendas, com moinho, oficinas para o malte e a cerveja	£ 5 000
arranjo do interior do quadrado e das ruas	£ 3 000
alfaias para o trabalho agrícola	£ 4 000
imprevistos e despesas accessórias	£ 6 600
	£ 96 000

Esta soma, dividida por 1 200, dá um capital a investir de £ 80 por cabeça, ou, a 5%, uma renda de £ 4.

Este plano foi explicado mais amplamente numa exposição às autoridades do condado de Lanark, em 1820<sup>12</sup>.

A primeira parte do documento é ocupada por uma longa argumentação económica, que parte das seguintes premissas:

1. O trabalho manual, bem dirigido, é a origem de toda a riqueza e da prosperidade nacional.
2. Se for bem dirigido, o trabalho manual rende à comunidade muito mais do que o necessário para manter o trabalhador num nível de vida considerável.
3. Pode fazer-se com que o trabalho manual, bem dirigido, conserve o seu valor em qualquer parte do mundo, seja qual for o aumento da população, por muitos séculos ainda.
4. Com uma organização apropriada do trabalho manual, a Inglaterra pode ficar apta a suportar um incalculável acréscimo populacional, da maneira mais vantajosa para os seus habitantes.
5. Depois de o trabalho estar organizado, nestes moldes, verificar-se-ia até que não se conseguia estimular o aumento da população, durante muitos anos, no grau que seria desejável para o bem comum.

<sup>12</sup> R. OWEN, *Report to the County of Lanark, 1st of May, 1820* (in *A New View of Society and Other Writings* cit., p. 276).

Se portanto existe miséria e desemprego, «é porque se interpôs um grave obstáculo artificial, que torna vã a melhoria natural da sociedade».

Este obstáculo não depende da natureza, mas da velocidade das transformações em curso: «a falta de trabalho remunerado para as classes trabalhadoras e as consequentes dificuldades públicas derivam do rápido aumento dos meios produtivos, para cuja aplicação vantajosa a sociedade descurou a realização das necessárias mudanças organizativas».

Uma tal tese, que rebate o raciocínio malthusiano até então comumente aceite, é precisada em termos estritamente económicos:

1. Ao passo que a produtividade do trabalho humano é aumentada pelos meios técnicos e científicos, as necessidades fundamentais do homem mantêm-se as mesmas; este torna-se apenas menos dependente da sua força física e das contingências que lhe são inerentes.

2. O efeito directo de qualquer progresso técnico ou científico é um aumento da riqueza; a causa imediata do actual desemprego deve portanto ser procurada num excesso de produção de riqueza de todos os tipos, que nem todos os mercados do mundo bastam para absorver, com a actual organização comercial.

3. Se se encontrassem os mercados, a riqueza da sociedade poderia crescer de maneira incalculável, considerando o número de pessoas que procuram trabalho, o número ainda maior das que, por ignorância, estão mal empregadas, e pensando sobretudo nos meios ao nosso alcance para aumentar, de modo ilimitado, os instrumentos científicos da produção.

4. A falta de emprego não depende da falta de capitais, ou de meios para aumentar consideravelmente aqueles de que agora se dispõe, mas de uma falha na distribuição do extraordinário aumento de capitais na sociedade, isto é, falando comercialmente, da falta de mercados e de meios de troca que tenham a mesma extensão dos meios de produção.

Daqui derivam os dois pontos principais do programa económico de Owen: a adopção do trabalho humano como unidade de medida das trocas e a criação de um mercado interno ao próprio aparelho produtivo, aumentando a retribuição dos trabalhadores para torná-los consumidores dos bens produzidos e não apenas instrumentos de produção.

Para pôr isto em prática são necessárias várias alterações organizativas; sobretudo no cultivo do solo, que Owen desejava que fosse feita mais com a enxada do que com o arado e instituído como ocupação base de toda a população; a interrogação imediata — que transporta o raciocínio para o campo urbanístico — é a seguinte: «como é que estes novos cultivadores podem ser distribuídos pelo território e associados, de modo a que os seus esforços produzam o resultado mais benéfico para eles próprios e para a comunidade?».

Owen estabelece, sempre por pontos, as características da nova ocupação das terras:

1. O número de pessoas que devem associar-se para formar o núcleo elementar da nova sociedade deve andar à volta de um mínimo de 300 e de um máximo de 2 000, de preferência entre 800 e 1 200.
2. O terreno cultivável pertencente à comunidade «deve oscilar entre meio acre e um acre e meio por cabeça; uma associação de 1 200 pessoas requererá portanto entre 600 e 1 800 acres».
3. A descrição do núcleo residencial é análoga à de 1817; todas as construções serão reunidas numa grande praça em forma de paralelogramo; os quatro lados serão ocupados pelos alojamentos para os adultos, pelos dormitórios comuns para os jovens, pelos armazéns, pela hospedaria e pela enfermaria; o edifício central compreenderá a igreja, a escola, a cozinha e o refeitório.

Na medida em que é essencial que haja espaço em abundância dentro do perímetro das habitações privadas, o paralelogramo deverá ser sempre muito vasto, quer o número de habitantes se aproxime do máximo ou do mínimo previsto; para alojar mais ou menos habitantes, as casas poderão ter um, dois, três ou quatro pisos, adaptando consequentemente a distribuição interna, que deverá contudo ser muito simples.

Não serão necessárias cozinhas, sendo estas substituídas pelo refeitório coletivo. As casas serão bem ventiladas e, se necessário, aquecidas ou refrigeradas segundo o sistema recentemente introduzido na enfermaria de Derby. Para aquecer, refrigerar e ventilar os alojamentos bastará abrir ou fechar duas portinholas ou válvulas, em cada divisão, cuja atmosfera se manterá sempre pura e temperada, com este simples expediente.

Uma estufa de dimensões adequadas, racionalmente colocada, bastará para condicionar muitos alojamentos, com pouco incómodo e pequena despesa, se a instalação for prevista na construção... Quartos de dormir abertos sobre as hortas-jardins voltadas para o campo e salas de dimensões adequadas voltadas para o espaço interior fornecerão aos cultivadores associados toda a comodidade desejável.

Para a educação dos filhos, Owen prevê desta vez «uma escola primária para as crianças de dois a seis anos e uma secundária para os jovens de seis a doze anos».

As hortas, como se indicou, situar-se-ão fora do paralelogramo, «e para lá destas últimas, suficientemente distantes para serem separadas por uma zona arborizada, ficarão as oficinas e as indústrias».

O próprio Owen compara o seu paralelogramo a uma máquina e conclui: «Se a invenção de tantas máquinas multiplicou o rendimento do trabalho em muitos campos, para vantagem imediata de alguns homens, piorando as condições de muitos outros, ESTA máquina destina-se a multiplicar a eficiência física e o bem-estar

de toda a sociedade de modo ilimitado, sem prejudicar ninguém, por mais rápida que seja a sua difusão»<sup>13</sup>.

Está proposta de Owen é o primeiro plano urbanístico moderno desenvolvido em cada uma das suas partes, desde as premissas político-económicas ao programa de construção e ao orçamento financeiro.

A opinião pública ficou interessada, mas sobretudo admirada e desconcertada com o plano de Owen. Ele próprio publicou em 1817 alguns artigos explicativos no «London Newspaper»<sup>14</sup>, e expôs o seu programa em duas reuniões públicas em Londres. em Agosto do mesmo ano. Recebeu muitos encorajamentos do governo e dos jornais, e até a aprovação de economistas como Ricardo, mas foi criticado pela maior parte dos especialistas, entre os quais Malthus, Cobbett e Place.

Peacock fez a caricatura de Owen com o nome de Sr. Toogood [«Demasiado Bom»], «o cooperativista... que deseja dividir o mundo em quadrados, como um tabuleiro de xadrez, com uma comunidade em cada um deles, e na qual tudo é produzido por uns para os outros, e uma grande máquina a vapor no meio como uma criada para todo o serviço»<sup>15</sup>.

O que punha o seu raciocínio imediatamente fora de causa junto dos especialistas de então era a negação dos termos económicos habituais, e daí precisamente o conceito da máquina a vapor como «criada para todo o serviço» e não como instrumento para aumentar a produtividade industrial.

Para nós, hoje, o plano de Owen parece importante precisamente porque entrevê pela primeira vez os problemas organizativos impostos pelo progresso mecânico, e assinala o início da nova linha de pensamento da qual advirá, pouco a pouco, a experiência urbanística moderna. E parece-nos, ao invés, deficiente por estarmos hoje em posição de avaliar a imensa distância que decorre entre a sua formulação esquemática e a problemática muito rica surgida com os desenvolvimentos posteriores. Em particular, Owen é tão entusiasta no delinear do novo ordenamento social e espacial, e em preconizar o abandono dos vínculos inerentes ao antigo ordenamento, que deixa completamente na sombra o problema da autarquia face à liberdade dos indivíduos singulares.

<sup>13</sup> *Op. cit.*, pp. 285-6.

<sup>14</sup> «London Newspaper» de 30 de Julho, 15 de Agosto, 19 de Agosto, 22 de Agosto, 10 de Setembro de 1817.

<sup>15</sup> Cit. in B. RUSSELL, *História das Ideias do Século XIX* (1934).

Tendo de sugerir às autoridades do condado de Lanark o modo de realizar os paralelogramos, Owen limita-se a dizer: «Estas novas unidades produtivas podem ser promovidas por um ou mais proprietários fundiários ou grandes capitalistas; por sociedades constituídas que dispõem de fortes capitais para despendem em fins filantrópicos e públicos; por autoridades locais que desejem subtrair-se ao encargo da taxa para a assistência dos pobres; ou então por associações de burgueses ou de trabalhadores do sector da agricultura, da indústria e do comércio, para se esquivarem aos males do presente sistema. As novas comunidades ficarão sujeitas ao governo central do país, pagarão os impostos em moeda legal (enquanto comerciarão entre si na nova moeda-trabalho) e fornecerão soldados em caso de guerra; em contrapartida, não serão um encargo para a justiça do país, pois tendo alcançado uma harmonia perfeita poderão dispensar tribunais e prisões»<sup>16</sup>.

A tentativa de passar da teoria à prática pôs rapidamente a claro a debilidade do plano de Owen; estas propostas foram por ele apresentadas a todas as grandes personagens da época: ao futuro czar Nicolau I de visita a New Lanark, a Napoleão I desterrado na ilha de Elba, ao imperador da Rússia, Alexandre I, durante o congresso de Aquisgrano, para além dos governantes do seu próprio país<sup>17</sup>.

Mas o malogrado êxito das suas tentativas persuade-o a tentar pessoalmente; em 1825 compra a uma seita protestante um terreno de 30 000 acres em Indiana, onde se estabelece em 1826 com a família e um grupo de cerca de 800 seguidores, pronto a realizar de imediato a harmonia universal.

A decisão de mudar-se para a América advém do hábito europeu de considerar o Novo Mundo como o campo aberto às experiências impossíveis de levar a cabo na Europa; está além disso ligada às recentes experiências dos veteranos napoleónicos, que após Waterloo haviam construído na América o Champ d'Asyle, e dos reformadores religiosos alemães, entre os quais George Rapp, que fundara precisamente a aldeia de Harmony, adquirida por Owen<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> Report to the County of New Lanark cit., p. 285.

<sup>17</sup> B. RUSSELL, op. cit.

<sup>18</sup> R. W. LEOPOLD (*Robert Owen, a Biography*, Cambridge 1940, p. 25) cita um hino cantado pelos seguidores de Owen em 1825, que começa assim:

*Land of the West, we fly to thee  
Sick of the old world's sophistry*

A aldeia, rebaptizada New Harmony, fora traçada em xadrez, com uma praça ao centro rodeada de grandes edifícios em tijolo. O duque de Saxónia-Weimar, que visitou o local em 1826, comenta:

O Sr. Owen ficou grato com a minha visita e ofereceu-se para me explicar tudo. Dado que o plano feito para a sociedade dos Rappistas não se adaptava à de Owen, tiveram de ser feitas muitas alterações. Todas as casas construídas com troncos de árvores que ainda estavam de pé tiveram de ser removidas, subsistindo apenas os edifícios de pedral e cal. Além disso, todas as vedações das hortas privadas, assim como todas as vedações existentes tiveram de ser suprimidas, excepto as que ladeavam as vias principais que atravessam a propriedade. O conjunto deveria assemelhar-se a um parque pelo qual estivessem disseminadas as diversas casas<sup>19</sup>.

Owen atraiu ao local muitos homens de cultura americanos, entre os quais um grupo de homens de ciência e educadores vindos de Pittsburg a bordo de um barco experimental construído por William Maclure, chamado *Boatload of Knowledge*. A estes veio juntar-se Frances Wright, uma escocesa amiga de Lafayette que em 1825 fundara a colónia antiesclavagista de Nashoba, perto de Memphis.

Foram feitas importantes experiências, sobretudo na organização escolar, mas as dificuldades económicas e as discórdias internas destruíram a iniciativa. Um dos seguidores de Owen implantou, na sua ausência, uma destilaria clandestina de whisky, enquanto Maclure fundava bem cedo uma comunidade dissidente, Macluria, sendo rapidamente imitado por outros, até que, em 1828, Owen foi constrangido a vender a propriedade. Tentou a seguir expor a teoria dos paralelogramos ao presidente Jackson e ao general mexicano Santana, mas sem resultado<sup>20</sup>.

Só então Owen, regressado à pátria e empobrecido, encontrou o verdadeiro público das suas teorias, a classe operária e as suas organizações sindicais nascentes.

Em 1824 era revogada a lei que proibia as associações profissionais e nos anos seguintes formaram-se numerosas associações operárias. O movimento cooperativo — iniciado já nos finais do

<sup>19</sup> BERNHARD, DUKE OF SAXE-WEIMAR-EISENACH, *Travels through North America during the Years 1825 and 1826*, Filadélfia 1828, vol. II, p. 108.

<sup>20</sup> Na época da experiência de New Harmony, outros seguidores de Owen tentaram iniciativas análogas em Orbiston, na Escócia, em 1826, e em Ralahine, na Irlanda, em 1831; também estas falharam a breve trecho.

século XVIII<sup>21</sup> e repropósito recentemente por George Mudie<sup>22</sup> — foi activamente promovido por William King, que publicou entre 1828 e 1830 o jornal «The Co-operator», e por um grupo de londrinos liderado por William Lovett e Henry Hetherington<sup>23</sup>. Quando Owen regressou dos Estados Unidos tomou a direcção do movimento, fundando em 1832 o National Equitable Labour Exchange (onde as mercadorias produzidas deveriam ser compradas e vendidas em moeda-trabalho), e procurou suscitar um grande movimento unitário para a reforma imediata da economia e da sociedade inglesas. Em 1833, os operários da construção civil anunciaram a formação da Grand National Guild of Builders, declarando-se prontos a absorver toda a indústria da construção em bases cooperativas, e oferecendo aos donos de trabalho um cargo directivo na nova organização; pouco depois os delegados das Trade Unions de todo o país reuniram-se ao Labour Exchange para dar vida a uma grande união nacional, que atingiu um milhão de membros, mas rapidamente entrou em conflito com o governo e dissolveu-se em 1834.

Depois destes acontecimentos, Owen manteve-se afastado, mas a sua influência continuou a dar frutos. Muitas das Trade Unions e das sociedades cooperativas debateram com a máxima seriedade a teoria dos paralelogramos e aprestaram-se a pô-la em prática; entre 1839 e 1845 funcionou uma comunidade owenista em Queenswood, no Hampshire; mas sobretudo após a queda do cartismo, em 1842, a teoria de Owen influenciou largamente a segunda fase do movimento cooperativo, iniciada pela Sociedade dos pioneiros de Rochdale.

Esta foi fundada em 1844 por um grupo owenista, que entendia dever começar por uma cooperativa de consumo para chegar em seguida a uma verdadeira organização comunitária. O segundo objectivo foi sendo pouco a pouco abandonado, enquanto se multiplicavam as iniciativas económicas: um moinho cooperativo, uma sociedade têxtil, uma sociedade de construção.

<sup>21</sup> Os primeiros moinhos cooperativos foram fundados em Woolwich e em Chatham por volta de 1760; as primeiras cooperativas de consumo constituíram-se na Escócia: em 1796 a Fenwick Weaver's Society e em 1777 a Govan Victualling Society; em Birmingham foi fundada em 1777 uma cooperativa de alfaiates e em 1795 foi aberta a primeira loja cooperativa, a Oldham Co-operative Supply.

<sup>22</sup> Mudie fundou em 1821 a London Co-operative and Economical Society, cujos membros viviam em comum, e publicou entre 1821 e 1824 o primeiro jornal cooperativo, o «Economist».

<sup>23</sup> A propósito destas iniciativas foi usada pela primeira vez em 1827, pelo «Co-operative Magazine», a palavra «socialismo»; cf. B. RUSSEL, *op. cit.*

Owen → fundou uma comunidade no novo mundo, mas foi fracassado no seu empreendimento. Retornou à Europa e seu plano passou a influenciar as cooperativas de trabalhadores em todo o mundo. O ideal owenista foi tomado em um sentido novamente econômico.

Em 1848 entrou em cena o socialismo cristão de John Malcolm (que estudara as experiências francesas de Philippe Buchez) e em 1863 foi fundada a North of England Co-operative Wholesale Society, rapidamente difundida em grande parte da Inglaterra e em 1868 também na Escócia. Entretanto, em 1852 fora votada uma lei para regular o estatuto jurídico das cooperativas, e em 1870 foi constituída uma União cooperativa nacional.

Deste modo, no período de prosperidade a seguir a 1846, e no clima político do novo conservadorismo reformista, posterior à revolução de 1848, o ideal owenista concretizava-se num sentido puramente económico, deixando no esquecimento as implicações políticas e urbanísticas, que Owen considerava objectivamente inseparáveis<sup>24</sup>.

#### A escola saint-simoniana

Quando era ainda rapaz, o conde de Saint-Simon (1760-1825) viu uma carruagem vir na direcção de uma criança que brincava na rua; qualquer filantropo de estampa antiga teria corrido a salvar a criança, tirando-a da rua, mas o futuro pregador do socialismo plantou-se de frente da carruagem e não arredou pé para que a criança pudesse brincar tranquila.

Antecipava assim, a seu modo, num estilo totalmente diferente dos reformadores ingleses, a distinta escala de valores de que emanaria a acção reformadora do socialismo francês.

A formação de Saint-Simon e de Fourier, tal como a de Owen, é anterior à Revolução de 1789, e o primeiro esteve até envolvido pessoalmente nas primeiras fases do movimento; mas os termos do debate político revolucionário não admitiam espaço para delinear os quesitos sociais subjacentes, nem as suas implicações de ordem urbanística.

Por este motivo, as origens do pensamento urbanístico moderno devem procurar-se, em França tal como em Inglaterra, nos anos

<sup>24</sup> O modelo urbanístico de Owen foi a seguir retomado por J. M. Morgan, que formulou no quarto decénio do século um plano para uma Christian Commonwealth, publicado em 1850. A nova unidade de povoamento deveria chamar-se Self-Supporting Institution, compreendendo 300 famílias a serem alojadas em *cottages* de quatro divisões, num terreno de mil acres. Trata-se da utopia de Owen acrescida da assistência religiosa. Um dos defensores de Morgan foi J. S. Buckingham, autor do plano de Victoria de que se falará mais adiante.

sombrios do pós-guerra e da Restauração, quando a especulação teórica faz as primeiras tentativas para colmatar a distância entre as esperanças despertadas pela revolução e a realidade dos factos.

Em França, todavia, a desilusão tem mais carácter político e ideológico do que económico; as consequências mais graves da industrialização e do urbanismo só se farão sentir após 1830, enquanto a artificialidade das formas de convivência tradicionais é claramente evidenciada pela tentativa, se bem que parcial, de reconstituir o *ancien régime*.

Neste período é definida a teoria social de Saint-Simon<sup>25</sup>, partindo do princípio de que os *industriels* — os técnicos e a classe operária — deviam obter os postos de comando, destronando as antigas classes dirigentes. Após a morte de Saint-Simon, em 1825, os seus ensinamentos foram desenvolvidos por um grupo de discípulos — Rodrigues, Enfantin, Chevalier — que fundaram em 1826 o jornal «Le Producteur» e prepararam entre 1828 e 1830 uma exposição sistemática da teoria comum<sup>26</sup>.

Após a revolução de 1830, os saint-simonianos granjearam muito maior liberdade, conseguiram o controlo do «Globe» e reuniram-se numa comunidade semimonástica, primeiro na rua Montigny, em Paris, e depois em Ménilmontant, instaurando o uso de uma divisa especial.

Os *leaders* deste grupo foram Barthélemy Enfantin (1796-1864) e Saint-Amand Bazard (1791-1832) com o título de «pères suprêmes»; mas quando Enfantin enunciou a teoria do «amor livre», em substituição da «tirania do matrimónio», Bazard retirou-se e Enfantin acentuou o carácter político do grupo, até que a polícia dispersou o movimento em 1832.

Em seguida, Enfantin tentou por várias vezes converter o rei Luís Filipe às suas ideias; em 1841 foi nomeado membro da Comissão científica de estudo para a Argélia<sup>27</sup> e em 1845 secretário da Companhia da linha ferroviária Paris-Lyon. Tomou ainda parte na constituição da «Société d'études pour le canal de Suez», depois de ter tentado, em 1837, convencer pessoalmente o vice-rei Mohamed Ali do projecto<sup>28</sup>.

<sup>25</sup> C. R. DE ROUVROY DE SAINT-SIMON, *Du système industriel (1821); Catéchisme des industriels (1823-24); Nouveau Christianisme (1825)*.

<sup>26</sup> *Exposition de la Doctrine de Saint-Simon*, Paris 1828-30.

<sup>27</sup> B. P. ENFANTIN, *Colonisation de l'Algérie*, Paris 1834.

<sup>28</sup> Cf. G. ISAMBERT, *Les Idées Sociales en France dès 1815 à 1848*. Paris 1905, pp. 189-91.

Nem Saint-Simon nem os seus discípulos abordaram o terreno urbanístico com um mínimo de rigor técnico (Chevalier expôs em 1832, no «Globe», um fantástico plano de Paris, que deveria ter a forma de um homem a caminhar), mas transmitiram à cultura francesa um objectivo a realizar em grande escala e uma ênfase moral sobre o valor das obras públicas — os *grands travaux* — que vieram a revestir-se de grande importância.

#### *Fourier e a sua influência na Europa e na América*

Muito diferente é o ensinamento de Charles Fourier (1772-1837), desprovido do entusiasmo cívico dos saint-simonianos mas autor de uma meticulosa e exacta utopia, baseada num engenhoso sistema filosófico-político.

Fourier começou a expor o seu sistema num longo tratado, que apareceu anonimamente em 1808<sup>29</sup>. Considera imoral e absurda uma sociedade baseada na competição dos interesses individuais ou de classe, e propõe como alternativa a união dos esforços, para alcançar um estado de harmonia universal; isto tornar-se-á possível eliminando as restrições e os contrastes que limitam, no mundo presente, a satisfação das paixões, e reformando a sociedade de modo a garantir a livre satisfação das tendências individuais, no respeito dos direitos e das prerrogativas dos demais.

Não sendo obrigado a ter em conta responsabilidades operativas, Fourier voltou por diversas vezes a retocar e a ampliar o seu sistema nas obras seguintes<sup>30</sup>.

Após a revolução de Julho, alcançou um público mais vasto, polemizou contra as outras correntes socialistas<sup>31</sup> e começou a publicar um semanário em 1832, «Le Phalanstère ou la Réforme Industrielle», que desapareceu em 1834 e foi retomado em 1836 com o título «La Phalange», tornando-se diário em 1943 com o título «La Démocratie Pacifique», até ser extinto em 1850.

Na teoria de Fourier a realização da harmonia universal deve ocorrer gradualmente, através de sete períodos históricos; a humanidade encontra-se actualmente na transição entre o quarto período (barbárie) e o quinto (civilização). A civilização é caracterizada pela

<sup>29</sup> *Théorie des quatre mouvements*, Lyon 1808.

<sup>30</sup> *Traité de l'association domestique-agricole*, Paris 1822; *Nouveau monde industriel et sociétaire*, Paris 1829-30.

<sup>31</sup> *Pièges et charlatanisme de deux sectes, St. Simon et Owen*, Paris 1831.

propriedade individual descontrolada, enquanto o período seguinte (garantismo) estabelecerá uma série de limitações. Assim, a ordem e a anarquia da cidade contemporânea deverão dar lugar a uma ordem minuciosa.

Eis a organização de uma cidade do sexto período:

Devem traçar-se três cinturas: a primeira contendo a *citê* ou cidade central, a segunda contendo os subúrbios e as grandes fábricas, a terceira contendo as *avenues* e a periferia. Cada uma das três zonas adopta diferentes dimensões para as construções, nenhuma das quais pode ser feita sem a aprovação de uma comissão de construtores, que vela pela execução das normas garantistas, cuja exposição se segue.

As três zonas são separadas por cercas, sebes e plantações que não devem obstruir a visibilidade.

Cada casa da *citê* deve ser dotada de espaços livres, para pátios ou ajardinamentos, equivalentes pelo menos à área construída; estes espaços serão duplos na segunda zona e triplôs na terceira.

Todas as casas devem ser isoladas, possuindo fachadas regulares de todos os lados, com ornamentos escalonados segundo as três zonas, e desprovidas de empenas nas. A distância mínima entre dois edifícios deve ser de três braças [...]. As cercas terão de ser formadas por muros baixos, encimados por grades ou paliçadas que deixem livres à vista pelo menos dois terços da altura dos edifícios.

A distância será sempre calculada em projecção horizontal, mesmo nos terrenos inclinados, e deverá ser pelo menos igual a metade da altura da fachada mais próxima, quer seja dos lados ou da parte detrás.

Os telhados deverão formar pavilhão, salvo na presença de frontões ornados nos lados, e ser providos de calceiras que conduzam a água para debaixo dos passeios.

Do lado da rua, a altura das construções até à goteira do telhado não poderá exceder a largura da rua. A distância entre os lados será pelo menos igual a 1/8 da largura da fachada que dá para a rua [...], precaução necessária para evitar as aglomerações num só ponto.

As ruas deverão ter como fundo uma vista campestre ou um monumento de arquitectura pública ou privada: será banido o monótono tabuleiro de xadrez. Algumas ruas serão curvas e serpenteadas para evitar a uniformidade. As praças deverão ocupar pelo menos 1/8 da superfície. Metade das ruas deverão ser plantadas com árvores de diversas espécies.

A largura mínima das ruas é de nove braças; para regularizar os passeios, e no caso de se tratar de simples vias para peões, podem reduzir-se a três braças mas conservando as outras seis como canteiros<sup>32</sup>.

Numa cidade deste género «não se poderão construir casas pequenas», mas antes casas colectivas, que favorecerão a concentração dos serviços e por isso as relações mútuas.

<sup>32</sup> C. FOURIER, *Traité de l'Association Domestique-Agricole*, in *Oeuvres Complètes*, Paris 1841, II ed., t. IV, pp. 500-502.

Esta descrição /antecipa de modo surpreendente o conteúdo dos regulamentos da construção oitocentista, atribuindo-lhes um valor resolutivo que será desmentido pela experiência posterior, e constitui talvez o contributo mais importante de Fourier para a prática urbanística que se lhe seguiu. Mas para o autor este sistema de regras é apenas um elemento de transição para a harmonia universal, que será realizada no sétimo período.

Aqui, o problema do povoamento será reformulado de raiz, contrapondo à comunidade indeterminada um grupo funcional racionalmente composto, a Falange, e à cidade indiferenciada um dispositivo arquitectónico unitário, chamado Falanstério<sup>33</sup>.

Supomos que a experiência venha a ser feita por um soberano ou um particular rico [...], ou por uma companhia poderosa, que queira evitar proceder às apalpadelas e deseje organizar sem mais delongas a Grande Harmonia, o oitavo período na sua plenitude. Indicarei o procedimento a seguir neste caso.

Para uma associação de 1500-1600 pessoas é necessário um terreno de uma légua quadrada [...]; o local deverá possuir um belo curso de água, ser atravessado por colinas e adaptado a culturas variadas, estar à beira de uma floresta e pouco distante de uma grande cidade, mas o suficiente para evitar os importunos.

O capital necessário, pensando que o soberano põe o terreno gratuitamente à disposição, é de cerca de 4 000 000 de francos, a subdividir por 400 acções de 10 000 francos.

O número dos componentes é estabelecido pela teoria, que «fixa em 810 o número de caracteres distintos que compõem a escala completa ou *clavier général* dos caracteres que formam a Grande Harmonia doméstica»; a estes é necessário juntar 192 entrecrianças e velhos, 450 pessoas não consideradas por doença, viagem, missão, noviciado ou insuficiência de carácter, e 168 *complémentaires doublants*, em reforço das classes activas; no total, 1620 pessoas. A relação entre o sexo masculino e o feminino deve ser de 21 para 20, e os rendimentos pessoais variáveis entre 20 000 e 50 000 francos.

Os ganhos anuais serão divididos do seguinte modo:

5/12 para o trabalho manual;

4/12 para o capital accionista;

3/12 para os conhecimentos teóricos e práticos.

<sup>33</sup> *Op. cit.*, pp. 427-468.



Todos podem participar nos três tipos de benefícios, mesmo cumulativamente; a direção da Falange adianta a cada membro pobre a comida, o alojamento e o vestuário de terceira classe, pagando depois o saldo relativo ao trabalho efectuado.

o edifício

O edifício destinado à Falange não tem qualquer semelhança com as nossas construções, da cidade ou do campo [...]. Os alojamentos, as plan-tações e os estábulos de uma sociedade que funciona com base em séries de grupos devem diferir prodigiosamente das nossas aldeias ou subúrbios ocupados por famílias que não têm qualquer relação societária e agem contraditoriamente; em lugar deste caos de casitas dos nossos povoados, que rivalizam entre si em sujidade e diversidade, numa Falange instala-se um edifício regular, tanto quanto o terreno o permita [...]. O centro do Palácio ou Falanstério deve destinar-se às funções públicas, às salas de jantar, da bolsa, do conselho, da biblioteca, de estudo. Neste centro estão situados o templo, a *tour d'ordre*, o telégrafo, os pombos-correios, o *carrillon* das cerimónias, o observatório, o jardim de Inverno ornamentado com plantas sempre verdes e situado por trás do pátio principal.

Uma das alas deve reunir todas as oficinas ruidosas, como o carpinteiro e o serralheiro, e todas as assembleias de jovens, que são geralmente bastante barulhentas [...]. A outra ala deve conter as buliçosas salas de baile e de relações com os forasteiros, para que não estorvem o centro do palácio e não perturbem as relações domésticas da Falange.

O Falanstério deve conter, para além dos apartamentos individuais, muitas salas de relações públicas que se chamarão «Seristérios», ou locais de reunião e de realização de séries passionais [...]. Para não conferir ao Palácio uma frente demasiado extensa (que o próprio Fourier fixa em 300 braças para o corpo central e 150 para as duas alas), convirá duplicar os corpos das alas e do centro, e deixar no intervalo entre os corpos paralelos contíguos uma distância de pelo menos 15-20 braças, o que formará três pátios alongados e atravessados em cada 50 braças por corredores sobre colunadas ao nível do primeiro piso, fechados com vidraças e aquecidos ou ventilados segundo o costume de Harmonia [...]. O Palácio deve ser atravessado a distância regulares, como a galeria do Louvre, por passagens para viaturas, conservando ou interrompendo o nivelamento.

Para poupar construção de pedra e cal e terreno, e fomentar as relações, convirá que o Palácio ganhe em altura, ficando pelo menos com três pisos e o sótão, para além do andar térreo e da sobreloja, onde estarão situados os alojamentos e as salas de reuniões das crianças e dos velhos, isolados da rua-galeria, que é o espaço principal do Palácio [...]. Uma Falange é verdadeiramente uma pequena cidade, mas não possui ruas exteriores e descobertas, expostas às intempéries; todas as partes do edifício têm acesso por uma ampla galeria situada no primeiro piso (não poderia ficar no andar térreo, que é atravessado em diversos pontos pela passagem das viaturas); nas extremidades desta via, corredores, colunas e subterrâneos com bons acabamentos estabelecem por toda a parte do edifício e das suas dependências uma comunicação protegida, elegante e temperada em qualquer estação do ano, pelas caldeiras ou pelos ventiladores.

A rua-galeria não recebe luz dos dois lados, pois segue encostada a cada um dos corpos do edifício; todos os corpos têm duas filas de di-

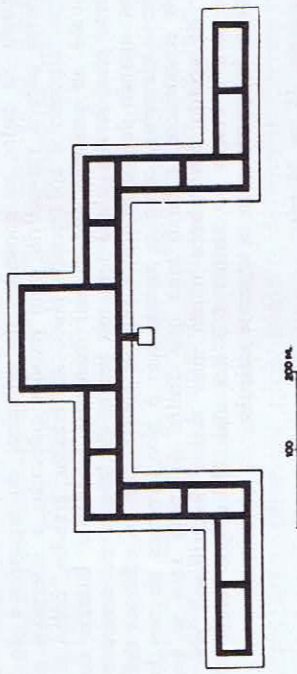


Figura 22: Planta esquemática do Falanstério, deduzida da descrição do *Tratado* e de uma gravura incluída na edição de 1841; a negro está indicado o traçado das *rues intérieures*.

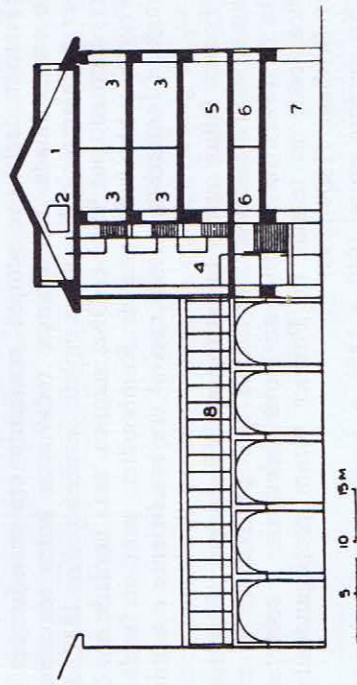


Figura 23: Seção esquemática do Falanstério, segundo as indicações do *Tratado*: (1) sótão, com os quartos para os hóspedes; (2) reservatórios hídricos; (3) aposentos privados; (4) *rue intérieure*; (5) salas de reunião; (6) sobreloja, com os alojamentos para os jovens; (7) andar térreo com passagens para viaturas; (8) passadiço coberto.

visões, uma das quais recebe luz do exterior e a outra da rua-galeria; esta deve ter a altura dos três pisos que para ela estão voltados. As portas de entrada de todos os aposentos do primeiro, do segundo e do terceiro piso abrem para a rua-galeria, com escadas colocadas a intervalos para dar acesso ao segundo e ao terceiro pisos. As escadas grandes, como é hábito, são só até ao primeiro andar; mas duas das escadarias laterais conduzem ao quarto piso. A rua-galeria terá seis braças de largura no centro e quatro nas alas, quando dentro de trinta anos se construírem os edifícios definitivos; mas provisoriamente, como o mundo não é rico, teremos de nos limitar a edifícios económicos, e tanto mais que dentro de trinta anos se terão que refazer de acordo com planos muito mais vastos. Reduzir-se-á pois a rua-galeria para 4 braças no centro e 3 nas alas. Os corpos terão 12 braças de largura de acordo com o seguinte cálculo:

galeria, 18 ou 24 pés;  
divisão do lado da galeria, 20 pés;  
divisão que dá para o exterior, 24 pés;  
as duas paredes exteriores, 4 pés;

o que dá ao todo 72 pés, ou seja, 12 braças. Algumas salas públicas poderão ter até 8 braças de largura, e dar quer para a galeria quer para o exterior [...]. Os alojamentos deverão ser distribuídos numa ordem composta e graduada; terão 20 preços diferentes, de 50 a 1000, mas dever-se-á evitar a progressão decrescente em direcção às alas [Fourier fornece um esquema de distribuição «em ordem composta»].

O sóto contém o campo celular, isto é, um albergue para os visitantes, e os reservatórios de água para os casos de incêndio.

Fourier declara-se sempre confiante em transformar a sua utopia em realidade. Em França, todavia, a única tentativa para realizar o Falanstério foi um completo insucesso. Em 1832, Baudet Dulary, deputado por Seine-et-Oise, adquiriu uma herdade em Condé-sur-Vesgre, junto à floresta de Rambouillet, para aí fundar uma comunidade fourierista, mas o capital era insuficiente e a iniciativa depressa se gozou.

Foram feitas outras tentativas na Rússia (pelo filantropo M. B. Butasevic-Petrascovsky, nos anos que precederam a reacção czarista de 1849), na Argélia, na Nova Caledónia, e sobretudo na América, onde as teorias de Fourier foram propagandeadas por Albert Brisbane (1809-1890)<sup>34</sup>.

No decénio entre 1840 e 1850 o movimento fourierista teve um notável sucesso nos Estados Unidos, onde foram fundadas 41 comunidades experimentais; a ele aderiu Horace Greeley (1811-1872),

<sup>34</sup> A. BRISBANE, *Social Destiny of Man*, 1840; *General Introduction to Social Sciences*, 1876.

editor do «Tribune» de Nova Iorque<sup>35</sup>, e foram por ele influenciados os Transcendentalistas da Nova Inglaterra, entre os quais Charles A. Dana, Parke Godwin e George Ripley, que foi o fundador de Brook Farm, a mais interessante destas experiências americanas<sup>36</sup>.

Ripley e a mulher organizaram no Verão de 1841 um centro agrícola e educativo em West Roxbury, Massachusetts; os participantes exerciam um trabalho manual ou intelectual, gozavam de uma completa liberdade de pensamento e propunham-se realizar uma comunidade harmoniosa e equilibrada, ao abrigo dos interesses e das rivalidades do mundo contemporâneo.

A comunidade funcionava como uma sociedade por acções; os lucros eram divididos num número de quotas correspondentes aos dias de trabalho intelectual ou manual, que eram depois repar-tidas pelos trabalhadores proporcionalmente ao trabalho realizado. Cada participante recebia um dólar por dia, e além disso a comida, o alojamento, o aquecimento e o vestuário para si e para a família pelo preço de custo.

Entre os primeiros participantes estiveram Charles A. Dana e Nathaniel Hawthorne, que dirigiram conjuntamente a actividade agrícola nos primeiros anos; outros membros foram John S. Dwight, Minot Pratt, George Partridge, Bradford e Warren Burton<sup>37</sup>. Durante quatro anos publicou-se inclusive uma revista semanal, «The Harbinger», sobre problemas sociais e políticos.

A iniciativa atraiu diferentes tipos de trabalhadores — carpinteiros, sapateiros, impressores — se bem que os estudantes constituissem sempre a maioria. O complexo escolar compreendia uma creche, uma escola elementar e uma escola preparatória para os cursos superiores, de seis anos. Os estudantes comprometiam-se a dedicar algumas horas por dia a trabalhos manuais — as jovens na cozinha e na lavanderia, e os rapazes no campo — mas podiam escolher livremente os seus planos de estudos.

Em três anos a iniciativa desenvolveu-se e junto ao complexo original foram construídas outras quatro casas, oficinas e dormitórios. Nesta altura, devido à crescente influência da teoria fou-

<sup>35</sup> Greeley fundou em 1842 a colónia de Sylvania, que durou até 1845; v. H. GREELEY, *Hints toward Reforms*, 1850.

<sup>36</sup> Cf. J. T. COLDMAN, *Brook Farm*, Boston 1894; L. SWIFT, *Brook Farm*, 1900; a experiência também é descrita no romance de N. HAWTHORNE, *The Blithedale Romance*, 1852.

<sup>37</sup> A comunidade foi visitada por muitas das mais importantes figuras da cultura americana: Ralph W. Emerson, Amos Bronson Alcott, Margaret Fuller, Theodore Parker, Orestes A. Bronson, William Channing.

rierista, a comunidade tomou o nome de «Falange», e todos os recursos financeiros foram dedicados à construção de um edifício central, o Falanstério. Logo que este ficou concluído, foi completamente destruído por um incêndio na noite de 2 de Março de 1846.

A comunidade não conseguiu mais superar este golpe e dissolveu-se em 1849, tendo os terrenos e os edifícios sido vendidos em leilão<sup>38</sup>.

Entre os discípulos de Fourier, o mais activo foi Victor Considérant (1808-1893), que após o golpe de Estado de 1851 partiu para a América, onde visitou com Albert Brisbane a North American Phalanx no Novo México<sup>39</sup>. Decidiu tentar ele próprio a experiência, comprou um terreno no Texas, e regressado a França publicou um apelo (*Au Texas*, 1854) tendo arranjado cerca de 250 seguidores. Mas a iniciativa gorou-se por insuficiência de capitais, e Considérant acabou por ficar sozinho com a família na herdade «La Réunion»<sup>40</sup>.

### O Familistério de Godin

A tentativa de Considérant foi financiada, entre outros, por Jean Baptiste Godin (1817-1889), um jovem industrial que fundara oito anos antes uma oficina metalúrgica em Guisa.

Durante o Segundo Império, Godin começou a realizar com os seus próprios meios o Falanstério de Fourier, modificando-o de acordo com a sua experiência, e foi o único a obter sucesso.

O Familistério de Godin é uma redução do modelo de Fourier, sendo o edifício igualmente decomposto em três blocos fechados, mas os pátios de tamanho modesto são cobertos por vidros e desempenham as funções das *rues intérieures* de Fourier.

O primeiro bloco foi começado em 1859, o bloco central em 1862 e o terceiro em 1877; entretanto, foram criados os serviços gerais (1860), a creche e o jardim-escola (1862), as escolas, o teatro (1869), os banhos e a lavanderia (1870).

<sup>38</sup> Sobre o socialismo americano, ver M. HILLQUIT, *History of Socialism in the United States*, 1903; NORDHOFF, *Communitist Societies in the United States*, 1875.

<sup>39</sup> Trata-se de uma das comunidades fourieristas americanas, fundada por Charles Sears em 1843 e activa até 1854 (cf. C. SEARS, *The NAP, a Historical and Descriptive Sketch*, Prescott 1886).

<sup>40</sup> Cf. V. P. CONSIDÉRANT, *Exposition du système de Fourier*, 1845; *Principes du socialisme*, 1847; *Théorie du droit de propriété et du droit au travail*, 1848.

Em 1880 Godin instituiu uma cooperativa entre os seus operários, a quem confiou a gestão da fábrica e do Familistério; Lavedan testemunha que a cooperativa ainda se encontrava activa no início de 1939, e o estabelecimento primitivo tinha mesmo aumentado.

A teoria de Godin, exposta no seu livro *Solutions Sociales*<sup>41</sup>, deriva do princípio cooperativo de Fourier, e preconiza que o lucro seja dividido proporcionalmente por quatro factores: a retribuição dos trabalhadores, o juro do capital, os direitos dos inventores e o fundo de segurança social.

A vitalidade da experiência depende porém de duas importantes inovações: do carácter industrial, e não agrícola, da empresa produtiva, e da renúncia à vida em comum do Falanstério, com as complicadas consequências previstas por Fourier. Aqui cada família possui o seu alojamento privado, e o Familistério salvaguarda-lhes a autonomia, assegurando contudo as vantagens dos serviços comuns e facilitando as relações. //

É assim antecipado, com singular precisão, o raciocínio que está na base da *unité d'habitation* de Le Corbusier:

A economia do solo deixa livre em torno ao Familistério um grande espaço arranjado para parque, de quase 20 acres. Cada alojamento possui janelas que se abrem sobre o parque, tanto à frente como atrás e dos lados [...]. Na medida em que não existe qualquer edifício fronteiro ao Familistério, não há vizinhos curiosos a olhar pelas janelas, abertas ou fechadas. Numa bela noite de Verão, cada habitante apenas tem de fechar a porta que abre para o grande *hall*, e pode desfrutar do seu cachimbo ou de um livro defronte da janela aberta sem ser observado, como se fosse proprietário de uma vivenda isolada no seu terreno<sup>42</sup>.

Um elaborado sistema escolar satisfaz as necessidades dos jovens desde o nascimento até à idade de começarem a trabalhar:

No Familistério a educação é organizada em sete classes, cada qual com o seu corpo de directores e de instrutores, as suas salas e gabinetes próprios. Estas classes correspondem à idade dos jovens:

1. o «ninho», para as crianças desde o nascimento até aos 26 ou 28 meses;
2. a «creche», para as crianças desde que começam a andar até aos 4 anos;

<sup>41</sup> Publicado em Paris no ano de 1870, e conhecido sobretudo através da tradução de N. Howland, editada em fascículos no periódico «Social Solutions» em 1886.

<sup>42</sup> E. OWEN GREENING, *The Co-operative Traveller Abroad*, in «Social Solutions», n.º 6, 6 de Agosto de 1886 (trata-se de um relato de uma visita a Guisa; o jornal servira para propagandeia a iniciativa de Topolobampo, no México, de que fala E. HOWARD no capítulo IX de *Tomorrow*).

- A) Pátio interior: *a*—passagem para o andar térreo; *b*—escadas da cave ao andar de habitação; *c*—passagens entre os pisos; *d*—galerias de circulação; *e*—latrinas e locais de despejo em cada piso (as linhas a tracejado indicam as drenagens fora do edifício); *f*—boca de água em cada piso; *g*—alçapões para o lixo; *h*—divisões com banheira e chuveiro; *i*—armazéns e lojas para a venda de géneros de drogaria, vinhos, licores, mercearias, vestuário, calçado, etc.
- B) Creche e «ninhos»: *j*—creche; *k*—quartos para os berços e camas das *nurses*; *l*—a *promenade*, para ajudar as crianças a andar; *m*—escritório; *n*—sanitários para as crianças e as *nurses*; *o*—espaço para os primeiros exercícios de ginástica das crianças de dois a quatro anos; *p*—quarto para repouso e as primeiras lições das crianças de quatro anos; *q*—passagem coberta exterior, comunicando com os prados e os jardins.
- C) Escolas: *r*—corredores de acesso; *s*—sala para as reuniões gerais das escolas, para as assembleias e as representações teatrais; *t*—jardim-escola para as crianças de 4 a 6 anos; *u*—aula para a terceira classe: crianças de 6 a 8 anos; *v*—aula para a segunda classe: rapazes e meninas de 8 a 10 anos; *x*—aula para a primeira classe: rapazes e meninas de 10 anos ou mais; *y*—palco do teatro; *z*—vestíbulo no andar térreo, que funciona como sala de espera do teatro; por cima, salas de música e de conferências; *z'*—sanitários.
- D) Pátios dos edifícios anexos: *a'*—matadouro e depósito de carnes; *b'*, *b''*—cozinhas; *c'*—refeitório; *d'*—bilhares e outros jogos; *e'*, *e''*, *e'''*—cocheiras para as carruagens; *f'*, *f''*, *f'''*—estábulos, pocilgas e galinheiros; *g'*, *g''*—forno; *h'*, *h''*—café, casino (clube); *i'*, *i''*, *i'''*—oficinas diversas.
- E) Lavandaria, banheiros e piscina: *j'*—escritório; *k'*, *k''*—lavandaria; *l'*, *l''*—tanques para lavar; *m'*—tanques para enxaguar; *n'*—secadouro; *o'*—vestiários; *p'*—banheiros privados; *q'*—piscina coberta.
- F) Fábrica do gás.

3. o «jardim-escola», para as crianças dos 4 aos 6 anos;
4. a «terceira classe», para os alunos de 6 a 8 anos;
5. a «segunda classe», para os jovens dos 8 aos 10 anos;
6. a «primeira classe», para os jovens dos 10 aos 13 anos;
7. o «curso superior», para aqueles que prosseguem os estudos, por terem demonstrado talentos especiais;
8. o «estágio», o ingresso do rapaz na vida produtiva realiza-se gratuitamente na fábrica; pode escolher entre as várias ocupações que se lhe oferecem no Familistério, e o aprendiz depressa recebe a paga do seu trabalho<sup>43</sup>.

As duas primeiras classes estão reunidas numa construção de um piso, ligada ao Familistério por uma passagem coberta; as crianças até aos dois anos estão nos berços ou brincam assistidas pelas enfermeiras num espaço para o efeito, que comunica com uma varanda coberta ao mesmo nível; aprendem aqui a caminhar auxiliadas por «uma dupla grade circular. Trata-se de outra invenção cooperativa [...]». Podem ver-se as crianças gatinhando e cambaleando até que alcançam o gradeamento, se põem de pé apoiando-se nele e andam às voltas; no compartimento contíguo as crianças dos dois aos quatro anos aprendem «a falar correctamente, a contar, a cantar e a dançar, a formar fileiras e quadrados, em jogos prazenteiros, e a decifrar as pinturas das paredes»<sup>44</sup>.

As escolas propriamente ditas, para as crianças dos quatro aos treze anos, situam-se num outro edifício de dois pisos, defronte da fachada do Familistério; entre os dois corpos simétricos das salas de aula encontra-se o teatro, que serve também como aula magna para as reuniões e as récitas dos estudantes. Juntamente com as figuras 24, 25 e 26 incluímos as legendas originais de Godin, que dão conta de todos os outros pormenores. Em 1886 a comunidade compreendia cerca de quatrocentas famílias, e pode considerar-se a experiência mais feliz entre as que foram tentadas no século XIX pelos teóricos do socialismo<sup>45</sup>.

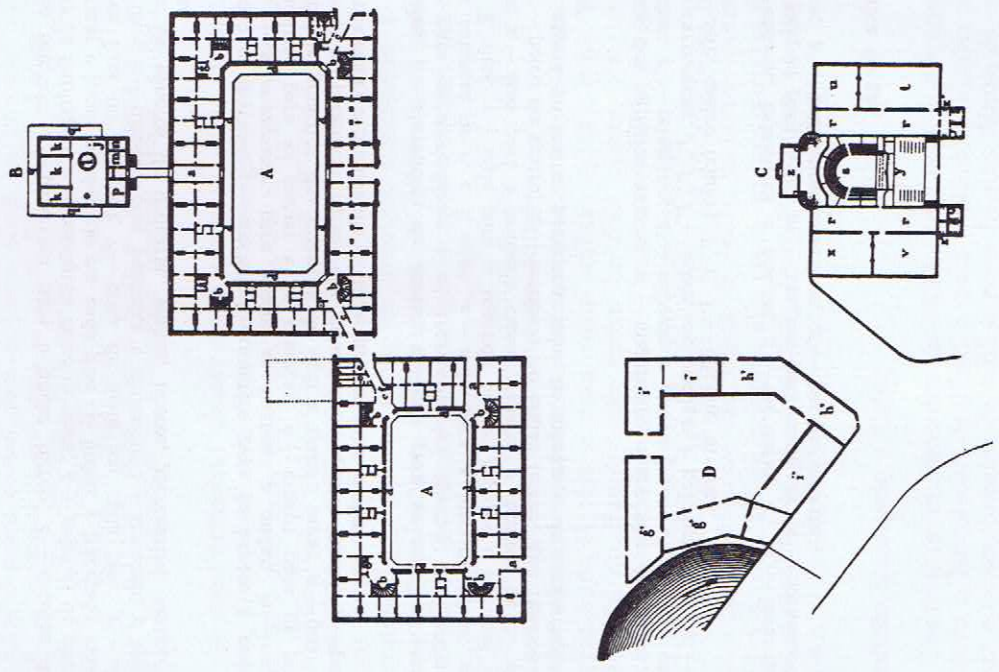
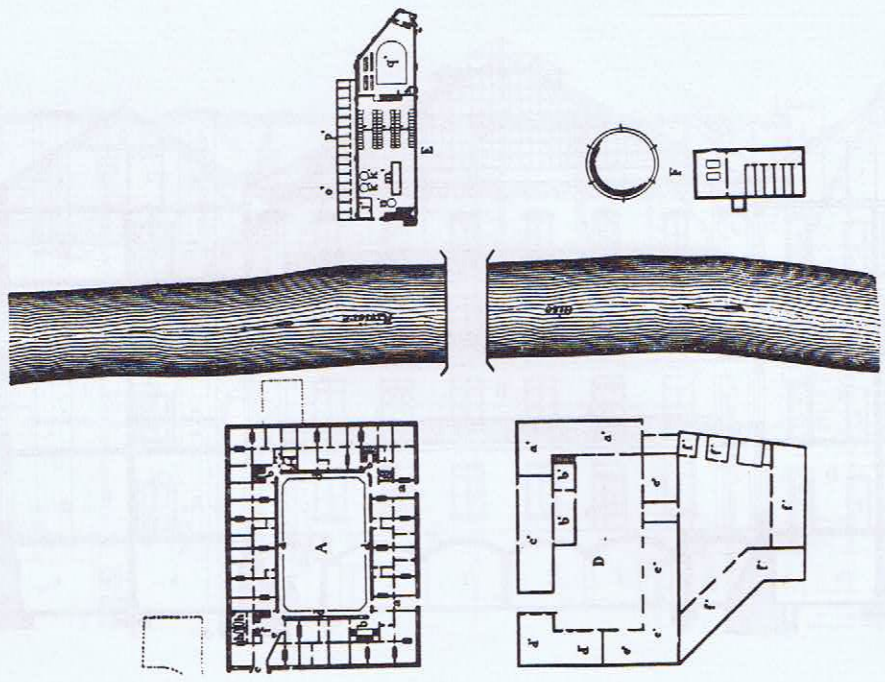
#### A tradição igualitária e Cabet

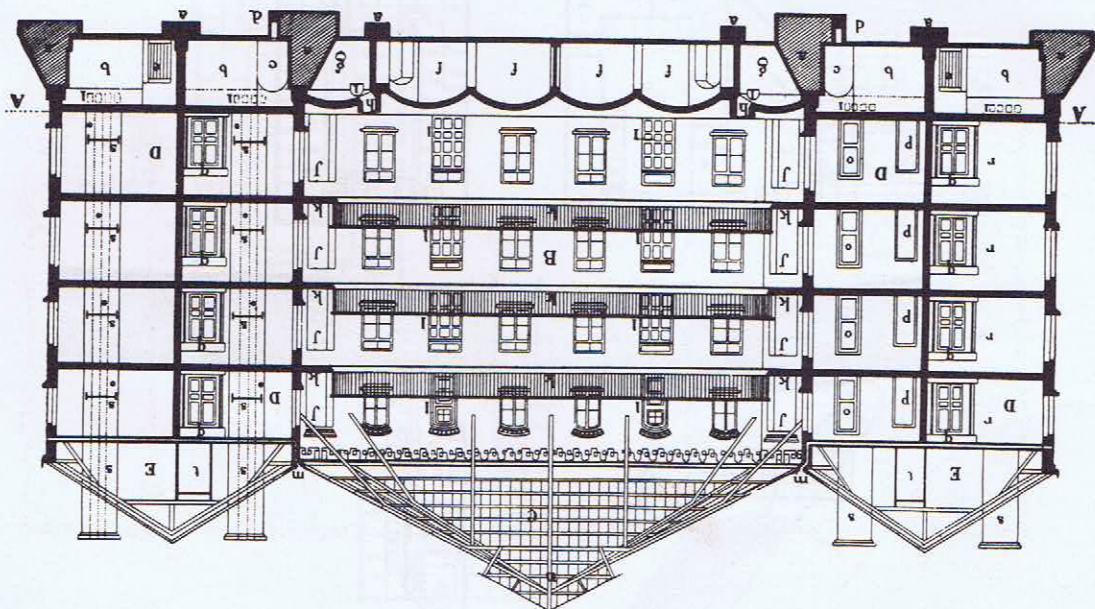
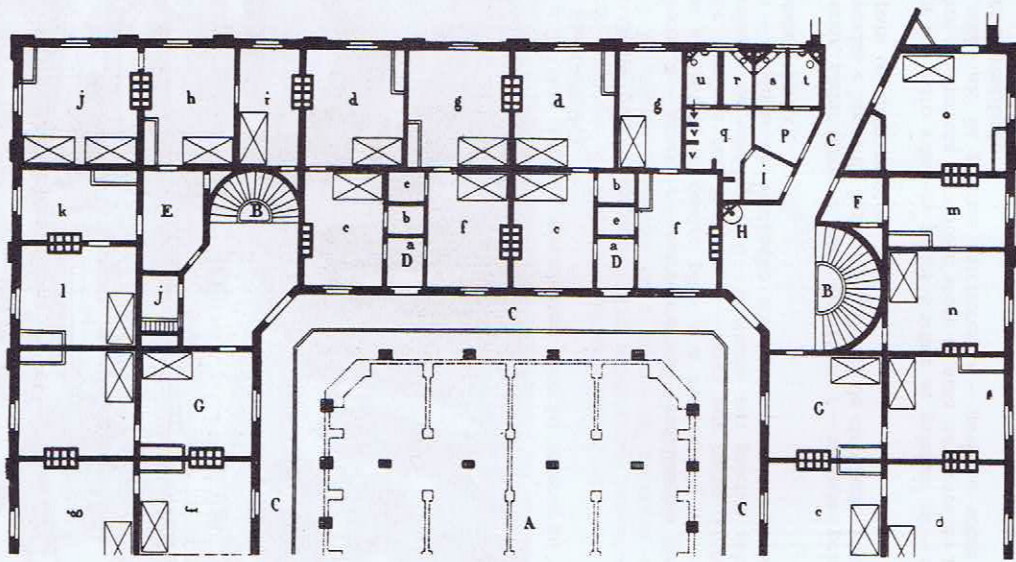
Durante os movimentos de 1830 e de 1848 é continuamente recordada a Revolução de 1789, à qual continuam ligadas as experiências e os sentimentos de todo o povo francês. Entre os episódios

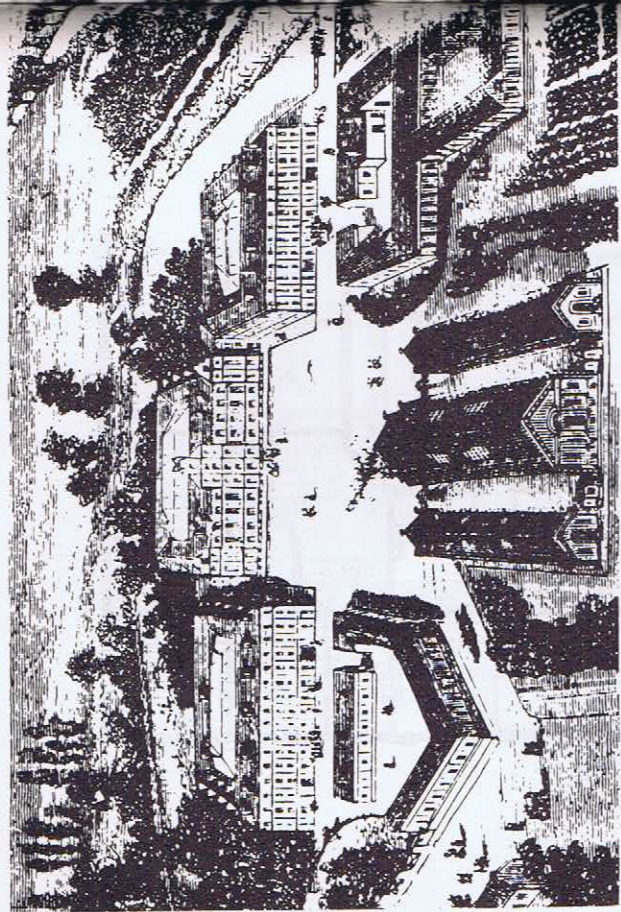
<sup>43</sup> J. B. GODIN, *Social Solutions*, in «*Social Solutions*», n.º 10, 8 de Setembro de 1886.

<sup>44</sup> J. B. GODIN, loc. cit., n.º 5, 16 de Julho de 1886.

<sup>45</sup> Mas também esta experiência foi negativamente julgada pela crítica marxista, no «*Socialiste*» de Paris em 1886; cf. F. ENGELS, *O Problema da Habitação* (1872).







Figuras 26 e 27 (nas páginas precedentes): Seção transversal e planta do Familistério (de GODIN).

Legenda de Godin para a seção:

A) Subterrâneo: *b* — caves; *c* — corredores; *d* — canalizações para os canos da água que alimentam os quatro pisos e o reservatório no sótão; *e* — entrada exterior, nivelada pela fachada; *f* — caves por baixo do pátio; *g* — galerias subterrâneas de ventilação; *h* — aberturas nas galerias subterrâneas de ventilação; *i* — condutas de ventilação dos aposentos entre as abóbadas das caves e o andar térreo.

B) Pátio interior, andar térreo e pisos superiores: *j* — entradas para as galerias, passagens, escadas e bocas de água; *k* — galerias de circulação geral; *l* — portas de entrada para os apartamentos.

C) Cobertura em vidro sobre os pátios e sobre as galerias: *m* — calceiras (para a chuva, sobre a cobertura de vidro e sobre as abas interiores do telhado) atravessando o sótão até às goteiras exteriores; *n* — pavilhão sobre a cobertura de vidro para a ventilação.

D) Interior dos apartamentos: *o* — porta de acesso do vestíbulo; *p* — despensa e canto esconso; *q* — armário; *r* — abertura na parede que permite a inserção de uma porta, para aumentar cada apartamento rápida e facilmente em qualquer momento; *s* — tubos de ar nas chaminés para a ventilação dos apartamentos.

E) Sótão: *t* — corredores.

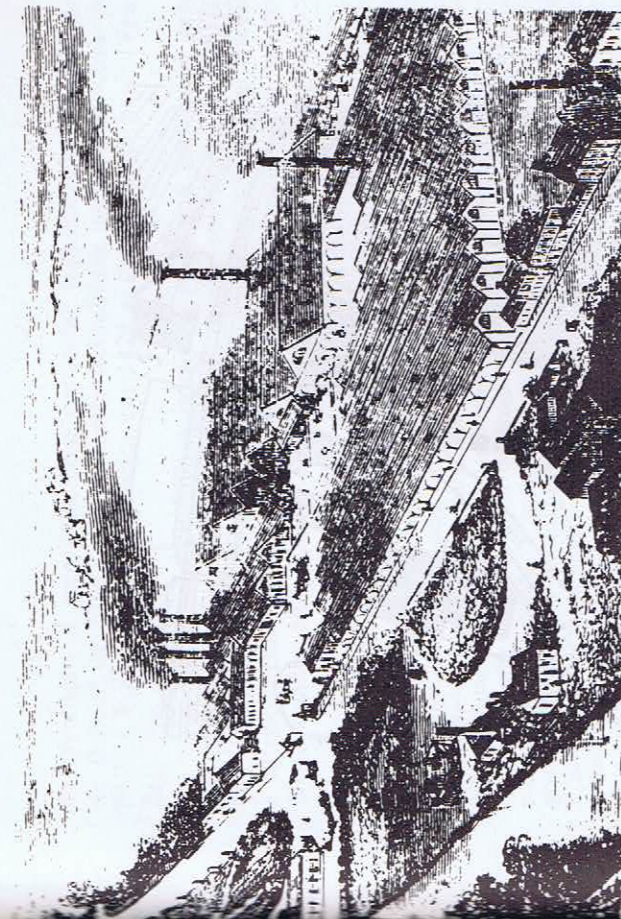


Figura 28: Vista do Familistério (de GODIN). A esquerda, os três corpos do bloco residencial, circundados pelo braço do rio; à frente, as oficinas e a construção destinada às escolas e ao teatro. À direita, as fábricas e as primeiras casas da cidade de Guisa.

da revolução, é recordada com particular insistência a conspiração de Babeuf de 1796, que readquire actualidade através da obra de Philippe Buonarroti, que publica em 1828 a *Conspiration pour l'égalité, dite de Babeuf*.

Na conspiração de 1796 a iniciativa política é justificada precisamente por uma visão teórica da futura sociedade igualitária, que é sumariamente evocada pelos documentos dos conspiradores e ulteriormente precisada por Buonarroti, distanciado pelo tempo. Neste quadro não falta o aspecto urbanístico; Buonarroti escreve:

Desde que a desigualdade dos haveres condenou uns a um trabalho esmagador e os outros a uma inércia corruptiva, os campos conservaram poucos habitantes, frequentemente insuficientes para as necessidades do cultivo, mas sempre esmagados pelo excesso de trabalho. O excesso de população amontou-se nas cidades, ou para esbanjar na ociosidade as riquezas produzidas pelos camponeses, ou para procurar meios de subsistência fáceis, ao serviço da volúpia dos ricos ou da complicação da administração pública. Aproximando-se da igualdade, a sociedade veria necessariamente desaparecer estes grandes aglomerados destruidores da moral e da população; os homens que é justo restituir ao trabalho voltariam para junto dos que dele estão sobrecarregados para os aliviar; os cidadãos industriais iriam embelezar a vida daqueles que os alimentam; a simplicidade da governação dispensaria essa multidão de empregados, subtraídos à agricultura e às artes úteis; e a manutenção da ordem, dependendo da rectidão de cada um no cumprimento dos seus vários deveres, seria então incompatível com este atropelo em que é tão fácil subtrair as próprias acções à censura pública.

Não mais uma capital, não mais grandes cidades; a pouco e pouco o país ficaria coberto de aldeamentos, construídos nos locais mais sãos e mais convenientes, e dispostos de modo a comunicarem facilmente entre si por meio de estradas e de numerosos canais que, no interesse geral, seriam abertos em todas as direcções [...]. Devendo tudo submeter-se à lei suprema da igualdade, a sumptuosidade dos castelos deverá dar lugar à salubridade, à comodidade e ao asseio de todas as habitações dispostas com elegante simetria, para o prazer da vista e a manutenção da ordem pública.

Quando não houver mais palácios, não haverá mais casebres; as casas serão simples e a magnificência da arquitectura e das artes que fazem sobressair a beleza será reservada aos armazéns públicos, anfiteatros, estádios, aquedutos, pontes, canais, praças, arquivos, bibliotecas, e sobretudo aos locais consagrados às deliberações dos magistrados e ao exercício da soberania popular<sup>46</sup>.

Buonarroti deve pois considerar-se, juntamente com Saint-Simon e Fourier, a terceira fonte importante do pensamento utópico

<sup>46</sup> F. BUONARROTI, *Conspiration pour l'Égalité, dite de Babeuf* (1828).

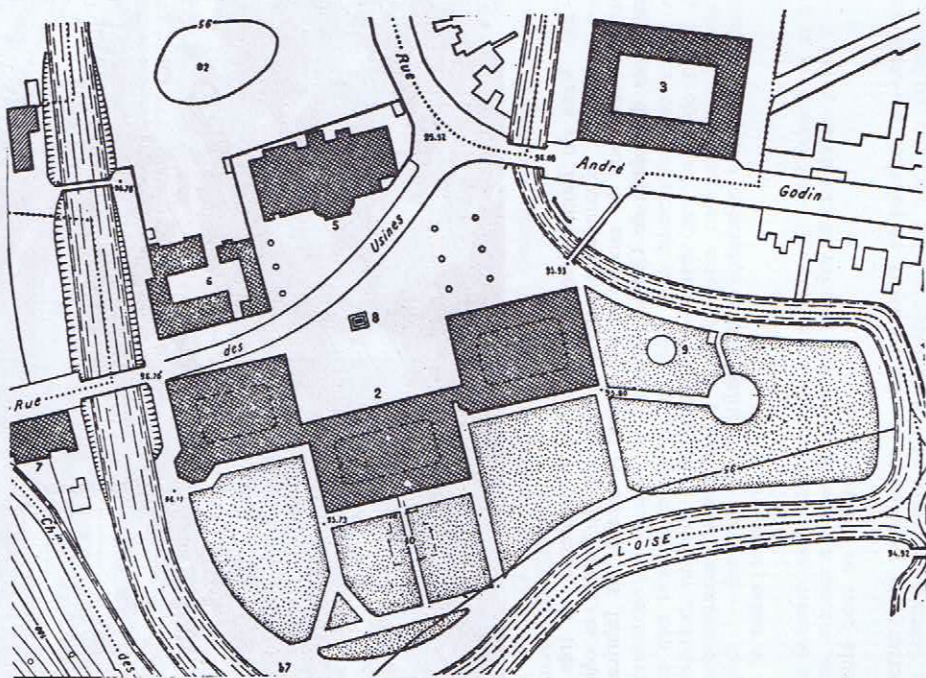


Figura 29: O complexo de Guisa como hoje se encontra (em AUZELLE); (2) o Famillistério; (3) o edifício com os novos alojamentos construído depois de 1886; (5) as escolas e o teatro; (6) oficinas; (7) lavanderia e balneários.



francês pós-1830, e segundo Jules Prudhommeaux foi o inspirador directo de Étienne Cabet (1788-1856).

Cabet tomou parte activa na revolução de 1830 e foi nomeado procurador geral na Córsega, mas depressa entrou em conflito com o governo orleanista e foi exilado para Inglaterra, onde conheceu Owen. Aqui escreveu um romance utópico, *Voyage en Icarie*, que foi publicado em 1840, quando pôde voltar a França a seguir à amnistia de 1839<sup>47</sup>.

O romance — talvez inspirado na *Utopia* de Thomas More — descreve um país imaginário, a Icaria, e a sua capital Ícara. Esta é uma grande metrópole, dividida por um rio rectilíneo e construída segundo um plano perfeitamente geométrico, com as ruas em xadrez atravessadas por dois anéis circulares de *boulevards*.

A organização colectiva da economia eliminou o comércio a retalho e portanto as lojas, que são substituídas por armazéns e por *ateliers* estatais. Os cemitérios, as fábricas e os hospitais são fora da cidade, no meio de espaços verdes. O trânsito é regulado de modo a garantir a integridade dos pedões; estes circulam por passagens cobertas para esse efeito, enquanto as carruagens transitam por trilhos próprios, dos quais não podem sair; é obrigatório circular pela direita.

A cidade compreende sessenta bairros, cada um dos quais «tem o nome de uma das principais nações». Em cada rua todas as casas são iguais, e «representam as graciosas casas dos países estrangeiros»<sup>48</sup>.

Cabet ilustrou o seu programa político — o comunismo integral, a alcançar através da persuasão, não por meio da violência — no jornal «Le populaire», e reuniu um discreto grupo de seguidores. Em Maio de 1847, encorajado pelo sucesso, publicou um manifesto com o título *Allons en Icarie*, e publicou na mesma altura um opúsculo, *Réalisation de la Communauté d'Icarie*, onde anunciou poder contar com 10 000 ou 20 000 homens para passar o seu programa à prática.

Em Dezembro, Cabet comunicou que o local escolhido se situava no Texas, onde a companhia Peters, concessionária dos ter-

<sup>47</sup> As teorias de Cabet são abordadas nas suas obras históricas: *Histoire de la Révolution de 1830* (1831); *Histoire de la Révolution Française* (1840), e expostas em *Le Vrai Christianisme de Jésus Christ* (1846).

<sup>48</sup> Cit. in P. LAVEDAN, *Histoire de l'Urbanisme, Époque Contemporaine*, Paris 1952, p. 86.

renos governamentais, pusera à disposição «mais de um milhão de acres»<sup>49</sup>.

A 3 de Fevereiro de 1848, uma vanguarda de 69 pessoas embarcou no Havre, mas poucos dias depois estalou a revolução e a maior parte dos seguidores renunciou à partida. O próprio Cabet participou nas primeiras fases do movimento, e concorreu sem sucesso às eleições de Abril para a Assembleia Constituinte.

Entretanto, a vanguarda chegou ao local indicado e constatou que a concessão estava dividida em lotes separados de 320 hectares cada; assim, depois de uma tentativa vã para estabelecer-se em alguns lotes, retirou-se para New Orleans onde, durante o ano de 1848, se lhe juntaram outros quatrocentos companheiros. Cabet juntou-se aos seus partidários em Dezembro, reanimou-os e obteve um novo terreno nos Illinois, adquirindo aos Mormons de Brigham Young a aldeia e a herdade de Nauvoo, nas margens do Mississippi.

Os icarianos chegaram a Nauvoo em Março de 1849, e construíram aí a sua cidade, utilizando os edifícios e as ruínas deixadas pelos Mormons; mas devido às doenças e às deserções estavam reduzidos a 260. Arranjaram um refeitório para as refeições em comum, uma escola, uma biblioteca e um teatro, muito frequentado também pelos habitantes dos arredores. As famílias estavam alojadas em apartamentos individuais, e os solteiros em quartos com duas camas<sup>50</sup>.

Mas a vida da comunidade permaneceu precária devido às dificuldades económicas e às discussões internas; em 1856 chegou-se a uma verdadeira cisão, e uma minoria de fiéis a Cabet trans-

<sup>49</sup> É provável que Cabet tenha entrado em contacto com a companhia Peters por sugestão de Owen, que fizera uma tentativa análoga em 1828. A história das colónias icarianas nos Estados Unidos é relatada e documentada amplamente em J. PRUDHOMMEAUX, *Histoire de la Communauté Icarienne*, Nîmes, 1906.

<sup>50</sup> Eis uma descrição dos principais edifícios de Nauvoo:

A escola: «O edifício mais importante da colónia era a escola, inteiramente construída em pedra de talhe aproveitando as ruínas do templo mormónico. De longe, parecia feita de mármore branco. Dividida em dois compartimentos, albergava 30-40 rapazes e outras tantas moças. A sala para as aulas, bastante espaçosa, e os dormitórios onde as camas se encontravam bem espaçadas, impressionaram-me pelo seu irrepreensível asseio. Dois amplos pátios com sombra projectada por acácias permitiam aos jovens dos dois sexos passar as horas de recreio em jogos variados, ao ar livre. O cultivo de flores em pequenos canteiros repousava-os do esforço mental, e a ginástica interrompia agradavelmente os seus estudos. Os jovens de ambos os sexos iam-se habituando aos trabalhos manuais: uns apanhavam a lenha para o aquecimento, distribuíam a água, acartavam os viveres; outros lavavam a loiça, limpavam as hortaliças ou a fruta, dobravam as folhas impressas [pela tipografia icariana].

feriu-se para St. Louis, onde o fundador de Icaria morreu em Novembro; os seus partidários organizaram-se em Cheltenham, nos subúrbios da cidade, mas reduziram-se a menos de vinte e dissolveram-se em 1864.

Entretanto, a maioria que ficara em Nauvoo decide vender os bens comuns, e em 1860 emigra para Corning, no Iowa, onde encontra finalmente um espaço apropriado numa herdade de 3.000 acres. Aqui, os 35 sobreviventes realizaram a sua cidade ideal, e alcançaram uma certa prosperidade; quando, em 1875, o viajante francês M. A. Massoulaud visitou Icaria, os habitantes tinham ascendido a 75, e a disposição das casas recorda o paralelogramo de Owen:

Icaria está situada quase no centro da propriedade. Os icarianos chamam ao conjunto das suas habitações «a Cidade» (*ville*); no meio encontra-se o refectório, situado ao centro de uma ampla praça quadrada. Três lados do quadrado são ocupados por casas separadas entre si, e os intervalos são cultivados como jardim decorativo. O quarto lado é destinado aos serviços comuns, lavanderia, padaria, etc.

A localização é agradável, sobre uma colina de que uma das vertentes se estende em forma de pradaria até um regato, onde está situado o moinho, à distância de cerca de uma milha; a outra vertente, coberta por um bosque contíguo à cidade, reúne as condições para ser transformada num esplêndido jardim. A fazenda está situada numa outra colina a um quarto de milha. Mais além, a cerca de uma milha, encontram-se os campos cultivados.

Nada mais alegre do que o aspecto de Icaria. O grande edifício do refectório, enquadrado em semicírculo pelas pequenas casas, encontra-se à beira de um grande bosque escuro que faz sobressair as casitas pintadas de branco. Árvores de fruto e árvores exóticas, prados e flores separaram agra-davelmente as diferentes partes desta aldeia

Infelizmente, aqui não há água, o que é um grave inconveniente na medida em que torna necessário um serviço de transporte que ocupa um

Existia ainda, para as jovens do sexo feminino, uma oficina de alfaiataria onde se confeccionavam os fatos dos pensionistas» (HOLYNSKI, in «Revue Socialiste», Setembro de 1892, p. 296, cit. in J. PRUDHOMMEAU, *op. cit.*, p. 133).

A tipografia: «A nossa tipografia compõe em francês, em inglês e em alemão. Imprimiram-se aqui três jornais nestas três línguas, muitos opúsculos, manifestos, etc., para as necessidades da administração interna. A tipografia icariana trabalha também para o exterior e ganha somas mais ou menos importantes» (*Relatório sobre a Situação em 1855*, publicado em «Colonie Icarienne», p. 159; *op. cit.*, p. 109).

O refectório: «Existem aqui doze portas e doze janelas. Entra-se pela porta que dá para a esplanada do templo, e pelas outras portas quando é necessário. Entra-se na cozinha por duas portas, e através de uma delas os pratos são trazidos da cozinha sobre uma espécie de longo carril. O pão é depositado num comprido *buffet*, e noutra pequeno *buffet* há um reservatório com a água para beber» (*Relatório cit.*, pp. 111-112; *op. cit.*, p. 109).

homem e um carro durante meio dia; além disso, obriga a economizar água, talvez em demasia.

Os alojamentos compõem-se em geral de duas divisões, uma das quais serve de sala de estar e outra de quarto de dormir. No piso superior, no sótão, existem dois pequenos quartos para os filhos<sup>51</sup>.

Contudo, em 1879 uma nova cisão perturbou este quadro idílico. A herdade foi dividida em duas partes e uma fracção de tendência socialista ficou proprietária da aldeia, mas pouco depois, reduzida a 20 pessoas, transferiu-se para a Califórnia onde fundou Icaria-Esperança, que funcionou até 1887.

A segunda fracção instalou-se a cerca de uma milha da aldeia precedente e fundou New Icaria, procurando com obstinação reconstruir o harmonioso ambiente sonhado desde o início:

No Verão de 1879 traçou-se o plano da futura aldeia. Os chefes da comunidade, improvisando-se arquitetos, determinaram que, à direita e à esquerda do local destinado à grande sala, ficasse o destinado às habitações e às construções anexas [...]; em Setembro de 1879, uma primeira casa, transportada sobre toros de madeira, vem ocupar o lugar designado na praça. Nos anos imediatos outras seguiram o mesmo caminho, e ainda outras mais e a sala destinada a tornar-se o centro da vida comunitária. Graças ao trabalho afincado de pais e filhos, a erva e as moitas desapareceram para dar lugar a pequenos bosques, prados, jardins plantados com árvores de fruto, hortas agradavelmente enquadradas por flores. Formaram-se algumas latadas que ofereciam um abrigo contra os ardores do Verão; pequenos bancos rústicos convidavam os passeantes ao repouso; um balaço e um campo de *cricket* constituíam o divertimento da juventude. Em breve, no espaço de dois anos, a esplanada foi transformada num parque onde afluíam em passeio pessoas de todos os arredores<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> J. PRUDHOMMEAU, *op. cit.*, p. 292.

<sup>52</sup> Dos testemunhos dos sobreviventes, relatado por J. PRUDHOMMEAU, *op. cit.*, pp. 390-391. As relações de Owen e de Cabot com as seitas protestantes americanas sugerem uma comparação entre as comunidades socialistas e as de origem religiosa, que não foi ainda tentada. Os «Harmonists», fundados pelo alemão George Rapp, instalam-se na Pensilvânia, em Indiana (onde em 1825 cedem a Owen a aldeia de Harmony) e a seguir em Economy, perto de Pittsburgh. Outras comunidades fundadas por reformadores alemães são Amana, Zoar, Beethel e Aurora. Os «Perfectionists» de John H. Noyes constroem Oneida em 1842, no Estado de New York (cf. J. H. NOYES, *History of American Socialism*, Philadelphia 1870). O violinista norueguês Ole Bull estabeleceu-se na América em 1852, onde fundou sucessivamente Oleona, New Norway, New Bergen e Walhalla (cf. M. SMITH, *The Life of Ole Bull*, Princeton 1943). Particularmente importantes são as cidades fundadas pelos Mormons: Nauvoo, em 1839 (cedida depois a Cabot), e Salt Lake City, em 1847.

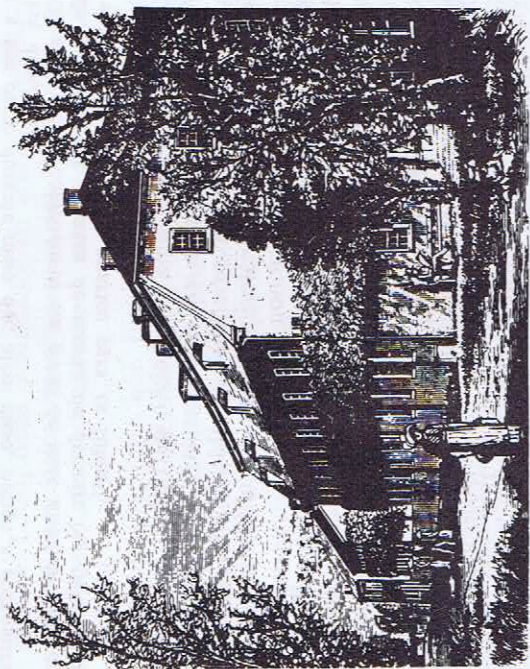


Figura 30: O edifício comunitário na aldeia rappista de Economy (em C. TUNNARD, *The City of Man*).

New Icaria continuou a viver modestamente até 1895, quando a comunidade se dissolveu, repartindo o património entre os 21 sucessores de direito.

Verifica-se assim uma espécie de *reductio ad absurdum* do ambicioso programa de Cabet, e a ideia da grande metrópole conduz à formação de aldeias rurais cada vez mais exiguas, até atingir as dimensões de empreendimentos privados normais.

O relato das dificuldades e das derrotas com que depararam os promotores das utopias oitocentistas faz pensar numa grande soma de energias desperdiçadas; os insucessos no plano concreto parecem confirmar exactamente o duro juízo teórico sobre eles expresso pelos escritores marxistas.

No *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 lê-se:

Os inventores destes sistemas reconhecem, é certo, a oposição entre as classes e a acção dos elementos desagregadores na própria sociedade dominante, mas no que se refere ao proletariado não vislumbram qualquer função histórica autónoma, qualquer movimento político que lhe seja próprio.

Como os antagonismos de classe se desenvolvem a par do desenvolvimento da indústria, os autores destes sistemas tão-pouco se apercebem das

condições materiais para a emancipação do proletariado e vão em busca de uma ciência social e de leis sociais para criar essas condições.

A acção social é por eles substituída pela sua inventiva pessoal; as condições históricas da emancipação, por condições fantasiadas; a organização gradual do proletariado como classe, por uma organização da sociedade inteiramente idealizada. Para eles, a história universal do futuro resume-se à paganda e à execução prática dos seus planos sociais.

[...]

Repudiam portanto qualquer acção política, e especialmente qualquer acção revolucionária; pretendem alcançar o seu objectivo por meios pacíficos, e tentam, através de experiências em pequena escala e naturalmente vãs, abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo.

Esta descrição fantástica da sociedade futura, numa época em que o proletariado se encontra ainda muito pouco desenvolvido, e por isso mesmo concebe de modo ainda fantasioso a sua própria situação, corresponde ao seu primeiro impulso, cheio de pressentimentos, em direcção a uma transformação geral da sociedade.

Mas estes escritos socialistas e comunistas comportam também elementos críticos. Atacam todas as bases da sociedade existente, tendo por isso fornecido elementos de enorme valor para o esclarecimento dos operários. As suas propostas positivas sobre a sociedade futura — por exemplo, a abolição da oposição entre cidade e campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado numa simples administração da produção — todas estas suas propostas exprimem afinal o desaparecimento do antagonismo entre as classes, que começa apenas a manifestar-se precisamente nesse momento e de que apenas têm conhecimento na sua primeira forma rudimentar e indeterminada<sup>53</sup>.

Mas decorrido que foi o tempo, esta apreciação deve ser corrigida. O «impulso cheio de pressentimentos» que emerge destas experiências ultrapassa em certos aspectos os esquemas clássicos do marxismo e antecipa a exigência contemporânea de considerar novamente por partes os problemas políticos e económicos, em vez de concebê-los englobados numa única fórmula programática.

As soluções dadas ao problema da cidade moderna são abstratas e esquemáticas, na medida em que falta uma avaliação realista dos vínculos entre os programas urbanísticos e o desenvolvimento geral das relações económicas e sociais, facultando a ilusão de que a ordem urbanística e a ordem social se identificam entre si, e a segunda pode ser construída com os tempos e os métodos da primeira.

Marx e Engels, contudo, partindo de uma análise directa das relações económicas, aceitam implicitamente esta identidade invertendo os dois termos, e supondo que as transformações urbanísticas são uma consequência necessária das mudanças nas relações sociais:

53 K. MARX e F. ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista* (1848).

o fracasso do plano de Cabet

CONCLUSÃO

crítica aos sistemas utópicos

relação abstrata em vez de avaliação realista da cidade moderna

a dinâmica que existe entre as relações económicas e urbanísticas e o ordenamento da sociedade

daqui a indiferença pela questão urbanística, e a indeterminação das previsões sobre as formas de povoamento na sociedade futura<sup>54</sup>.

O impulso dos utopistas para intervir de imediato, sem esperar por uma reforma geral da sociedade, adquire nesta medida um valor permanente de estímulo, e a cidade ideal por eles imaginada entra na cultura urbanística moderna como um modelo cheio de generosidade e de simpatia humana, muito diferente da cidade ideal do Renascimento.

As esquemáticas descrições de Owen, de Fourier e de Cabet constituem até o grande viveiro de ideias de que partiram as experiências urbanísticas do período que se lhe seguiu e se estendeu até aos nossos dias. É fácil detectar a impressão semelhante de algumas das suas propostas — a «unidade de habitação» com um número limitado de habitantes, as instalações centralizadas, os pátios, a *rue intérieure*, a circulação de viaturas no andar térreo — com certas soluções da arquitectura moderna. Até o número de habitantes previsto no paralelogramo de Owen (1200) e no Falanstério de Fourier (1620) se aproxima do da *unité d'habitation* de Le Corbusier, e a densidade indicada por Owen, um acre por habitante, é igual à indicada por Wright para Broadacre City.

A investigação dos reformadores socialistas será utilizada por Howard nas *garden cities* e pelos projectistas alemães nas *Siedlungen* dos primórdios do pós-guerra, empobrecendo o conceito da cidade ideal até fazer dela um elemento subalterno da metrópole moderna: o bairro satélite mais ou menos independente. Mas os programas e as iniciativas anteriores a 1848 mantêm-se na nossa cultura a indicar uma meta muito mais ambiciosa, ou seja, a reorganização de toda a paisagem urbana e rural segundo novas relações económicas e sociais.

*ciudades - utópicas*  
→ proposta de reorganização urbana  
nao utópica segundo novas relações económicas

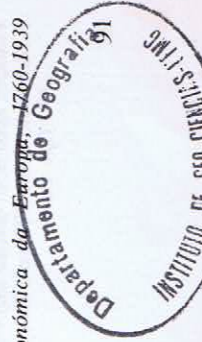
<sup>54</sup> «Pretender resolver o problema da habitação e ao mesmo tempo pretender conservar os grandes aglomerados urbanos contemporâneos é um contra-senso. Os grandes aglomerados urbanos contemporâneos só serão eliminados com a abolição do modo de produção capitalista» (cf. F. ENGELS, *O Problema da Habitação* [1872]).

## 2. OS PRIMÓDIOS DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA MODERNA EM INGLATERRA E EM FRANÇA

Nos anos da revolução industrial grande parte das infra-estruturas urbanas e territoriais — estradas, pontes, canais, portos — foram realizadas pela iniciativa privada, e o Estado, quando não era movido por razões estratégicas, preferia limitar a sua intervenção a uma vigilância genérica, mediante as formalidades das autorizações e das patentes.

A construção e a manutenção das antigas estradas inglesas era da competência das freguesias, mediante as *corvées* impostas aos habitantes locais. A ineficácia das administrações das freguesias, cada vez mais acentuada durante o século XVIII, deixou deteriorar-se o estado das estradas precisamente quando aumentavam as exigências do tráfego. Para remediar, esta situação, o Parlamento começou a publicar em 1745 as Turnpike Acts que autorizavam o sector privado a construir novas estradas com portagem; entretanto, os contributos técnicos de Telford e de Macadam, melhorando sem paralelo a qualidade e a duração das estradas, permitiam re vogar os velhos regulamentos que limitavam o peso e a carga dos veículos, seguindo o princípio de adaptar o tráfego à estrada; mantinham-se os inconvenientes devidos à particularidade de existirem numerosas entidades gestoras de pequenos troços e à permanência de uma rede ainda vastíssima de estradas secundárias administradas pelas freguesias. O Estado teve de intervir em 1820, para unificar em certa medida a gestão das estradas com portagem, e em 1835 para abolir as *corvées*, autorizando as freguesias a cobrar uma taxa. As portagens foram abolidas gradualmente entre 1858 e 1895, e as despesas de manutenção das estradas foram atribuídas em 1888 aos condados<sup>55</sup>.

<sup>55</sup> Cf. E. L. BOGART, *História Económica da Europa, 1760-1939* (1942).



A rede dos canais navegáveis foi construída por proprietários privados de minas e por grupos especuladores, seguindo o exemplo do duque de Bridgewater, que abriu em 1761 o primeiro canal perto de Manchester. Entre 1790 e 1794, as excessivas iniciativas deste tipo causaram um verdadeiro *boom* especulativo. O Estado concedia uma autorização prescrevendo que o canal devia servir todos os utentes mediante pagamento de uma taxa.<sup>56</sup>

Mas a invenção de um novo meio de transporte, o caminho de ferro, alterou completamente as coisas. As primeiras vias férreas foram experimentadas junto das minas, e no início do século XIX foram abertos os primeiros ramais de serviço público, sempre para carruagens puxadas a cavalos. As primeiras tentativas com composições a vapor<sup>57</sup> resultaram mais dispendiosas do que as de tração animal, até à invenção da locomotiva de Stephenson, que fez a primeira carreira pública entre Stockton e Darlington em 1825. A primeira linha importante, entre Manchester e Birmingham, foi aberta em 1830, iniciando-se a concorrência do novo meio de transporte com os tradicionais. Tentou-se primeiramente aplicar às ferrovias a mesma legislação das estradas e dos canais, prescrevendo que os trilhos do caminho de ferro servissem qualquer utente, mediante uma portagem, mas isto revelou-se impossível na medida em que as empresas construtoras exigiam a gestão das suas linhas. Deste modo, o Parlamento não pôde manter por muito tempo o tradicional critério de não intervenção, confiando na livre concorrência para assegurar o bom andamento do serviço, e em 1844 votou uma lei que concedia ao Estado a faculdade de optar pela compra das ferrovias dentro de 21 anos (mas no termo do prazo, em 1865, a diferente conjuntura política aconselhou a manter o regime privado), fixando entretanto os limites de velocidade, da utilização e das tarifas das linhas existentes.

Analogamente, no período inicial, enquanto os ramais se mantinham isolados, os construtores podiam adoptar sem problema diferentes bitolas para a via férrea; mas quando os ramais se uniram formando uma rede, o Estado teve de intervir fixando em 1846 uma bitola uniforme de 4 pés, 8 polegadas e meia.<sup>58</sup>

Em França, o *ancien régime* deixara uma boa rede de estradas, mantida com as *corvées* da população rural. Este sistema foi abolido

<sup>56</sup> *Op. cit.*

<sup>57</sup> Um primeiro modelo foi construído em 1769 por G. Cugnot, em França; após a invenção de Watt, foram feitas outras tentativas por Robinson e Murdock entre 1780 e 1790, e por Trevithick em 1803.

<sup>58</sup> *Op. cit.*

pela Revolução e o Estado encarregou-se directamente de construir e reparar as estradas; Napoleão I construiu muitas vias de interesse estratégico em França e nos territórios ocupados, eliminando por conseguinte o expediente das portagens; a Restauração melhorou sobretudo as vias secundárias e formulou em 1818 um plano para a construção dos canais, solicitando a iniciativa das companhias privadas e autorizando-as a cobrar uma taxa; a monarquia de Julho — que em 1831 criou um ministério das obras públicas — elaborou em 1836 um vasto programa unitário para a construção de estradas e de canais, atribuindo-lhe no decénio seguinte cerca de 800 milhões de francos.

O problema das construções ferroviárias foi prontamente aco- metido com largueza de vistas; a primeira linha férrea perto de St. Etienne entrou em funcionamento em 1832, e logo em 1833 o Governo encarregou o «Conseil général des ponts et chaussées» de formular um plano para todo o país; todavia, foi repetidamente rejeitada (em 1835, 1837 e 1838) a proposta para confiar ao Estado a construção das vias férreas, como se fizera na Bélgica, e durante um certo período continuou-se a proceder caso a caso, concedendo as autorizações às companhias privadas. Mas a exigência de um controlo unitário veio a conduzir à lei de 1842, que atribuiu às grandes companhias o monopólio das linhas principais, repartindo a despesa em partes quase iguais entre o capital privado e o Estado, e estabelecendo que as vias férreas passariam para o Estado ao fim de 40 anos.<sup>59</sup>

Os novos programas de obras públicas, e especialmente os referentes às vias férreas, permitiam de facto à administração pública modificar profundamente o ordenamento territorial, e mesmo o dos centros habitados — basta pensar nos efeitos do plano ferroviário de 1842 em França, com as sete grandes linhas convergindo sobre Paris, ou nas consequências resultantes da localização escolhida para as estações ferroviárias nas orlas da cidade —, mas a urgência e a complexidade das exigências técnicas deixaram passar quase despercebido o valor urbanístico global dos novos meios. Tanto a legislação como a prática adquiriram um carácter especializado, sectorial, impedindo descortinar as relações e as interligações entre os sectores.

<sup>59</sup> *Op. cit.* No final de 1837, F. Bartholomy, presidente da Companhia d'Orléans, declara: «A aplicação do vapor à navegação e aos caminhos de ferro só pode igualar-se, pela sua importância, à invenção da imprensa ou à descoberta da América, acontecimentos que mudaram a face do mundo» (cit. in H. PEYRET, *Histoire des Chemins de Fer en France et dans le Monde*, Paris 1949).

Portanto, a moderna legislação urbanística não podia nascer deste terreno, tendo pelo contrário encontrado imediatamente na própria legislação sectorial sobre as vias férreas e as obras públicas um dos obstáculos mais poderosos. //

A única consequência importante destes avanços, válida para os fins urbanísticos gerais, foi a revisão da lei da expropriação, que inicialmente era considerada uma operação rara e excepcional, ao passo que agora, por ter de ser aplicada em larga escala, foi disciplinada de modo cada vez mais favorável para o Estado.

Em Inglaterra, as garantias concedidas pela lei para proteger os direitos dos proprietários fundiários tornavam, em 1840, o custo das linhas ferroviárias cinco vezes mais elevado do que nos países germânicos, e dez vezes mais elevado do que na América, onde as linhas férreas avançavam pelos territórios livres do Oeste<sup>60</sup>. Mas também em Inglaterra o processo de expropriação viria a ser disciplinado de modo explícito em 1842 e 1845.

Em França, a lei napoleónica de 1810 e a orleanista de 1833 — resultantes das exigências dos já referidos programas de obras públicas — foram aperfeiçoadas em 1841 pela lei de 13 de Maio, que precedeu o plano nacional ferroviário e serviu de modelo às leis de muitos outros países, entre as quais a lei italiana de 1865; foi então estabelecido que a expropriação devia ser autorizada pelo poder legislativo, os seus termos definidos por decreto do prefeito e pronunciada pela autoridade judiciária, a quem competia também a decisão sobre eventuais controvérsias.

Mas a teia das interligações urbanísticas criadas pelo desenvolvimento industrial torna-se necessariamente evidente através da constatação dos inconvenientes de ordem higiénica causados pela desordem e a aglomeração das novas periferias. Quando estes inconvenientes se tornaram intoleráveis — devido às epidemias de cólera que proliferaram depois de 1830 — e se estudaram as primeiras providências para os eliminar, tornou-se clara a pluralidade das causas determinantes, pelo que as providências adquiriram necessariamente um carácter múltiplo e coordenado. Deste modo, a legislação sanitária torna-se o precedente directo da moderna legislação urbanística e cedo se generalizou a noção de expropriação, estendendo-a das obras públicas a todo o corpo da cidade.

Em Inglaterra, as primeiras tentativas sérias para melhorar as condições higiénicas da cidade foram levadas a cabo após a

reforma eleitoral de 1832, e enquadraram-se no vasto programa reformista do novo governo *whig*.

No mesmo ano de 1832, Edmund Chadwick (1800-1890), ex-assistente de Bentham, foi nomeado inspector na Comissão dos Pobres, tendo contribuído para a formulação da nova lei de 1834, e até se retirar da vida pública, em 1854, foi o animador de todas as reformas no campo da higiene social.

A lei dos pobres de 1834 respeita em certos aspectos os pressupostos teóricos de origem radical próprios da classe dirigente então no poder.

Foi abolido o ruinoso sistema de Speenhamland, estabelecendo-se o princípio de que ninguém devia receber subsídios parciais; para os desempregados estavam previstas as casas de trabalho (*workhouses*), mas tendo o cuidado de «tornar a vida menos agradável do que a dos mais infelizes trabalhadores independentes»<sup>61</sup>. Na mesma época foi criada uma organização de vigilância muito mais eficiente do que a antiga, com uma sede central e dependências periféricas para cada grupo de freguesias; a estes serviços foi também atribuída a responsabilidade de prestarem assistência médica aos pobres, posteriormente de tomarem a cargo os registos dos nascimentos e mortes — estas últimas classificadas segundo as causas, em conformidade com a Registration Act de 1836 — e finalmente a vacinação pública, depois de 1840.

Chadwick, que foi nomeado secretário da comissão central, teve possibilidade de se documentar amplamente sobre as condições de vida das classes menos abastadas, e deu-se conta de que os poderes até então concedidos pela lei aos serviços de assistência aos pobres apenas permitiam uma intervenção paliativa; as causas da desastrosa situação sanitária estavam inseparavelmente ligadas ao espaço construído e às suas recentes transformações, devido às quais os tradicionais meios de intervenção se tornavam ineficazes.

Existiam de facto nas cidades numerosas entidades públicas (trezentas só em Londres) encarregadas da iluminação, da pavimentação, dos esgotos, do abastecimento de água, ou de fazer respeitar os regulamentos relativos à construção, ao tráfego e ao policiamento, mas estavam desacreditadas, incapazes de se adaptarem à fisionomia e às dificuldades técnicas do novo ordenamento urbano. Em 1835 foram criadas novas administrações municipais eleitas,

<sup>61</sup> Estas são as palavras de Nassau sénior que, juntamente com Chadwick, foi o principal responsável pela lei; as *workhouses* foram depois descritas polemicamente por Dickens em *Oliver Twist* (1838).

<sup>60</sup> Cit. de A. P. USHER, *An Introduction to the Industrial History of England*, Londres 1939, p. 449.

a que foram atribuídas as tarefas anteriormente dispersas por aquelas entidades tradicionais, mas era preciso conceder-lhes os poderes necessários para agir e introduzir as correspondentes limitações nos direitos privados.

Devido ao carácter acentuadamente privatístico da legislação e dos hábitos ingleses, esta inovação foi longa e difícil, e só a dramática evidência das epidemias de cólera, que se repetiam de 1831 em diante, persuade enfim as autoridades a saírem da sua reserva teórica.

Em 1838, as autoridades londrinas pediram à comissão da lei dos pobres que fizesse um inquérito sobre uma epidemia eclodida em Whitechapel.

O relatório da comissão de inquérito — formada por três médicos, Arnott, Kay e Southwood Smith — e sobretudo o relatório pessoal de Southwood Smith sobre a falta de água sensibilizaram a opinião pública; Chadwick obteve de lord Russell, em 1839, o consentimento para que o inquérito fosse alargado a todo o país, e em 1842 compilou o relatório final, que ofereceu pela primeira vez um quadro completo das condições sanitárias das classes trabalhadoras<sup>62</sup>.

Entretanto, uma comissão da Câmara dos Comuns começou a ocupar-se do assunto, e em 1840 publicou um relatório que confirmava as conclusões de Chadwick; pouco depois, Peel, pressionado também por Lord Ashley e pelo príncipe consorte, nomeou uma comissão real de inquérito, que deu a conhecer as suas conclusões em 1844 e em 1845<sup>63</sup>.

É interessante ler, nos relatórios da comissão real, a grande variedade das providências sugeridas para melhorar a higiene da cidade:

- confiar os controlos sanitários às autoridades locais, sob a supervisão directa da Coroa;
- fazer levantamentos e indagações exactas sobre a zona, antes de projectar a instalação de esgotos;
- combinar os trabalhos dos esgotos com os da pavimentação;
- conceder fundos às autoridades locais para alargarem e melhorarem as ruas;

<sup>62</sup> *Report on the Sanitary Conditions of the Labouring Population, 1842*; cf. J. H. CLAPHAM, *An Economic History of Modern Britain, the Early Railway Age*, Cambridge 1939, cap. I.

<sup>63</sup> *First Report of the Commissioners for Inquiring into the State of Large Towns and Populous Districts, 1844*; *Second Report*, etc., 1845.

**HAS**  
**DEATH**  
(IN A RAGE)

Been invited by the Commissioners of Common Sewers to take up his abode in Lambeth? or, from what other villainous cause proceeds the frightful Mortality by which we are surrounded?

In this Pest-House of the Metropolis, and disgrace to the Nation, the main, thoroughfares are still without Common Sewers, although the Inhabitants have paid exorbitant Rates from time immemorial!!!

"O Heaven! that such companions thou'dst unfold.  
"And put in every honest hand, a whip,  
"To lash the rascals naked through the world."

Unless something be speedily done to allay the growing discontent of the people, retributive justice in her salutary vengeance will commence her operations with the *Lamp-Iron* and the *Halter*.

**SALUS POPULI.**  
*Lambeth, August, 1832.*

J. W. PEEL, Printer, 9, New Cut, Lambeth.

Figura 31: Um manifesto de 1832, que ilustra as polémicas sobre as condições sanitárias de Londres (em L. WRIGHT, *La civiltà in bagno*, ed. ita.)

Usava-se uma lute de um recuo politico. De um lado, a necessidade de intervencao publica p/ buscar uma solucao p/ os problemas sanitarios, de outro, a ideologia do liberalismo.

- fixar os requisitos higienicos minimos para todas as habitacoes e tornar obrigatoria a instalacao dos servicos sanitarios;
- obrigar os proprietarios a ventilar e a limpar adequadamente as casas insalubres, criando uma licenca para o aluguer dos alojamentos;
- criar um corpo de medicos tecnicos de higiene;
- conceder fundos para a abertura de parques publicos nas cidades industriais que os não possuem.

É já evidente que as futuras leis sanitarias deverão desenvolver-se no sentido de uma legislacao urbanistica geral, e que uma vez abordado um problema — o sanitario — todos os outros virão como consequencia.

A primeira consequencia juridica destes inqueritos foi a lei de 9 de Agosto de 1844, para Londres e arredores<sup>64</sup>, que definiu certos requisitos higienicos minimos para os alojamentos de aluguer e proibiu que as divisoes subterraneas fossem destinadas a habitacao a partir de Julho de 1846. Ainda em 1846 foi aprovada a primeira lei para a criaçao de balnearios e lavandarias publicas na capital.

No mesmo ano, o Parlamento começou a estudar uma lei geral; homens publicos e jornalistas desenvolveram com insistencia os argumentos teóricos do liberalismo contra a intervencao publica nesta matèria, enquanto uma nova epidemia de cólera tornava urgente a decisao.

Uma primeira proposta de lei, baseada nas recomendacoes da comissao real, foi apresentada em 1847, mas posteriormente retirada; só no ano seguinte foi aprovada a primeira Public Health Act, de alcance mais limitado mas de incalculavel importancia politica, sendo esta a primeira tentativa para introduzir na legislacao tradicional a realidade da nova situacao urbanistica, pelo menos em alguns aspectos mais evidentes.

A lei de 31 de Agosto de 1848 é um documento longo e minucioso, e ocupa bem setenta paginas dos decretos oficiais<sup>65</sup>.

A extensao deriva em parte dos habitos juridicos ingleses, mas também do carácter da nova lei que, introduzindo um novo conceito de controlo publico num campo até então não regulado, ou

<sup>64</sup> 7 et 8 Victoriae Reginae, cap. LXXXIV; An Act for Regulating the Construction and the Use of Buildings in the Metropolis and its Neighbourhood, p. 190.

<sup>65</sup> 11 e 12 Victoriae Reginae; An Act for Promoting the Public Health, p. 721.

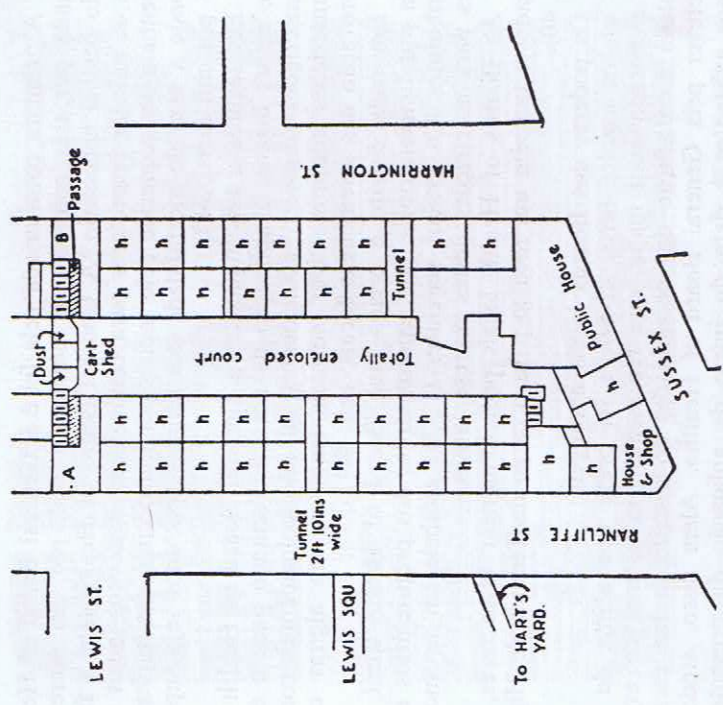


Figura 32: Planta de um pátio de Nottingham; desenho incluído no Relatório da Comissão Real sobre o Estado das Grandes Cidades, de 1845 (segundo HOSKINS).

regulado por prescrições discordantes e antiquadas, requer uma longa série de especificações ao confrontar-se com outras leis e hábitos vigentes. As definições dos termos usados ocupam só por si quase três páginas.

Os objectivos da lei são assim declarados no início: «Na medida em que é necessário tomar novas e mais eficazes providências para melhorar as condições sanitárias das cidades e dos distritos populosos em Inglaterra e no País de Gales, interessa que o abastecimento de água a estas cidades e distritos, os esgotos, as drenagens, a limpeza urbana e as pavimentações sejam tanto quanto possível colocados sob um único e mesmo órgão local de gestão e controlo, submetido à supervisão geral mais abaixo indicada...» (art. 1).



A primeira coisa criada pela lei é a General Board of Health, formada por três membros de nomeação real, por um secretário e pelo pessoal necessário. A General Board of Health tem a faculdade de nomear inspectores para conduzirem inquéritos locais onde tal venha a ser requerido pelo menos por um décimo dos habitantes, ou onde a taxa de mortalidade nos últimos sete anos seja superior a 23 por mil (arts. 3-8).

Em seguida a tais inquéritos a General Board of Health promove nesses lugares a aplicação da nova lei, criando para o efeito circunscrições (*districts*) coincidentes ou não coincidentes com as circunscrições administrativas normais (sujeitas, em alguns casos, à aprovação das assembleias locais; arts. 9-11).

Em cada distrito é criada uma Board of Health local, formada por funcionários e por representantes dos proprietários e dos contribuintes. Os artigos seguintes (12-33) estabelecem as modalidades para as eleições destes representantes.

As Boards of Health locais podem nomear inspectores, empregados e também um médico para o cargo de Técnico de Higiene (art. 40).

Os poderes das Boards locais abrangem:

a) os esgotos (arts. 41-54); a lei prevê que acima de tudo seja elaborado «um mapa, que represente um sistema de esgotos adaptado à satisfação das necessidades do distrito, numa escala a prescrever pela General Board of Health». Além disso, «todos os esgotos existentes à data do início da aplicação da presente lei, ou a seguir construídos (salvo algumas excepções) com os edifícios, tal como as instalações e materiais anexos devem pertencer e ser geridos pela Board of Health local»; é prevista a expropriação das obras pertencentes aos antigos proprietários. Cada casa de nova construção deve ser provida de esgoto próprio e de latrina; quem transgredir esta obrigação é passível de multa até 20 libras esterlinas, e a Board local pode ordenar a construção da latrina omissa a expensas do proprietário. Também passa a ser obrigatória, para as novas construções, a notificação dos níveis dos quartos mais baixos e da localização dos serviços sanitários, que deve ser aprovada pela Board local; para os transgressores é prevista uma multa até 15 libras esterlinas e a modificação forçada das obras construídas abusivamente;

b) a limpeza urbana (arts. 55-57);

c) a remoção de quanto possa causar danos higiénicos (carnais descobertos, pocilgas, imundícies, águas estagnadas nos subterrâneos, etc.; arts. 58-60);

d) a regulamentação dos matadouros (arts. 61-65);

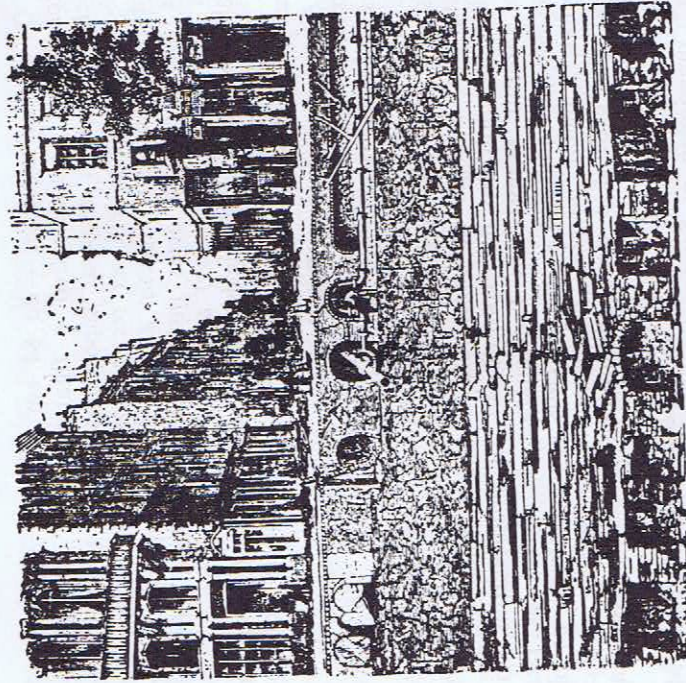


Figura 33: As fundações de Paris (esquina entre a Rue Soufflot e a Rue Saint Jacques; de A. JOANNE, *Paris Illustré*, 1870).

e) a regulamentação das casas de aluguer (arts. 66-67), que devem possuir determinados requisitos de asseio e de ventilação; é proibido o uso das caves para habitação, se não corresponderem a certas condições, e é previsto um prazo — de seis meses a um ano — dentro do qual deverão ser desimpedidas as caves não regulamentares actualmente habitadas;

f) a pavimentação e a manutenção das ruas (arts. 68-73);

g) os jardins públicos (art. 74); «as Boards of Health locais, com a aprovação da General Board, podem patrocinar, manter, traçar, plantar e melhorar espaços destinados a passeios públicos ou jardins, e contribuir para empreendimentos semelhantes de iniciativa privada»;

h) o abastecimento de água (arts. 75-80);

i) a sepultura dos mortos (arts. 81-83).

O art. 117 estabelece ainda que as Boards locais assumirão as funções de vigilância das estradas estatais.

Os artigos seguintes — do 84 em diante — dizem respeito ao funcionamento administrativo e financeiro das Boards locais, e estabelecem que as despesas suportadas com a execução das instalações sanitárias podem ser recuperadas de dois modos: mediante contribuições especiais (*special district rates*) a aplicar aos imóveis a que dizem respeito essas instalações, e mediante contribuições gerais (*general district rates*) aplicáveis a todo o distrito. Quando os trabalhos executados consistem na beneficiação de um bem privado, o respectivo proprietário deverá pagar outras contribuições (*private improvements rates*).

As relações entre as Boards e as entidades privadas são minuciosamente reguladas pelos últimos artigos da lei; são concedidas muitas garantias legais aos proprietários, mas o exercício pleno dos direitos de propriedade é inevitavelmente limitado de diversos modos pela nova lei; para além de serem obrigados a cumprir os regulamentos, a pagar as contribuições e a submeterem-se eventualmente ao processo de expropriação, os proprietários privados devem garantir sempre aos funcionários da Board of Health o livre acesso aos edifícios e aos terrenos «para elaborar os planos, inspecionar, medir, nivelar, examinar os trabalhos, verificar o percurso dos esgotos e das condutas de descarga, averiguar ou fixar os limites».

A lei não se aplica à City de Londres (onde existe a Metropolitan Commission of Sewers com amplos poderes), aos distritos onde actuam as Commissions of Sewers criadas a 13 de Novembro e a 4 de Dezembro de 1847, e à zona de Regent's Park, submetida em 1825 a um regime de vigilância especial.

O debate que acompanhou o *iter* parlamentar da lei é bastante interessante, pela variedade e a insistência das objeções, colocadas não apenas pelos proprietários cujos interesses foram postos em causa e pelos seus representantes, mas também pelos teóricos liberais, entre os quais Herbert Spencer<sup>66</sup>; este caso é recordado por Walter Lippmann, como exemplo típico da deformação causada pelo dogma da não intervenção do Estado.

O radical «Economist», em 13 de Maio de 1848, lamenta que a Public Health Act não tenha encontrado uma oposição adequada, e desdenhando entranhar-se nos pormenores na medida em que a lei abarca «uma grande quantidade de matéria, que não podemos enumerar sem atulhar o nosso espaço com um rol de palavras quase ofensivas» (trata-se de esgotos, imundícies, etc.),

<sup>66</sup> H. SPENCER, *Social Statics*, 1851; cf. W. LIPPMAN, *A Sociedade Justa* (1943).

observa: «Sofrimento e males são admoestações da natureza; não é possível eliminá-los, e as impacientes tentativas filantrópicas para os banir do mundo através da legislação, sem determinarem o seu objecto e o seu fim, sempre trouxeram mais mal do que bem»<sup>67</sup>.

Contra estas filosóficas argumentações, Chadwick e os seus colegas podiam opor o senso comum e a realidade das epidemias, que irrompiam em Londres exactamente nessa altura. Mas o alarme dos especialistas era bem justificado; a lei constituía um primeiro passo para uma profunda mudança das instituições, que não se quedaria por certo nos limites fixados pelos legisladores de 1848.

As Boards locais começaram a funcionar com lentidão e dificuldade; na primeira fase de aplicação da lei foi pelo contrário decisiva a acção da General Board of Health (composta por dois eminentes políticos, lord Shaftesbury e lord Morphet, e por dois técnicos de higiene, Chadwick e Southwood Smith), que actuou durante dez anos entre contínuas controvérsias até ser abolida em 1858, sendo as suas competências transferidas para o Conselho Privado; neste período conseguiu criar 183 Boards locais e fazer aprovar, em 1851, a primeira lei sobre a construção subsidiada, aperfeiçoada posteriormente em 1868 e 1875. Mas o curso da legislação sanitária inglesa era doravante irreversível; os passos seguintes foram a criação da Local Government Board (com jurisdição quer sobre sanidade quer sobre a assistência aos pobres), e a nova lei sanitária de 1875, até à unificação das leis sobre a construção subsidiada e sobre sanidade pelo Housing of the Working Classes Act, de 1890.

Em França, as consequências da industrialização e do urbanismo manifestaram-se mais tarde, mas as condições higiénicas das grandes cidades e dos aglomerados industriais eram em 1840 tão alarmantes como as verificadas em Inglaterra.

Em 1840, Frégier, um funcionário da prefeitura do Sena, formulou um plano de construções públicas para as classes menos abastadas<sup>68</sup>. No mesmo ano aparece o primeiro inquérito documentado sobre as condições de vida dos operários, da autoria de Villemé<sup>69</sup>. Mas durante a monarquia de Julho, a situação de imper-

<sup>67</sup> J. H. CLAPHAM, *op. cit.*, p. 545; cf. B. RUSSELL, *História das Ideias do Século XIX* (1934).

<sup>68</sup> *Des Classes Dangereuses de la Population dans les Grandes Villes et des Moyens de les Rendre Meilleures*, Paris 1840.

<sup>69</sup> L. R. VILLERME, *Tableau de l'Etat Physique et Moral des Ouvriers*, Paris 1840.

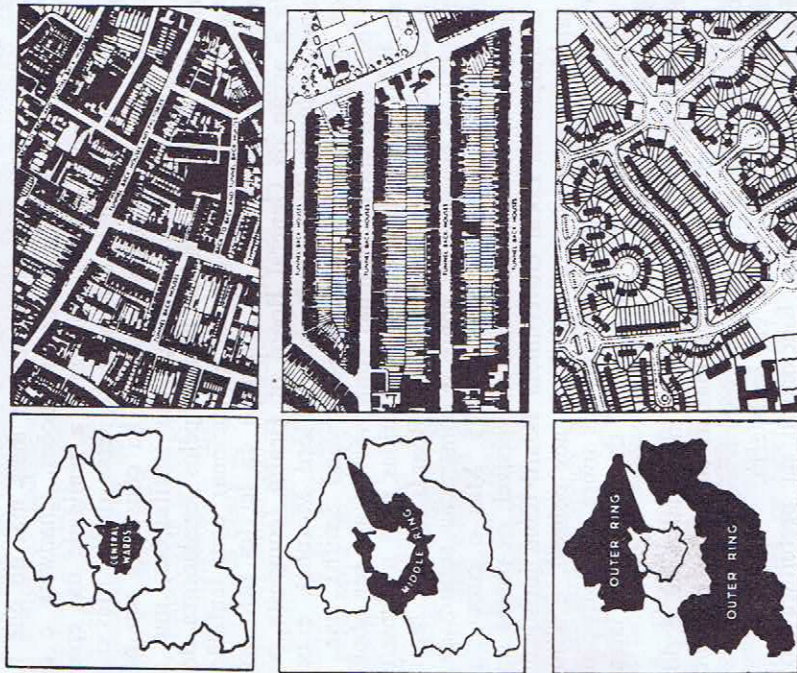


Figura 34: Birmingham, a construção *by law* nas zonas concêntricas da cidade, que ilustram a evolução dos regulamentos sobre a construção a partir de meados até final do século XIX (segundo F. HIORNS, *Town Building in History*).

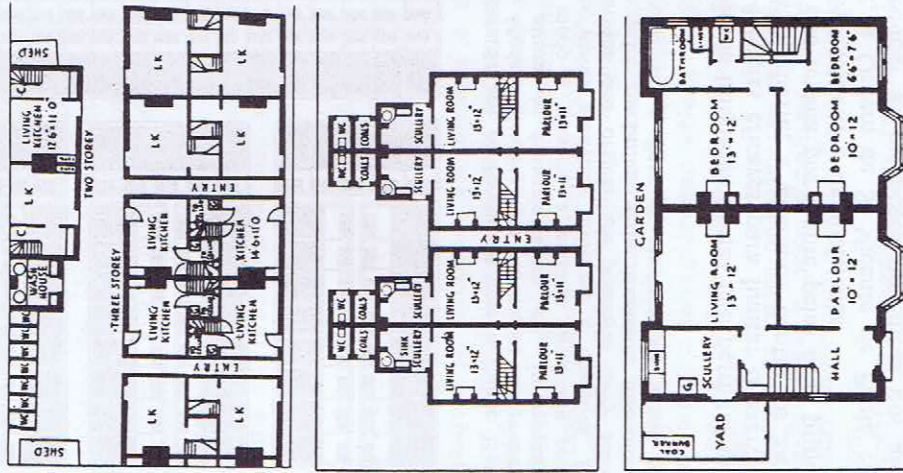


Figura 35: Os tipos de construção mais comuns nas três zonas: casas com três pisos tendo ao lado os serviços; casas com dois pisos com os serviços incorporados; casas com jardim anexo (segundo HIORNS).

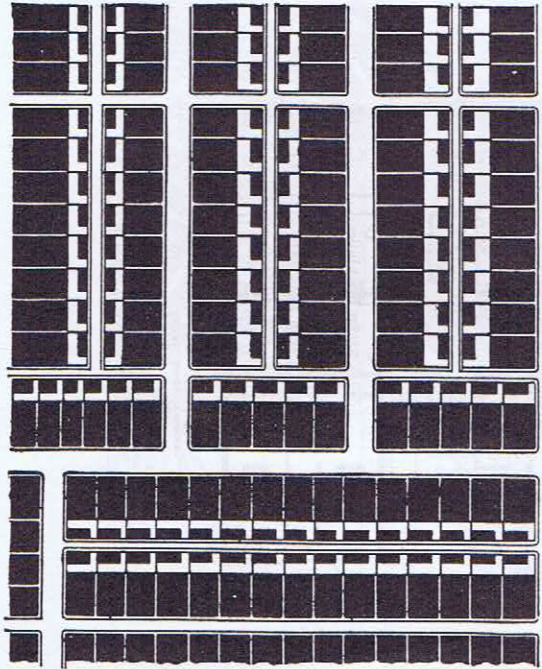


Figura 36: Construção em conformidade com o Public Health Act de 1875 (em C. BAUER, *Modern Housing*). As prescrições dos primeiros regulamentos prediais sobre a altura, os distanciamentos, etc., interpretados à letra pelos construtores de modo a obterem a máxima densidade permitida, tornaram a construção das novas periferias uniforme e obsessiva. Enquanto dura a vaga especulativa que deu origem aos primeiros *jerry buildings*, os regulamentos não têm valor resolutivo; seria necessário diferenciar as prescrições de local para local, isto é, ligar os regulamentos a um plano autêntico e concreto.

turbado domínio da burguesia liberal não permitiu que se tomassem quaisquer providências eficazes para limitar o exercício da propriedade predial e fundiária; a polémica contra os alojamentos insalubres foi por isso levada por diante pelas duas principais correntes de oposição: os católicos e os socialistas.

Em 1842, a Ordem de S. Vicente de Paula encarregou uma comissão de estudar as condições higiénicas dos alojamentos operários de Lille. Em 1845, a Société d'Economie Charitable começou a publicar os «Annales de la Charité», onde apareceram vários escritos sobre o problema do saneamento dos bairros operários<sup>70</sup>; o animador principal destas iniciativas é o conde Armand de Melun, que foi a seguir um dos promotores da primeira lei urbanística, durante a segunda República.

<sup>70</sup> M.me de CARON, *Du Logement du Pauvre et de l'Ouvrier*, 1845, pp. 393-402; H. ROMAIN, *Des Classes Ouvrières*, 1847, pp. 747-762.

Os socialistas trabalharam no mesmo sentido, e as descrições magoadas dos «Annales de la Charité» encontram-se pontualmente no relatório de Blanqui sobre as condições da classe operária francesa em 1848<sup>71</sup>. Os socialistas viam o problema de modo mais doutrinal, esperando que uma nova organização económica resolvesse globalmente o problema dos alojamentos juntamente com os outros problemas sociais; por isso, os católicos, propensos a considerar as questões por partes, foram os mais decididos promotores das reformas urbanísticas.

No breve período de vida da segunda República, os estudos e as propostas elaboradas nos dois decénios precedentes tiveram concretização numa lei precisamente por mérito de Armand de Melun e do irmão Anatole, que em 1849 apresentou uma proposta à Assembleia Nacional.

A proposta Melun passou sucessivamente pelo crivo de uma comissão parlamentar presidida por Labordère, e de uma comissão auxiliar da Assembleia presidida por Riancey; este, no relatório oficial, apresentou a lei com cautela mas com firmeza, contra os previsíveis ataques da oposição: «A matéria é delicada [...], o livre uso, a livre disponibilidade dos bens pertencentes ao cidadão exigem o respeito mais rigoroso, pois são as bases primordiais da ordem social». Todavia, em numerosos casos «o direito e o interesse privado devem ceder perante o interesse público», e existem já diversas limitações deste género ao direito de propriedade: é proibido vender alimentos estragados, fazer navegar uma embarcação em mau estado. Estas proibições não enfraquecem o princípio de propriedade, mas antes o salvaguardam: «Nada justifica melhor a propriedade do que a própria autoridade da lei, que lhe regula e sanciona o exercício»<sup>72</sup>.

A lei foi atacada na época pelos liberais de Thiers, defensores dos «direitos do homem», e pelos socialistas, já desiludidos pelo falhanço dos *ateliers nationaux* e desconfiados de qualquer medida parcial de reforma.

Entre os protestos mais significativos, recorda-se aqui um artigo na «Revue des Deux Mondes» escrito pelo ex-saint-simoniano Michel Chevalier<sup>73</sup> e um outro no jornal socialista «La Voix du Peuple»,

<sup>71</sup> J. A. BLANQUI, *Des Classes Ouvrières en France pendant l'Année 1848*, Paris 1849.

<sup>72</sup> Cit. in J. HUGUENY, *Un Centenaire Oublié: la Première Loi Française d'Urbanisme, 13 de Avril 1850*, in «La Vie Urbaine», 1950, p. 246. O relatório é reproduzido in «Annales de la Charité», 1849, pp. 725-736.

<sup>73</sup> 15 de Março de 1850, p. 976.

que antevia a sorte das famílias operárias expulsas dos alojamentos insalubres e sem poderem arranjar outros melhores, acima das suas possibilidades, e por isso reduzidas a «procurarem um outro abrigo que ainda tenha escapado à polícia, ou então a dormir ao ar livre»<sup>74</sup>.

Durante o debate foram apresentadas e rejeitadas algumas emendas de notável interesse: uma de Roussel, para alargar a bairros inteiros os trabalhos de saneamento previstos, e uma de Wowski, para tornar as administrações comunais aptas a construir novos alojamentos, em substituição dos velhos demolidos.

Uma última epidemia de cólera, em 1849, foi provavelmente o motivo determinante para que a lei fosse aprovada a 13 de Abril de 1850. O seu conteúdo é mais restrito do que o da lei inglesa, limitando-se a disciplinar as características dos alojamentos de aluguer e confiando a execução da lei a serviços comunais, não assistidos por um órgão central coordenador e dinamizador.

O art. 1 estabelece: «Em todas as comunas onde o Conselho Municipal o julgue necessário, nomear-se-á uma Comissão encarregada de investigar e indicar as medidas indispensáveis ao arranjo dos alojamentos e dependências insalubres alugadas ou ocupadas por pessoa distinta do proprietário, do usufrutuário ou do utente». O art. 2 regulamenta a composição da Comissão, que deve compreender um arquitecto e um médico, não necessariamente residentes na comuna. Os artigos seguintes diferenciam as causas da insalubridade; se é devida ao proprietário, este é obrigado a executar os trabalhos necessários para a eliminar, sob pena de indemnizações que podem atingir o dobro da importância dos trabalhos. O art. 13, finalmente, determina: «Quando a insalubridade resulta de causas externas e permanentes, e quando estas causas não se podem remover sem trabalhos de conjunto, a Comuna pode adquirir, de acordo com as normas e modalidades da lei de 3 de Abril de 1841, a totalidade das propriedades compreendidas no perimetro dos trabalhos»<sup>75</sup>.

Neste artigo reside toda a importância da lei. Diferentemente do que acontecia em Inglaterra, em França existia uma legislação eficiente sobre a expropriação, baseada na lei de 1841.

Estas disposições, pensadas para as obras públicas, podem agora ser aplicadas ao saneamento dos bairros de habitação. É esta

<sup>74</sup> 7 de Março de 1850; cf. a resposta de A. de Melun nas actas parlamentares citadas pelo «Moniteur».

<sup>75</sup> J. HUGUENEY, *op. cit.*, p. 246.

lei que servirá a Haussmann para realizar a transformação radical da Paris nos vinte anos seguintes, aproveitando-se de uma emenda de 23 de Maio de 1852, que permite a expropriação não apenas através de uma lei, mas também de uma deliberação do poder executivo.

intervenções  
urbana  
como  
remédico  
↓  
epidemia  
de cólera

## 1848 E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

A revolução de 1848, por ser o momento decisivo da história da cultura e da experiência política do século XIX, é também por isso o ponto crucial na história da urbanística moderna.

Ainda não foi feito um estudo sistemático das relações entre os acontecimentos políticos e os urbanísticos. Será portanto necessário proceder por indícios e por hipóteses, que só poderão ser confirmados por uma investigação ulterior. A pouca documentação recolhida bastará, todavia, para mostrar a importância decisiva que aquela crise teve também no nosso campo.

O longo período de lutas comuns contra o regime orleanista aproximara, em França, os movimentos de oposição operários e burgueses, até tornar possível, em 1843, a fusão dos republicanos de Ledru-Rollin e de Cavaignac com os socialistas de Blanc.

O motivo desta unidade temporária não é apenas tático: sobre os ombros dos grupos políticos pesa agora a classe operária consciente das suas condições e ansiosa por melhorá-las.

O objectivo a alcançar, enunciado em termos elementares pelos interessados directos («ainsi vous obtiendrez ce qui est juste et légitime — escreve o operário Efrahem —, c'est-à-dire un salaire suffisant pour vous nourrir, vous, vos femmes et vos enfants»), adquire uma sonoridade imperativa, imediata, e equipara aparentemente os programas contrastantes das diversas facções. Não há tempo para esperar e discutir: «O Parlamento é lento para o povo», observa John Fielden em 1833<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cit. in. E. DOLLEANS, *Histoire du Mouvement Ouvrier*, III ed., Paris 1947, p. 49.

<sup>2</sup> *Op. cit.*, p. 109.

A experiência do governo provisório saído da revolução de Fevereiro faz cair quer o acordo dos grupos que haviam alcançado o poder, quer a grande esperança que o originara. Os acontecimentos da Primavera de 1848, segundo a interpretação clássica de Marx, revelam por trás da aparência dos programas comuns a realidade da luta de classes, colocando os partidos burgueses contra o partido socialista, e mostra o utopismo dos socialistas, que esperam realizar as suas propostas organizativas sem clarificar o conflito de interesses entre as forças em jogo e sem uma clara linha de conduta nos confrontos das forças antagónicas.

Tendo declarado garantir o direito ao trabalho a todos os cidadãos, o governo provisório criou a 27 de Fevereiro os *ateliers nationaux*; trata-se de uma das exigências programáticas de Blanc, que foi no entanto posta em prática pelo ministro republicano Marie de modo tal que teria necessariamente de falhar. Blanc propusera uma autêntica intervenção do Estado na indústria, empregando os operários nos sectores considerados mais convenientes de acordo com as suas capacidades e segundo uma visão unitária do desenvolvimento económico, enquanto os cem mil trabalhadores organizados por Marie executavam trabalhos inúteis de aterro no Campo de Marte; mas como não pensar, porém, que o emprego inútil dos trabalhadores dos *ateliers nationaux* corresponde à incapacidade comum de traduzir uma transformação política numa série de intervenções calculadas no espaço e no tempo? Assim, nas frases escritas sobre as bandeiras dos manifestantes parisienses do 28 de Fevereiro — «Ministério do Progresso», «Organização do Trabalho» — vê-se não apenas a referência a pontos teóricos do programa de Blanc, mas também a alusão ainda emblemática aos desenvolvimentos da planificação económica e urbanística, que em seguida iria preencher pouco a pouco o vazio ideológico de então.

Proudhon, com a sensibilidade do seu espírito anticonformista, comenta desde 26 de Fevereiro: «Muitas palavras e nenhuma ideia! [...] o governo, não tendo ideias, nada faz, nada pode, nada quer. Com que facilidade se caminha para a ditadura!»<sup>3</sup>.

A revolta operária de Junho de 1848, após o encerramento dos *ateliers nationaux*, torna definitivamente impossível a revolução económica teorizada pelos socialistas; o movimento operário sai confuso e disperso, mas consciente do contraste de interesses subjacentes ao debate político e da necessidade de o abordar num novo nível crítico e organizativo; o movimento toma então um novo curso, científico e internacional.

<sup>3</sup> *Op. cit.* p. 230.

O *Manifesto* de Marx e Engels, escrito um mês antes dos acontecimentos franceses, é o texto programático dominante deste novo debate, que em 1864 conduzirá à Primeira Internacional. A tónica incide agora no problema político central da propriedade e do poder, que é considerado prejudicial a qualquer mudança da condição operária; qualquer reforma parcial, realizando-se no âmbito do sistema capitalista, traduz-se numa confirmação deste sistema, e deve considerar-se ineficaz.

Na comunicação inaugural de 1864, Marx repete e amplia as críticas ao socialismo reformista e utópico, já enunciadas no *Manifesto*; o debate renova-se nas primeiras reuniões da Internacional, entre Marx e Bakunine, sobretudo em função crítica das experiências em curso, e é uma das causas que em 1873 conduzem à dissolução da organização.

Assim se completa o distanciamento entre a experiência urbanística e a política europeia de esquerda; o utopismo da cultura urbanística e a rigidez programática da cultura política contribuíram igualmente para tal, e se o juízo sobre a proporção entre as duas causas pode variar, fica a constatação dos desfasamentos, dos atrasos e das dificuldades resultantes desta separação, que ainda hoje perduram. //

Em urbanística, o resultado imediato é um reforço do aspecto técnico puro; de facto, nos vinte anos subsequentes à revolução de 1848 realizam-se as primeiras grandes intervenções urbanísticas nas cidades europeias: os *grands travaux* de Haussmann em Paris (1853-1869) e de Anspach em Bruxelas (1867-1871), a criação do Ring de Viena (1857), a ampliação de Barcelona (1859), a ampliação de Florença (1864-1877), as transformações e obras de saneamento da Grande Londres, onde entre 1848 e 1865 Joseph Bazalgette introduz o novo sistema de colectores ao longo do Tamisa, o Victoria e o Albert Embankment, enquanto em 1863 se começa a construir a rede ferroviária metropolitana; tudo isto é obra de uma nova classe de projectistas e de funcionários, homens de ciência, competentes e satisfeitos com as suas responsabilidades sectoriais.

Mas esta independência da técnica é apenas uma aparência ou uma convenção.

Na realidade, a urbanística insere-se largamente no âmbito do novo conservadorismo europeu; Napoleão III em França, os jovens Tories guiados por Disraeli em Inglaterra, Bismarck na Alemanha depressa se dão conta da importância que uma política



Figura 37: Viena, o sistema viário, construído em torno à cidade velha entre 1859 e 1872, sobre a área das antigas fortificações.



orgânica de obras públicas pode ter para a estabilidade política dos respectivos países; as reformas parciais, mesmo as elaboradas pela oposição de esquerda, podem ser promovidas para evitar uma pressão demasiado forte sobre as instituições a conservar.

As origens deste novo reformismo, de que a urbanística é um dos aspectos mais relevantes, estão certamente ligados ao humanitarismo que invade tão grande parte da literatura no decénio anterior à revolução de 1848, inspirado em parte nas utopias socialistas mas mais frequentemente disposto a diluir as críticas veementes num vago compadecimento pelos sofrimentos dos pobres e num vago apelo à solidariedade universal.

Em contraposição às foscas descrições dos casebres da cidade industrial que se encontram nos romances de Kingsley, de Elizabeth Gaskell, de Dickens, de Sue, e a par das descrições idealizadas dos bons tempos antigos, quando a indústria não existia, surge por vezes a imagem daquilo que poderia ser o ambiente de vida e de trabalho de uma moderna comunidade industrial, se as relações sociais fossem baseadas na benevolência e não no antagonismo económico.

Toda a simpatia dos autores vai para as frequentes figuras de filantropos ou de industriais iluminados, como os irmãos Cheerybee que aparecem em *Nicholas Nickleby* de Dickens (1839), ou o senhor Hardy de que fala Sue em *Le Juif Errant* (1845).

Esta é a descrição da aldeia modelo construída pelo senhor Hardy para os seus operários:

A fábrica do senhor Hardy tinha naquela manhã uma aparência de festa, muito em consonância com a serenidade do céu. Para fazer uma ideia, ao lado do edifício industrial destinado exclusivamente à laboração, erguia-se um outro grande edifício, dividido em muitos blocos, destinado a habitação dos operários. Em baixo, no andar térreo deste edifício, abriam-se lojas cooperativas, armazéns de géneros de toda a espécie, uma lavandaria, uma escola nocturna, uma sala de pronto socorro e todo o tipo de recreios, tudo organizado e dirigido por uma administração central composta por empregados e operários da própria fábrica. Tudo fora estudado e preordenado pelo senhor Hardy (que fornecera o capital necessário) com tanta previdência e sagacidade que os alugueres e os géneros custavam quase menos um terço do que o preço normal, e além disso os pagamentos podiam ser feitos mensalmente graças a uma espécie de conta corrente aberta para cada operário e da qual o seu salário constituía o activo, enquanto o aluguer e os saques constituíam o passivo. E tudo isto era possível sem defraudar o capital, aplicado pelo senhor Hardy nesta espécie de casa comum, de um justo rendimento de cerca de cinco por cento. Estas e muitas outras medidas sociais tinham colocado os operários do senhor Hardy na condição de verdadeiros privilegiados em confronto com a massa dos restantes trabalhadores, e daí o ódio e a inveja contra eles acumulados e fomentados por agitadores interessados.

É evidente a reminiscência das utopias de Owen e de Fourier, de que ficou a moldura externa sem o núcleo político informador<sup>4</sup>. Mas seria injusto procurar na cândida descrição de Sue a intenção de uma revisão ideológica, além do mais em contraste com as suas convicções socialistas.

Pelo contrário, nos romances contemporâneos de Disraeli é retomado o mesmo discurso com uma nítida intenção política.

Coningsby, o protagonista do romance homónimo (1844), vai de visita a Manchester e observa com a máxima atenção o mundo industrial; trata-se de um aristocrata que não manifesta porém qualquer desconfiança relativamente à nova realidade da indústria:

Era para ele um novo mundo, pleno de novas ideias e fértil de novos caminhos para os pensamentos e os sentimentos. Naquela associação sem precedentes entre o capital e a ciência, operando num local que a Natureza indicara como o teatro apropriado para os seus empreendimentos, ele descontinua a grande fonte de riqueza para as nações que fora reservada aos nossos tempos, e dava-se conta de que essa riqueza estava a originar o

<sup>4</sup> E. SUE, *Le Juif Errant* (1845), parte XIV. No outro romance *Les Misères des Enfants Trouvés*, de 1851, encontra-se uma descrição análoga, politicamente mais explícita, onde é evidente a recordação do Falanstério de Fourier: «O castelo do Conde Duriveau tinha sofrido uma completa transformação. O corpo principal do edifício, com as suas duas alas laterais, permanecera de pé, tendo essas duas alas sido prolongadas de modo a formarem um imenso paralelogramo, unindo-as por meio de novas construções que ficavam de frente para o corpo principal do edifício e juntavam as duas alas pelas extremidades. Um amplo pórtico de pedra, seguindo internamente o traçado deste paralelogramo, formava um terraço no primeiro andar e proporcionava no andar térreo um local coberto que permitia circular em torno daquelas vastas construções sem temer o Sol nem a chuva. Todo o terreno compreendido entre esses vastos edifícios se encontrava ajardinado. Todas as suas áreas e verdadeas confluíam para a área redonda central onde se erguia um fundo, de um estilo simples e sóbrio, terminava por um ornamento de forma esférica sobre o qual se podiam ler em grandes letras as seguintes palavras: NINGUEM TEM DIREITO AO SUPERFLUO ATÉ QUE TODOS TENHAM O NECESSÁRIO. A noite, o jardim, o edifício, o pórtico, eram todos iluminados a gás, cuja luz viva brilhava também aqui e além no parque e num bosque de árvores seculares que fora conservado e se estendia por trás do castelo. Finalmente, à direita deste paralelogramo, no meio de numerosas construções acrescentadas exteriormente, erguiam-se as enormes chaminés de diversas máquinas a vapor, destinadas quer a abreviar ou facilitar alguns trabalhos, quer a elevar e a fazer circular as águas que percorriam todas as partes deste imenso estabelecimento».

E vejamos agora o interior do castelo: «As suas imensas divisões haviam sido transformadas em escolas para os jovens de ambos os sexos, e em infantários para as crianças da associação. Uma ampla sala que dava para o jardim de Inverno (que fora conservado) servia de local de reunião e de refeitório para os membros da associação que preferiam comer em conjunto, em vez de levarem para casa a sua comida proveniente da cozinha

rápido crescimento de algumas classes cujo poder era apenas imperfeitamente reconhecido no sistema constitucional vigente, e cujos deveres no sistema social pareciam igualmente omisso.<sup>5</sup>

A nova concepção das relações sociais derivadas da indústria é personificada pelo sr. Millbank; Coningsby visita os seus estabelecimentos no dia seguinte:

Num verde vale de Lancaster, contíguo ao distrito industrial de que falámos, um rio límpido e impetuoso corre através de uma vasta paisagem de prados. Sobre a margem, mais ornamentada que propriamente sombreada por alguns velhos ulmeiros, demasiado distanciados para servirem de algo mais que ornamento, surge uma vasta construção de tijolo vermelho escuro, que apesar de formal e monótono no seu carácter geral, não deixa de ter alguma beleza de proporções e algum apuro de acabamentos. A fachada, extensa e coberta de muitas filas de pequenas janelas, é flanqueada por duas alas no mesmo estilo, que formam um amplo pátio, completado por um pequeno muro rematado por uma cancela leve e bastante elegante; ao centro está situada a entrada principal, um nobre portal de ousado e belo desenho, encimado por uma estátua do Comércio.

comum. Os pisos superiores eram destinados ao guarda-roupa, às enfermarias, aos armazéns de matérias-primas de todo o género, que havia com fartura, bem como às amplas oficinas, pois esta associação era simultaneamente *agrícola e industrial*; deste modo, as longas noites e os nublados dias de Inverno em que não são possíveis os trabalhos do campo eram frutuosamente aproveitados. Quanto aos alojamentos dos associados, compunham-se, consoante as necessidades da família, de duas ou três divisões, dando todas elas para o jardim interior, bem ventiladas no Verão e bem aquecidas de Inverno por meio do vapor [...]. Numerosas condutas levavam a água e o gás de iluminação em abundância a todos os pontos. Os jovens e os adultos solteiros dormiam em dormitórios próprios, sob a vigilância dos pais e mães de família, que alternadamente e por turnos se encarregavam desta tarefa. A confecção dos alimentos, a lavagem da roupa, numa palavra, todos os ofícios e trabalhos domésticos eram executados em locais apropriados. Os alojamentos dos associados eram exclusivamente destinados à intimidade, ao repouso e ao sono.

A sociedade é gerida por uma associação cooperativa de 763 trabalhadores e foi fundada pelo conde Duriveau, um capitalista dilacerado pelos remorsos, que renunciou aos seus direitos de proprietário e financiador, reservando para si apenas uma quota igual à dos outros associados. Contudo, Sue faz o seguinte comentário mesmo neste caso: «Esta associação não é apenas uma admirável instituição do ponto de vista moral, mas seria também do ponto de vista lucrativo um *excelente negócio* para o seu fundador, se este não tivesse, por nobre desinteresse, renunciado a todas as receitas que teria podido lealmente reivindicar pela parte com que participou na associação. Isto é tanto verdade que já dois proprietários vizinhos, maravilhosos com os resultados obtidos, formaram com os seus rendeiros e operários assalariados uma associação para uma empresa agrícola e industrial [...] em que estes ricos proprietários fazem as primeiras despesas da instalação; praticam assim não apenas o bem numa imensa escala, como ainda aumentam os seus rendimentos».

<sup>5</sup> B. DISRAELI, *Coningsby* (1844), London 1911, p. 130.

Este edifício, não isento de uma certa dignidade, é aquilo a que tecnicamente, e não de uma maneira feliz, se chama *mill\** [...], e era de facto o principal estabelecimento de Oswald Millbank [...]. A pouca distância, mais longe do rio, situavam-se dois outros edifícios do mesmo estilo. Cerca de um quarto de milha mais além surgia uma aldeia de discreta dimensão, notável pelo claro e pitoresco carácter da sua arquitectura, e pelos alegres jardins que a circundavam. Sobre uma pequena colina soalheira, ao fundo, erguia-se uma igreja no melhor estilo da arquitectura cristã listó e gótica, com a casa paroquial e a escola no mesmo estilo. A aldeia era também dotada de um outro edifício público: um instituto compreendendo uma biblioteca e uma sala de leitura, que qualquer pessoa podia frequentar dentro de um determinado horário e com um regulamento razoável.

Do outro lado da fábrica, mas mais longe, cerca de meia milha dentro do vale, erguia-se a casa do proprietário, circundada por belos prados e construída sobre um morro bem arborizado: uma cómoda e respeitável residência, construída em estilo de vivenda senhorial, com uma variedade de jardins e estufas. A atmosfera deste sugestivo complexo não era perturbada nem conspurcada pelo vapor negro, que para descrédito de Manchester infesta ainda a grande cidade, pelo facto de o sr. Millbank, apaixonado de todas as invenções, ter a preocupação de depurar os fumos<sup>6</sup>.

Coningsby faz uma visita a Millbank e ouve a descrição dos seus programas de construção (até as casas dos operários são providas de «um novo sistema de ventilação») e das suas convicções políticas; Millbank não crê na igualdade («não sou um nivelador e considero uma igualdade artificial perigosa, tão perigosa como uma aristocracia fictícia») mas critica a nobreza do seu tempo, esquecida da sua função e dos seus deveres, em nome de uma «aristocracia natural», formada por homens «eminentes por virtude, talentoso, propriedade e, se se quiser, também por nascimento e residência no território», mas capazes de assumirem verdadeiramente a responsabilidade de «guiar a opinião pública e, portanto, de governar»<sup>7</sup>.

No romance seguinte, *Sybil, or The Two Nations* (1845), o industrial iluminado é o sr. Trafford; o relato da sua vida, a descrição da fábrica e da aldeia modelo formam um sistema coerente, cujo significado programático é bem claro:

Poucos dias após o seu passeio a cavalo matinal com Sybil, ficou combinado que Egremont visitasse a fábrica do sr. Trafford [...]. A fábrica ficava a cerca de uma milha de distância da sua pequena vivenda que pertencia precisamente ao sr. Trafford e fora construída por ele.

Trafford era o filho mais novo de uma família que se estabelecera há séculos na zona, mas não estando satisfeito com as deferências fictícias com que a Sociedade compensa os membros mais jovens de uma casa de

\* Em inglês, *mill* significa *fábrica*, mas também *meinho*.

<sup>6</sup> *Op. cit.*, pp. 133-134.

<sup>7</sup> *Op. cit.*, p. 142.

proprietários fundiários pela pobreza herdada, aproveitara certas oportunidades que se lhe ofereciam e dedicara as suas energias às novas fontes de riqueza que eram desconhecidas dos seus antepassados.

As suas iniciativas haviam sido ao princípio extremamente limitadas, tal como a sua fortuna; mas com um pequeno capital, se bem que não obtivesse grandes lucros, ganhara experiência. Com o sangue nobre que lhe corria nas veias, e dotado do velho sentido inglês, assimilara, desde o início da sua carreira, uma correcta concepção das relações que deveriam existir entre o dador de trabalho e os trabalhadores. Sentia que entre eles deveriam estabelecer-se outros laços para além da retribuição do salário.

Um parente afastado, sem filhos, que o visitara, agradado pela sua energia e o seu espírito de iniciativa, e tocado pela explicação das suas ideias sociais, deixou-lhe uma importância considerável, exactamente quando se abriam grandes possibilidades aos investimentos industriais. Trafford, que aprendera com a sua sorte adversa e se temperara nas lutas, quando não na adversidade, estava maduro para a ocasião e apto a aproveitá-la. Tendo ficado muito rico, não hesitou em pôr em prática os projectos em que meditara nos anos precedentes, quando as suas boas intenções se tinham de limitar ao campo dos sonhos.

Nas margens do nativo Mowe construíra uma fábrica que era agora uma das maravilhas da região, e até do país: um grande edifício único, estendendo-se por quase dois acres e com capacidade para albergar mais de dois mil operários. A cobertura em arcos ogivais, iluminada por cúpulas de abrir e fechar, à altura de 18 pés, era sustentada por colunas ocas de ferro fundido, através das quais se realizava também a drenagem da cobertura. Os espaços onde normalmente trabalham os operários da indústria têm uma altura de nove a onze pés e estão situados em planos sobrepostos, pelo que o calor e as exalações dos planos inferiores se propagam aos superiores e as dificuldades de ventilação são insuperáveis. Na fábrica do sr. Trafford, através de um engenhoso processo semelhante ao utilizado na Câmara dos Comuns, a ventilação era activada de baixo para cima, de modo que todo o edifício era mantido a uma temperatura constante, quase independente das variações atmosféricas. As vantagens físicas desta concentração de todo o trabalho num espaço único eram grandes: a saúde das pessoas era melhor, evitavam-se incidentes perigosos às mulheres e aos jovens, a fadiga era reduzida por não ser necessário subir e descer ou transportar materiais para os pisos superiores. Mas as vantagens morais resultantes da melhor inspecção e da completa visibilidade não eram menores: os rapazes trabalhavam sob os olhares dos seus progenitores, estes sob o olhar dos superiores, e o inspector ou o proprietário podiam dar-se conta de tudo com uma vista de olhos.

Quando os operários do sr. Trafford deixavam a fábrica, não ficavam abandonados a si próprios. Ele ponderara profundamente sobre a influência do proprietário na saúde e satisfação dos seus operários. Sabia bem que as virtudes domésticas dependem da existência de uma casa, e um dos seus primeiros esforços foi no sentido de construir uma aldeia onde cada família pudesse estar bem alojada. Se bem que ele fosse o principal proprietário e tivesse orgulho nesta sua qualidade, encorajava contudo os seus operários a comprarem a sua quota; alguns tinham posto de parte dinheiro suficiente para o fazer, e sentiam-se orgulhosos da sua casa, do pequeno quintal e da sociedade hortícola através da qual apresentavam anualmente em competição os produtos do seu quintal.

Em cada rua existia um sanitário público, e por trás da fábrica ficavam situados os banhos públicos; as escolas estavam entregues à responsabilidade

do pastor da igreja, que o sr. Trafford, apesar de católico romano, erigira e dotara. No centro da aldeia, rodeada por belos quintais que davam impulso à horticultura da comunidade, ficava a casa do próprio sr. Trafford, que compreendia bem demais a sua posição para se retirar para longe dos seus verdadeiros subordinados, como vulgar privilégio, embora reconhecesse o princípio baronial, revivido sob uma nova forma e adaptado ao trato mais delicado e às circunstâncias mais complicadas dos tempos modernos [...]. A grande forma da extensa fábrica, os telhados e os quintais da aldeia, as chaminés Tudor da casa de Trafford, o coruchêu da igreja gótica, com o rio cintilante e o arvoredo ao fundo, depressa apareceram à vista de Egremont<sup>8</sup>.

As primeiras iniciativas de construção popular, patrocinadas por empresários privados ou pelo Estado, desenvolvem-se neste clima ideológico, ou dependem directamente das teses expostas por Disraeli entre 1844 e 1845.

Em 1845 foi criada a primeira Society for Improving the Dwellings of the Labouring Class, financiada por ricos particulares que renunciavam a qualquer rendimento do capital investido, para manter baixo o aluguer dos alojamentos. Em 1846, os Richardson começaram a construir uma aldeia para os seus operários em Bessbrook, na Irlanda. Durante a exposição universal de 1851 foi construído junto ao Hyde Park um bloco de casas-modelo, por empenhamento directo do príncipe Alberto. No mesmo ano foram votadas as primeiras duas leis sobre a construção subsidiada, a Labouring Classes Lodging Houses Act e a Common Lodging Houses Act, por proposta de Anthony Ashley Cooper, lord Shaftesbury (1801-1885), que fora membro do grupo Young England juntamente com Disraeli. Em 1853, Titus Salt iniciou a construção de Saltaire — uma aldeia-modelo que traduz para a realidade as descrições literárias de Disraeli, e que segundo Stewart<sup>9</sup> foi efectivamente inspirada na leitura de *Sybil* — e no mesmo ano foi fundado o burgo de Bromborough pelos operários da fábrica de velas Price. Finalmente, foi dado um original contributo para o melhoramento dos alojamentos operários por Montague W. Lowry-Corry, que foi secretário privado de Disraeli desde 1866 até à morte do estadista e se retirou da política activa em 1880, com o título de lord Rowton; a última parte da sua vida foi dedicada ao estudo dos problemas da arquitetura popular, tendo idealizado um tipo de construção em que cada indivíduo podia dispor de um espaço separado para dormir, que foi concretizado pela primeira vez em Vauxhall, em

<sup>8</sup> B. DISRAELI, *Sybil, or The Two Nations* (1845), London 1937, pp. 183-186.

<sup>9</sup> C. STEWART, *A Prospect of Cities*, London 1952, p. 153. O cap. VIII contém uma ampla descrição de Saltaire, com bibliografia na p. 167.

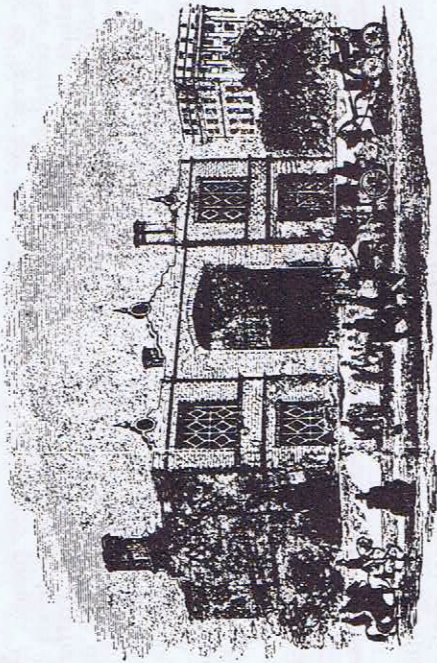


Figura 38: Modelos de habitações para trabalhadores construídos para a Exposição Universal de Londres de 1851.

1892, e teve tanto sucesso que levou à formação de uma sociedade, a Rowton Houses Limited.

A interpretação política destas iniciativas não oferece dúvidas: o movimento cartista, após a grande prova de força de 1842, desgastara-se progressivamente quer pelos erros de O'Connor<sup>10</sup> quer pela vaga de prosperidade que se seguiu à abolição do imposto sobre o trigo, em 1846; mas as manifestações populares de 1842 e de 1848 tinham evidenciado a importância da pressão popular sobre as instituições, devido à permanência de condições de vida inaceitáveis. Daqui a necessidade das reformas, consideradas como a única alternativa possível ao agravamento dos conflitos sociais (esta intenção é muitas vezes candidamente confessada; por exemplo, no relatório da Health of Town Commission de 1846, a propósito de Bradford — onde Titus Salt foi «constable» desde 1845 e síndico desde 1848 — lamenta-se a falta de parques públicos porque «se as classes inferiores não dispõem de locais onde praticar desporto e ocupar as mentes em coisas similares, é precisamente isso que as conduz ao cartismo»<sup>11</sup>).

<sup>10</sup> Fergus O'Connor (1794-1855), *leader* do movimento cartista, organizou também uma companhia para construir aldeias operárias de casas de pequenas dimensões, tendo uma delas, O'Connerville, sido edificada em Herringsgate por volta de 1845.

<sup>11</sup> Cit. in STEWART, *op. cit.*, p. 152.

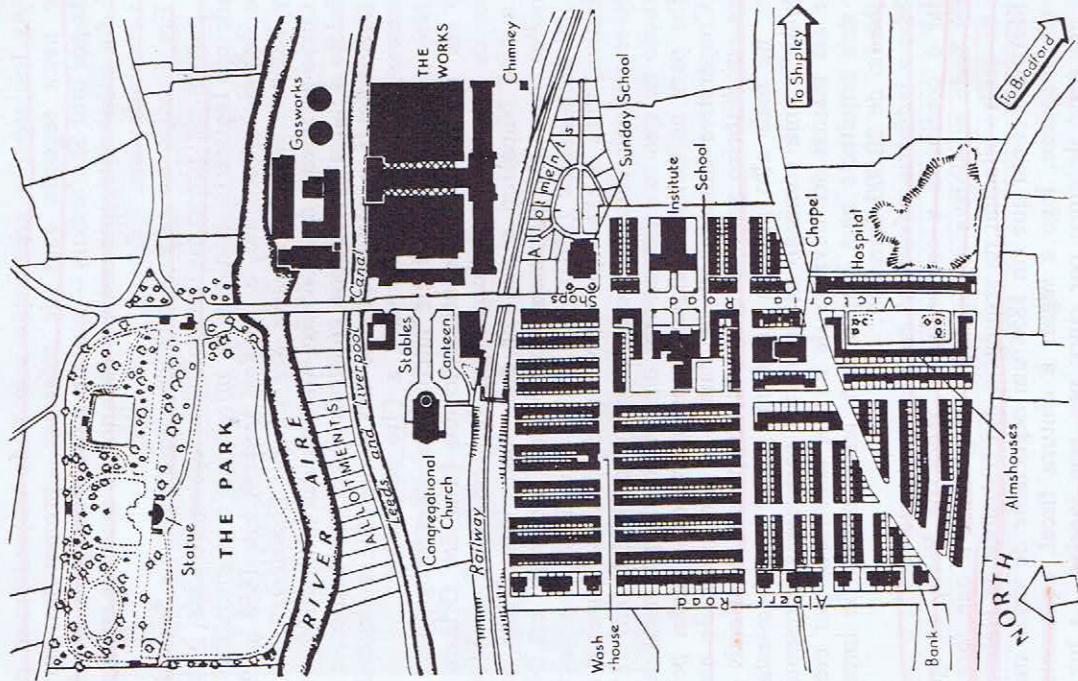


Figura 39: Planta de Saltaire, fundada por T. Salt em 1851.

As leis sobre a construção subsidiada enquadram-se precisamente nesta segunda vaga de reformas — promovidas em larga medida por lord Shaftesbury — que em parte prosseguem as reformas *whig* dos anos trinta, mas contém uma nova e marcada preocupação contra-revolucionária.

Em França, as experiências de construção do Segundo Império partem de preocupações políticas análogas. Luís Napoleão, educado em Inglaterra, conhecia os programas e as iniciativas inglesas do decénio precedente, e mandou traduzir em 1850 a obra de Henry Roberts *Des Habitations des Classes Ouvrières*<sup>12</sup>.

Como presidente da república, atribuiu, em 1849, 50 000 francos de subsídio a quem pretendesse construir casas particulares, e financiou directamente a construção de um complexo residencial para 500 pessoas na rua Rochechouart, a Cité Napoléon.

Nos anos do Império ele intensificou estes programas, destinando em 1852 — após a confiscação dos bens dos Orléans — dez milhões de francos à construção popular; em Paris, mandou ampliar a Cité Napoléon e edificar dois outros complexos: um em Batignolles, para 311 alojamentos (1856-1857), e outro em Neuilly, para 120 alojamentos (1867), este último doado a uma sociedade cooperativa. Para a exposição universal de 1867, o imperador empenhou-se pessoalmente, tal como o príncipe Alberto em 1851, na construção de quatro casas-modelo na avenida Rapp, instituiu uma medalha para os melhores alojamentos operários — ganha pela Société Coopérative Immobilière de Paris — e uma série de elevados prémios em dinheiro para os melhores complexos industriais «onde reinem, no mais alto grau, a harmonia social e o bem-estar dos operários»<sup>13</sup>; uma comissão de operários parisienses apresentou inclusive «la maison des ouvriers de Paris», construída por eles próprios, sem arquitecto nem empreiteiro, tendo obtido do imperador um subsídio de 20 000 francos<sup>14</sup>.

Mas a indústria privada só em pequena parte seguiu o exemplo imperial e continuou a construir, ao redor de Paris, os ignóbeis casebres onde se alojava a população imigrada e a que fora desalojada do centro-citadino na sequência dos trabalhos de Haussmann. Felix Morand conta que em 1854 um negociante de vinho mandou erigir em Nonceau, logo a seguir à cintura fiscal, «quarenta barracões em gesso de cinco por cinco pés, sem janelas — a luz entra apenas pela porta, que tem de ficar sempre aberta —, sem cha-

<sup>12</sup> Cf. G. LAMEYRE, *Haussmann «Préfet de Paris»*, Paris 1958, p. 163.

<sup>13</sup> *Op. cit.*, p. 163.

<sup>14</sup> *Op. cit.*, p. 162.

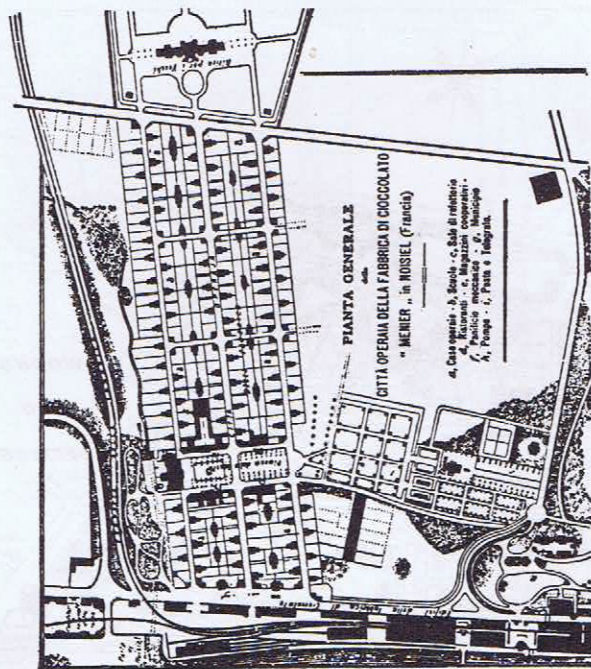


Figura 40: A cidade operária Menier em Noisiel sur Marne (1864): a) casas operárias; b) escolas; c) salas de refeitório; e) armazéns cooperativos; f) panificação mecânica; g) município; h) bombeiros; i) correio e telégrafo.

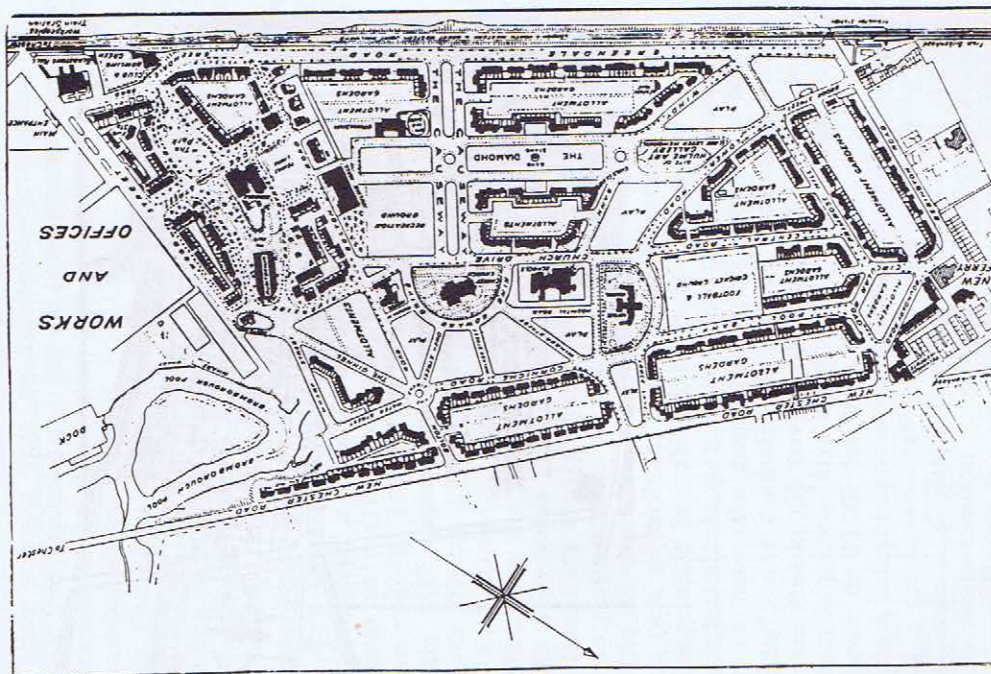


Figura 41: Planta de Port Sunlight, fundada por W. H. Lever em 1887 (em A. WHITTICK, *Modern Architecture*).

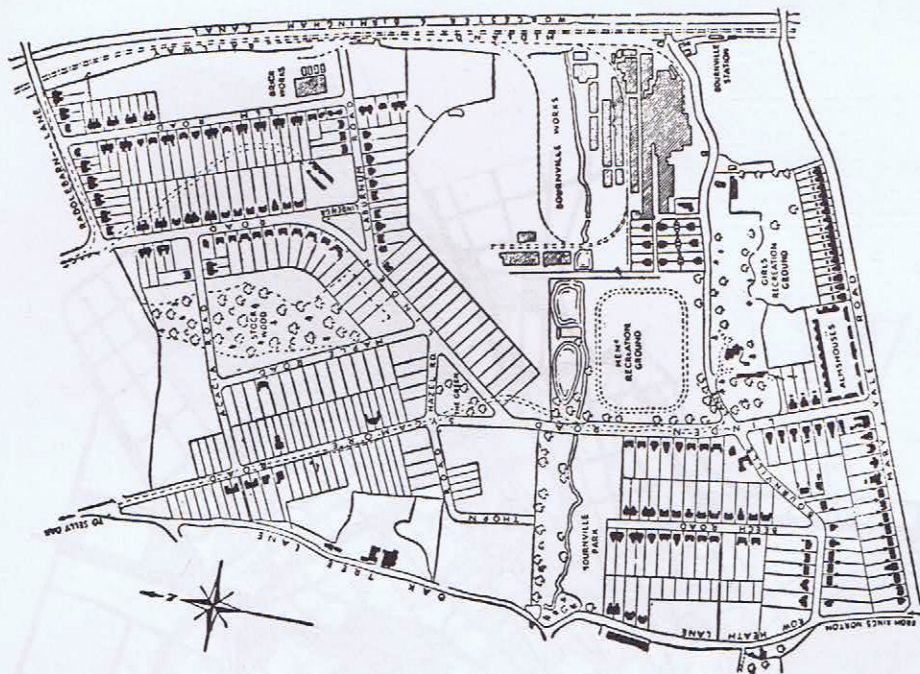


Figura 42: Planta de Bournville, fundada por G. Cadbury em 1895 (em P. L. GIORDANI, *L'idea della Città-Giardino*).

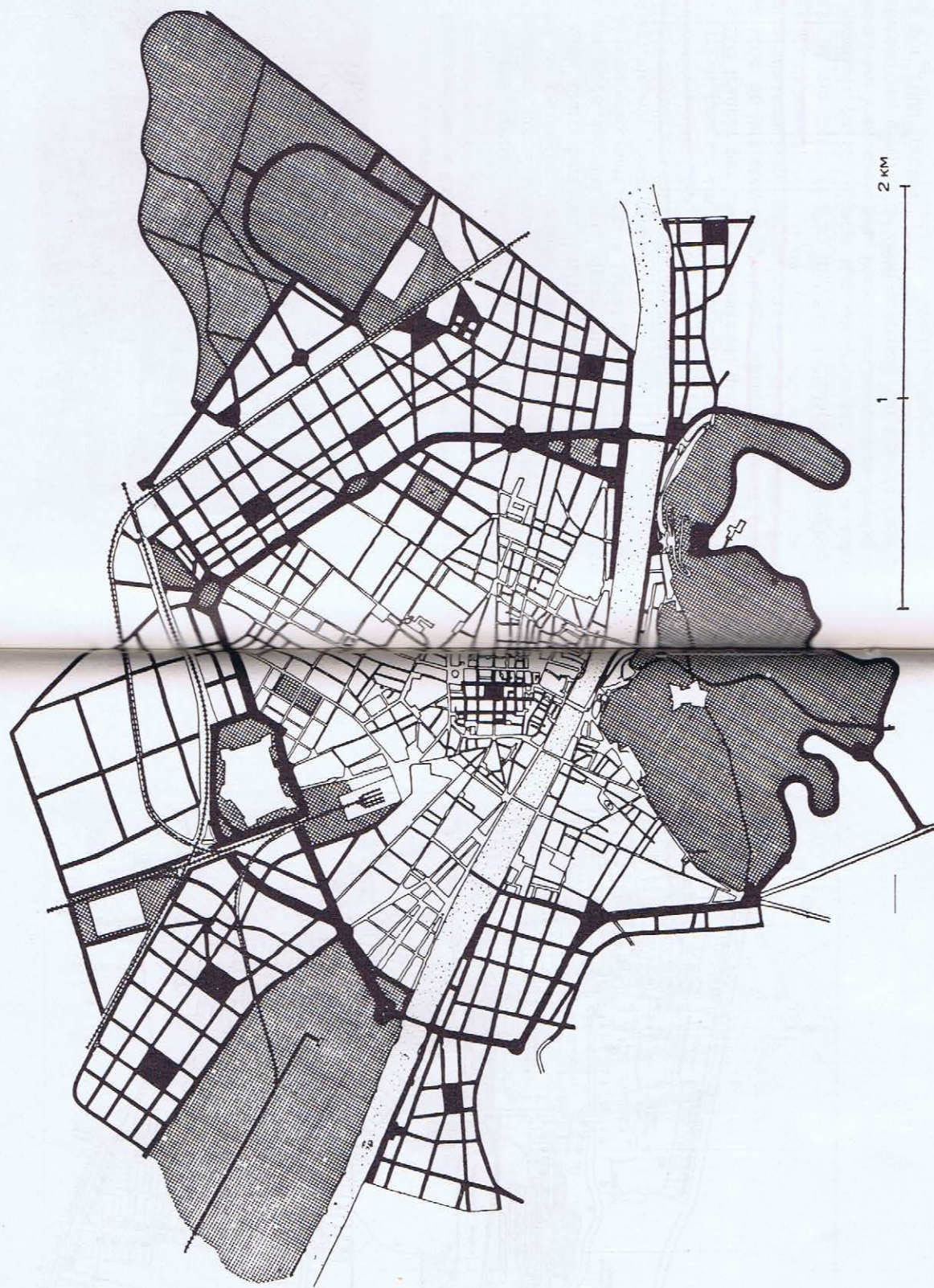


Figura 43: Florença, esquema do plano de ampliação de G. Poggi (1864-1872) e da demolição do Mercato Vecchio, realizado entre 1885 e 1895. A quadriculado, as zonas verdes.

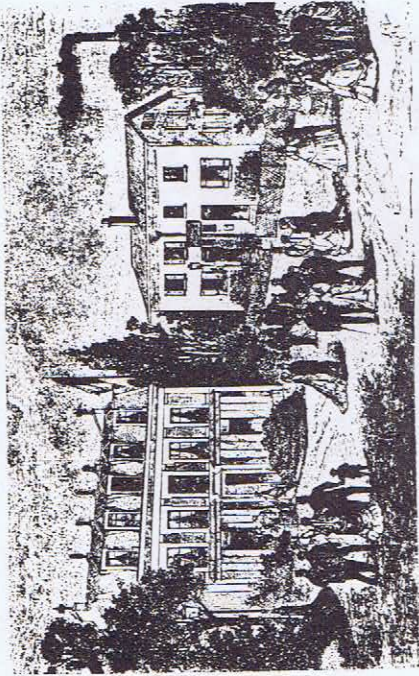


Figura 44: Casas operárias na Exposição Universal de Paris, 1867.

minés, e cobertos apenas com cartão ondulado. Aluga cada um destes alojamentos por 2 francos ou 2,5 francos por semana, pagáveis todos os domingos, obtendo assim quase 4 000 francos de renda por ano». Outra barracas surgiram em torno à cintura fiscal, pelo que «se pode calcular que alguns milhares de pessoas, pertencentes à população mais apta e talvez mais laboriosa do mundo, se encontram alojados deste modo»<sup>15</sup>.

Alguns empreiteiros mais conscienciosos procuravam melhorar o *standard* destes alojamentos: entre estes figura Puteaux, que construiu um tipo de casa de um piso por 2 150 francos, resgatável em 15 anos a 200 francos por ano, e Chauvelot, que realizou na periferia uma série de loteamentos «para operários, artesãos e pequenos funcionários, com o objectivo de os ligar à propriedade, fonte do amor e da ordem»<sup>16</sup>.

Eram activas neste sentido algumas sociedades cooperativas, como a sociedade de previdência que construiu em 1855 a aldeia «La Sablière» em Vincennes, e a «Société de Coopération Appliquée au Logement», que a partir de 1866 construiu um tipo de casa de dois pisos por 3 000 francos.

<sup>15</sup> F. MORNAND, *La Vie à Paris*, Paris 1855; G. LAMEYRE, *op. cit.*, p. 168.

<sup>16</sup> *Op. cit.*, p. 152.

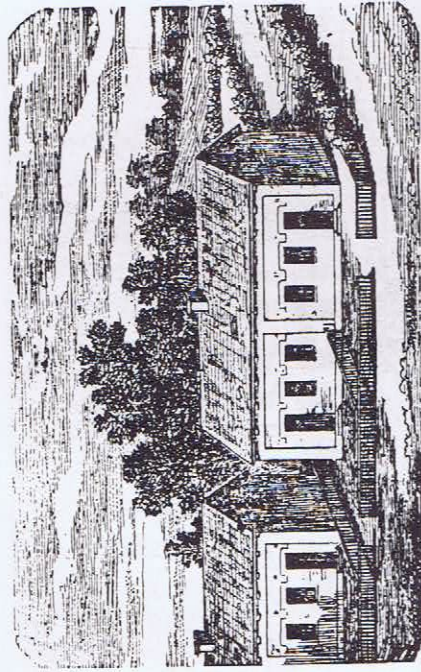


Figura 45: Casas operárias francesas da Companhia Anzim (em GODIN).

Mas a iniciativa mais importante, sob o Segundo Império, é a da «Société Mulhousienne des Cités Ouvrières», fundada em 1853 e financiada quer pela poupança privada quer pelo Estado, que pagou a despesa dos arruamentos e dos espaços verdes. Até 1867 foram construídos mais de mil alojamentos, dispostos em casas de um ou de dois pisos e muito acanhados, mas cedidos em propriedade ou de alugar a preço vantajoso; normalmente exigia-se uma entrada de 250 ou 300 francos e uma amortização de 18 a 20 francos mensais durante quinze anos. Um grupo destas casas foi apresentado na exposição de Paris de 1867 e obteve grande sucesso.

Num relatório para a «Société Industrielle» de Mulhouse, os objectivos da iniciativa são descritos do seguinte modo:

Na escolha do plano que hoje vos apresentamos, fomos guiados especialmente pelo desejo, que convosco partilhámos, de melhorar consideravelmente a condição dos trabalhadores na cidade e no campo, sendo o tipo de construção proposto adaptável aos dois casos [...]. A decência e o asseio do alojamento têm uma influência superior ao que à primeira vista se supõe sobre a moralidade e o bem-estar da família. Quem encontra, ao entrar em casa, um local miserável, desarrumado e sujo, onde se respira uma atmosfera nauseante e insalubre, não pode sentir comodidade e troca-a de bom grado pela cejejaria, na maior parte do seu tempo livre. Deste modo, a sua casa é-lhe quase estranha e rapidamente adquire maus hábitos de prodigalidade, em detrimento da sua família que quase sempre fica reduzida à necessidade.

Se pudermos oferecer a estes mesmos homens casas aseadas e atraentes, se proporcionarmos a cada homem um pequeno quintal onde possa encontrar uma agradável e útil ocupação, onde zelando pela sua pequena colheita aprenderá a apreciar na sua justa medida o insinto de propriedade que a



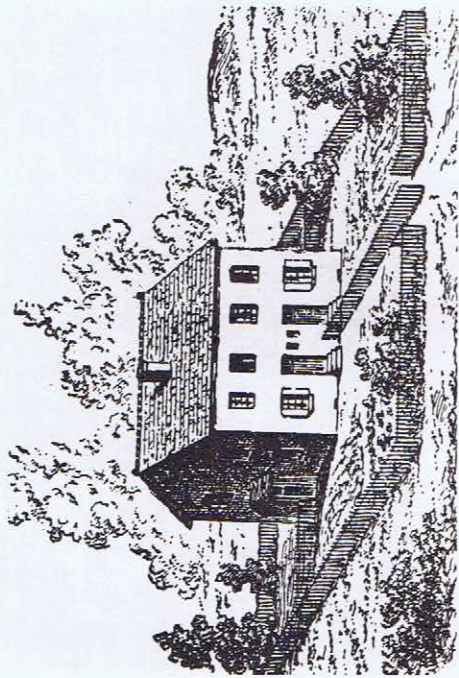


Figura 46: Casas operárias da «Société Mulhousienne des Cités Ouvrières» (em GODIN).

Providência enraizou em nós, não teremos resolvido satisfatoriamente um dos mais importantes problemas da economia social? Não teremos contribuído para estreitar os sagrados laços da família e prestado um verdadeiro serviço a esta classe digna de interesse, aos nossos trabalhadores e a toda a sociedade?<sup>17</sup>

Também noutros países da Europa surgiram iniciativas deste género, acompanhando o desenvolvimento da indústria: na Bélgica, onde desde 1825 o industrial Degorge começara a construir a aldeia de Grand-Hornu; na Alemanha, onde os Krupp realizaram, entre 1863 e 1875, o primeiro grupo de colónias operárias nos arredores de Essen (Westend, Nordhof, Baumhof, Kronenberg). Na Itália, recorda-se uma aldeia-modelo fundada pelos Poma, industriais de Biella, em Val d'Andorno.

As transformações urbanísticas das grandes cidades — Paris, Lião, Bruxelas, Viena, Barcelona, Florença — a partir de 1850 devem ser apreciadas neste quadro político e ideológico.

A ideia de um plano unitário para uma cidade implica a existência de um modelo ideal, distinto e contraposto à realidade;

<sup>17</sup> Cit. in J. B. GODIN, *Solutions Sociales*. Sobre Mulhouse cf. F. ENGELS, *O Problema da Habitação* (1872).

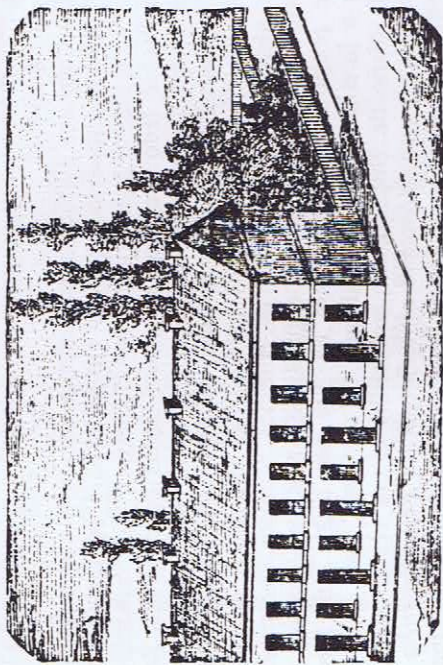


Figura 47: Casas operárias de Grand-Hornu, na Bélgica (em GODIN).

de facto, volta-se nesta época a aspirar a uma imagem geométrica da cidade, tão uniforme e regular quanto disforme e irregular é o agregado urbano existente. //

Hygeia, idealizada por Benjamin W. Richardson (1828-1896)<sup>18</sup>, e Victoria, idealizada por John S. Buckingham (1786-1855)<sup>19</sup>, asseme-  
melham-se às cidades ideais do Renascimento, não tanto por uma derivação cultural directa, como por um desejo análogo de ordem, contraposta a desordem circunstante; um esquematismo análogo

<sup>18</sup> Cf. C. STEWART, *op. cit.*, p. 169.

<sup>19</sup> J. S. BUCKINGHAM, *National Evils and Practical Remedies*; cf. C. STEWART, *op. cit.*, pp. 168-72. Buckingham resumirá assim os objectivos de Victoria: «Os principais objectivos foram conjugar o máximo grau de ordem, vastidão e higiene, através da máxima abundância de ar e de luz e do mais perfeito sistema de esgotos, com o *confort* e as conveniências de todas as classes [...]; o rápido acesso a qualquer parte da cidade sob passagens abrigadas do Sol e da chuva, quando necessário, com uma disposição dos edifícios que os torne facilmente acessíveis de todos os bairros, circun- dados por amplos espaços de numerosas *avenues* para a entrada e a saída. Para além de tudo isto, uma vasta dotação de espaços verdes, jardins e flores, uma grande abundância de água [...], tudo associado com elegância e economia, tanto quanto possível» (cit. in T. SHARP, *English Panorama*, London 1950, p. 73-74).

informa os primeiros regulamentos ingleses, e a construção by law que deles deriva.

Buckingham publica a sua utopia em 1849 e apresenta o seu plano como um modelo a repetir em série para combater o desemprego. Victoria, a primeira destas cidades, é um quadrado com uma milha de lado e compreende sete fiadas concêntricas de construções, respectivamente para as casas dos trabalhadores, as oficinas, as casas dos artesãos, as lojas, as casas dos que se dedicavam a profissões liberais, os locais públicos de reunião e as casas das classes abastadas; ao centro, os edifícios públicos, as casas «dos membros do governo e dos capitalistas mais opulentos», e uma grande praça onde numa torre de 300 pés existe um farol destinado a iluminar toda a cidade.

O plano de Buckingham assemelha-se em certos aspectos ao de Owen: é apresentado como remédio para o desemprego, a cidade é repetível em série, tem forma quadrada, é dotada dos mais modernos recursos higiénicos; tanto Buckingham como Richardson insistem muito nas garantias higiénicas: ar, luz, água, até revestimentos laváveis e pavimentos polidos com cera, «que produz salutar vapores de ozono»<sup>20</sup>. As indústrias e os serviços nocivos são remetidos para uma distância prudente.

A mudança fundamental reside na aceitação dos aspectos geométricos e técnicos, em detrimento dos políticos e económicos; deste modo, o contributo dos teóricos socialistas torna-se disponível para o novo conservadorismo dos anos cinquenta.<sup>21</sup>

Quanto a Napoleão III, Arsène Houssaye refere que um dia em Saint-Cloud, perante numerosos convidados, contou que quando estava exilado em Nova Iorque se encontrou a jantar numa casa de pasto ao lado de um pobre diabo que «desenrolou um rolo de papel onde desenhara uma cidade de vinte mil habitantes, com igrejas, fontes, praças, monumentos, e sem esquecer a bolsa, bem entendido... Uma verdadeira cidade futura, como teremos um dia em França... não se fará mais uma casa de cada vez, dizia, tudo será começado no mesmo dia e tudo terminará à mesma hora».

<sup>20</sup> C. STEWART, *op. cit.*, p. 168.

<sup>21</sup> Seria interessante estudar a utilização destes conceitos teóricos na urbanística colonial inglesa, sobretudo na segunda metade do século XIX. Um ponto de partida pode ser o livro de E. G. WAKEFIELD, *Art of Colonization*, London 1849, recordado por Howard no cap. X de *Tomorrow*. Existe ainda um livro de R. PEMBERTON, *The Happy Colony* (London 1854), onde é descrita uma utopia semelhante à de Buckingham; v. o artigo de S. LANG, *The Ideal City*, in «Architectural Review», Agosto de 1952.

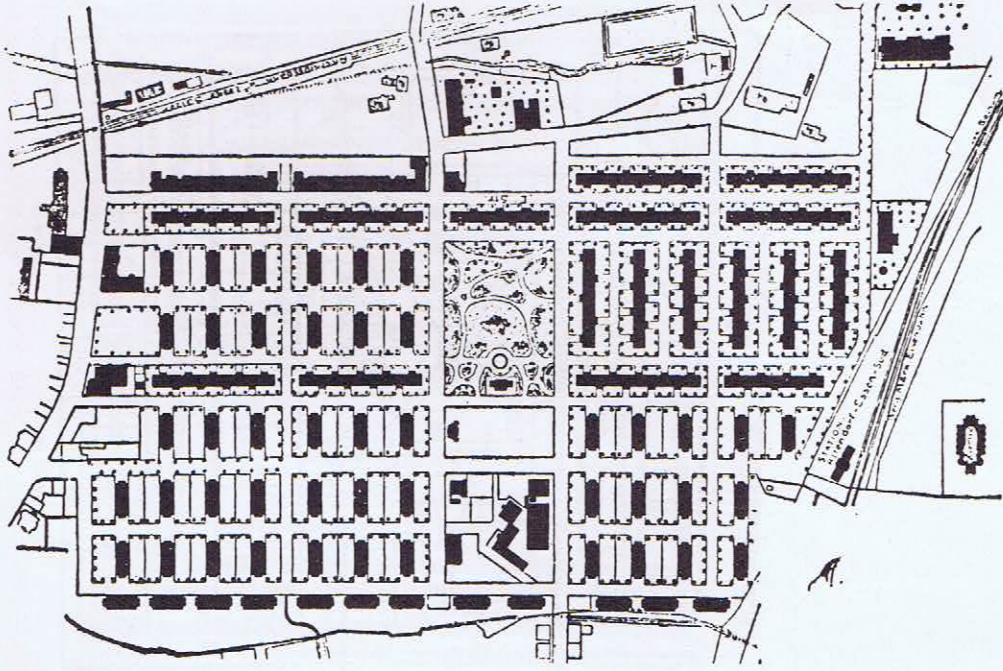


Figura 48: Planta da colónia operária de Kronenberg, perto de Essen, fundada pelos Krupp em 1873 (em B. ZEVI, *Storia dell'architettura Moderna*).

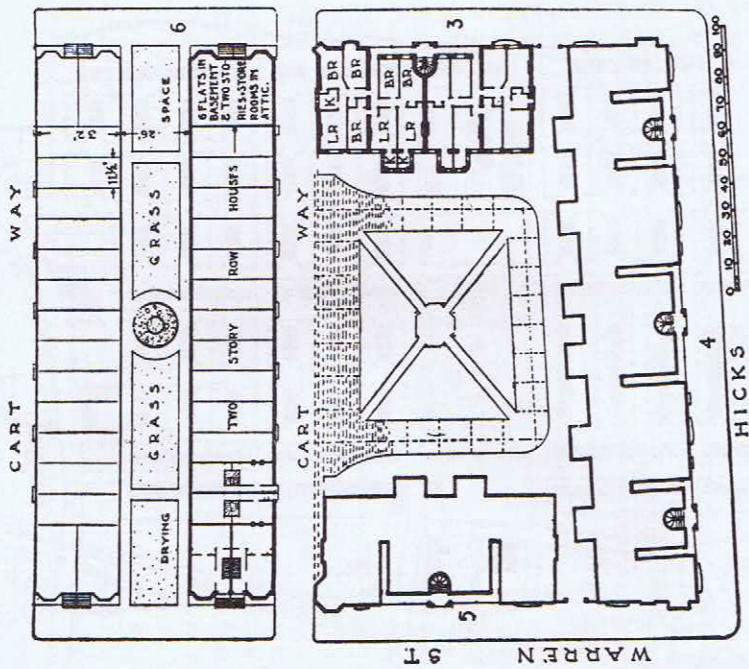


Figura 49: As primeiras casas operárias promovidas por A. T. White em Brooklyn, em 1878 (em C. GRAY, *Housing and Citizenship*).

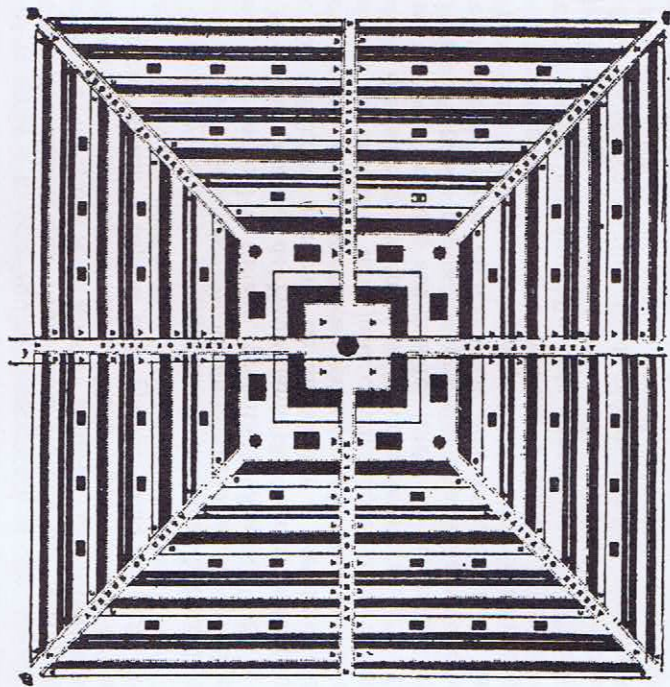


Figura 50: A planta de Victoria (J. S. Buckingham, 1849).

«Aquilo que vos digo — retomou Napoleão — tem o ar de uma fábula, mas o comensal falava a sério; iniciara já as negociações para os terrenos e as construções; apresentara-se com os seus contratos aos banqueiros, que viram uma fortuna nos seus projectos, tal como ele via para si próprio... Naquele dia prometi a mim mesmo que quando regressasse a Paris — pois nunca de tal duvidei — reconstruiria a capital das capitais, como de facto comecei a fazer, se Deus me ajudar»<sup>22</sup>.

O perfeito executor de semelhante projecto, habituado a não misturar os objectivos técnicos e administrativos com os objectivos políticos, é o barão Haussmann, prefeito do Sena de 1853 a 1869.

As ideias pessoais de Haussmann são estritamente conservadoras. Em 1850, no momento de abandonar a prefeitura do Var, descreve assim a sua orientação política: «Reunir sob o manto da ordem e das leis, para uma justa conciliação de todas as opiniões honestas e desinteressadas, todos os homens devotados, sem reservas mentais, ao bem do país, aos grandes interesses sobre que repousa a sociedade»<sup>23</sup>; pouco depois, na primeira circular aos funcionários da prefeitura de Yonne, escreve: «Há dois anos, no meio da confusão provocada por uma revolução profunda e inesperada, enquanto todos os princípios sobre que repousa a sociedade eram simultaneamente postos em discussão, este departamento voltou-se com um movimento quase unânime para o herdeiro de um nome que despertava recordações imperiais de glória, mas que recordava também uma outra época na qual a França, longamente agitada pela tormenta revolucionária, viu reflorir, à sombra de um poder popular, o domínio das leis, o respeito pela autoridade, a veneração das coisas santas, e renascer, como por encanto, a segurança, a confiança, a prosperidade pública»<sup>24</sup>; finalmente, em 1851, quando foi nomeado prefeito da Gironda, acrescenta com significativo crescendo: «os homens da desordem não devem esperar de mim qualquer indulgência»<sup>25</sup>.

É portanto natural que Haussmann apoie prontamente e sem reservas o futuro Napoleão III, e lhe permaneça depois fiel até à queda do Império. Mas, graças ao apoio do soberano, Haussmann evita sempre motivar politicamente as suas medidas, apresentando-as como actos técnicos ou administrativos resultantes das necessidades objectivas; este apelo à objectividade é por vezes um expediente

<sup>22</sup> A. HOUSSAYE, *Les Confessions; Souvenirs d'un Demi-Siècle, 1830-1880*. Paris 1885; cit. in G. LAMEYERE, *op. cit.*, p. 92.

<sup>23</sup> *Op. cit.*, p. 19.

<sup>24</sup> *Op. cit.*, p. 20.

<sup>25</sup> *Op. cit.*, p. 24.

tático, mas revela frequentemente uma íntima convicção de que as medidas urbanísticas são realmente redutíveis a um cálculo técnico e administrativo; ele chega mesmo a teorizar esta sua convicção ao afirmar que «em França, um bom acto bem explicado é sempre um acto aprovado»<sup>26</sup>, aplicando a seu modo, na esfera administrativa, a teoria cartesiana da necessária aprovação das ideias claras e transparentes.

Assim Haussmann estabelece o protótipo do urbanista como operador especializado, que declina qualquer responsabilidade sobre opções de preconceito, e portanto, na prática, do urbanista disponível para a nova classe dirigente.

Por outro lado, os aspectos modernos e positivos da sua obra residem precisamente na margem de independência que se arroga, como simples administrador, relativamente aos outros órgãos do Estado.

A direcção unitária de todas as obras públicas na capital, o seu financiamento não através de contribuições para fundos perdidos, mas de empréstimos garantidos pela futura produtividade dos trabalhos, a reforma das circunscrições administrativas conduzida a par e passo com a reforma no sector da construção, são resultados que Haussmann teve de conquistar lutando duramente contra os outros sectores da administração e contra os seus superiores hierárquicos; o conflito mais significativo refere-se à interpretação da lei de 13 de Abril sobre o saneamento das habitações insalubres, de que se falou no capítulo precedente.

O artigo 13 da lei, como se disse, autoriza a expropriação da totalidade das propriedades compreendidas no perímetro dos trabalhos a efectuar.

Haussmann tentou interpretar a lei no sentido de que os terrenos próprios para construção, expropriados e valorizados pelos trabalhos citadinos, permanecessem propriedade pública e pudessem ser vendidos ao novo valor comercial. Mas o Conselho de Estado decidiu, a 27 de Setembro de 1858, que o município conservasse apenas as áreas dos arruamentos, sendo os terrenos circundantes restituídos aos antigos proprietários.

O novo decreto deliberado *motu proprio* por este grande conselho não apenas voltava a pôr em causa a preciosa faculdade já concedida à cidade, de expropriar os terrenos fora dos traçados das ruas a abrir e considerados

<sup>26</sup> Discurso de Haussmann ao Conselho Comunal de Paris, 14 de Novembro de 1859; *op. cit.*, p. 118.

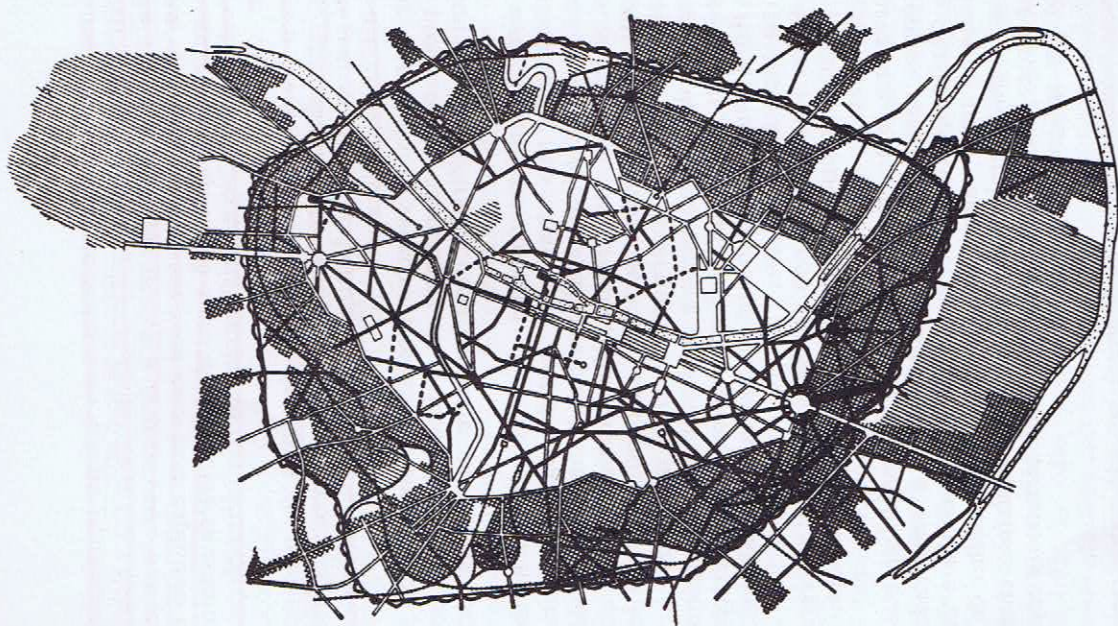


Figura 51: Representando o esquema geral dos *grands travaux* de Haussmann em Paris. Estão indicadas a negro, com traço mais grosso, as novas ruas abertas nos velhos bairros, e a traço mais fino as traçadas na periferia, em terrenos livres. Os novos bairros são indicados a quadrado, e os parques públicos a traço simples. Os novos limites administrativos da cidade coincidem com as fortificações de Thiers, mas a construção já se estende mais para além, ao longo das principais vias de saída.

necessários para a construção de casas decentes e salubres, mas concedia aos proprietários dos imóveis abrangidos o direito de conservarem os terrenos não destinados a solo público, depois de ter feito pagar à cidade, bem entendido, todo o valor das construções que cobriam o terreno, assim como as indenizações de despejo aos inquilinos que as ocupavam. Assegurava-se assim ao expropriado, gratuitamente, o benefício da mais valia adquirida pelo terreno, tornado apto para uma utilização proveitosa, graças à cidade, fronteiro a uma rua larga e bela; e a cidade via-se privada da oportunidade de refazer-se em certa medida das fortes despesas suportadas por sua iniciativa, revendendo os terrenos a um preço vantajoso<sup>27</sup>.

Haussmann intui aqui um dos problemas fundamentais da urbanística moderna (tendo contra, não esqueçamos, a oposição liberal que defende, com Jules Ferry, «um direito reconhecido consistentemente pelas nossas leis»<sup>28</sup>) e coloca-se contra a lógica política do próprio regime a que pessoalmente adere sem reservas.

Today, a sua reacção permanece fraca e infrutífera na medida em que defende os direitos de uma entidade abstracta e administrativa («a cidade») e não os direitos concretos da cidadania. Esta é a contradição de fundo da experiência haussmanniana, que continuará também por resolver nos sucessivos desenvolvimentos urbanísticos.

A esquerda política, pela sua parte, peca por não ter intuído esta contradição, e portanto por renunciar a explorá-la para distinguir, no terreno concreto, o potencial significado inovador de muitas experiências urbanísticas contemporâneas, da hipoteca conservadora que pesa indubitavelmente sobre a maior parte.

É típica a série de artigos escritos em 1872 por Engels no «Volksstaat» de Lipsia, em polémica com Müllberger, sobre o problema da habitação, reunidos depois em volume com o título *Wohnungsfrage*. Müllberger expõe as teorias de Proudhon e de Sax, descreve as experiências das *cités ouvrières* francesas, das aldeias patronais e das *building societies* inglesas, propondo-as como modelos à grande indústria alemã nascente; Engels replica demonstrando que a propriedade de uma casa, generosamente cedida pelo empregado ou pelo Estado ou comprada com as próprias poupanças, não subtrai o operário à exploração capitalista, permitindo pelo contrário ao capitalista baixar o salário de uma quota correspondente ao aluguer não pago e diminuindo a mobilidade do operário, isto é, a sua possibilidade de subtrair-se às condições estabelecidas pelo dador de trabalho. Além disso, as iniciativas filantrópicas para me-

<sup>27</sup> G. E. HAUSSMANN, *Mémoires*, Paris 1890, vol. II, pp. 310-311.  
<sup>28</sup> J. FERRY, *Comptes Fantastiques d'Haussmann*, Paris 1868, p. 23.

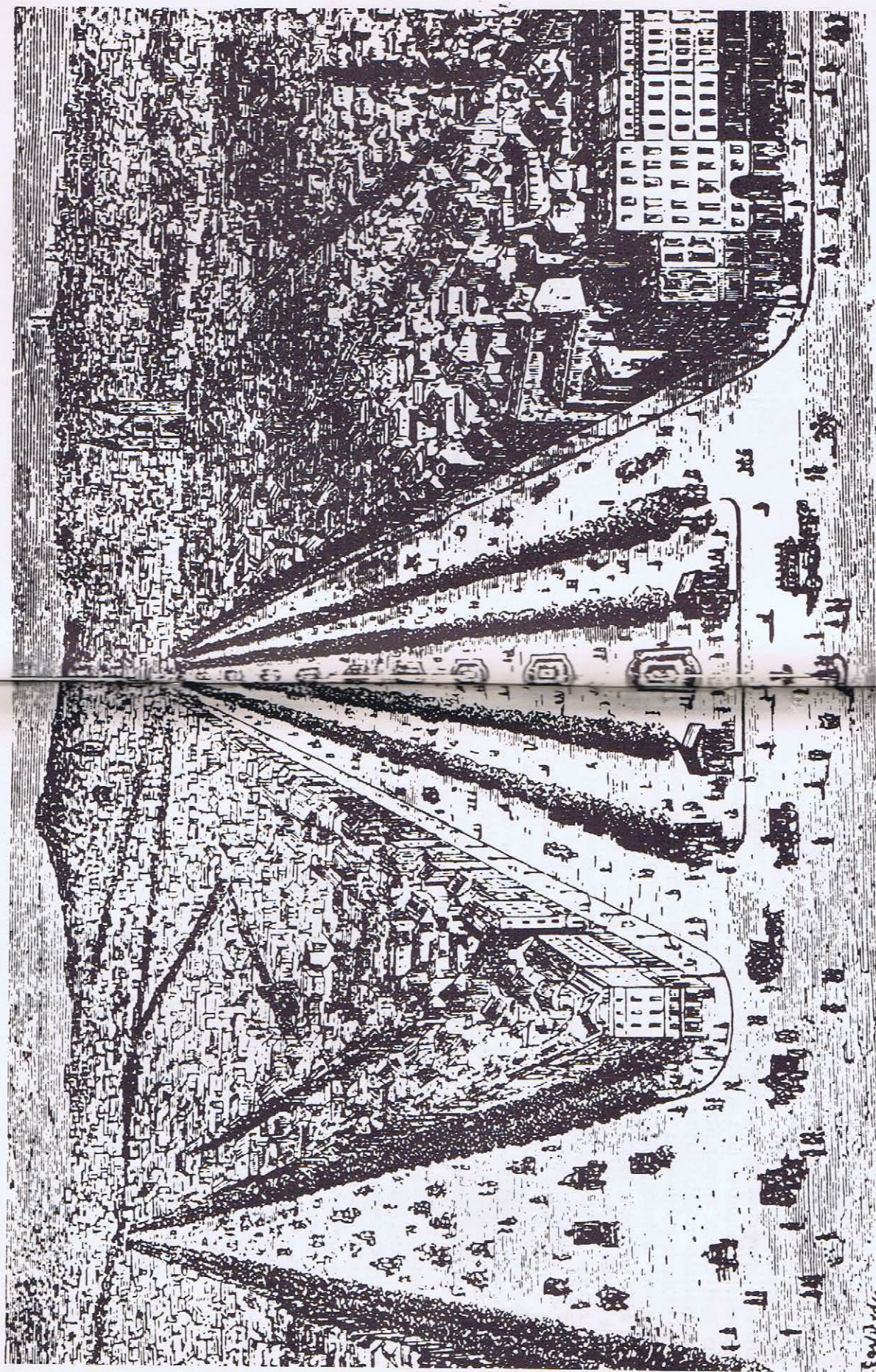


Figura 52: Paris, vista da cidade ao longo do eixo do Boulevard Richard Lenoir (em S. GIEDION, *Sprazio, tempo ed architettura*).



Figura 53: Paris, a aglomeração actual (de P. GEORGE, *Les Villes*): a traço simples ou a ponteados, as zonas residenciais, e em quadrícula as zonas industriais.

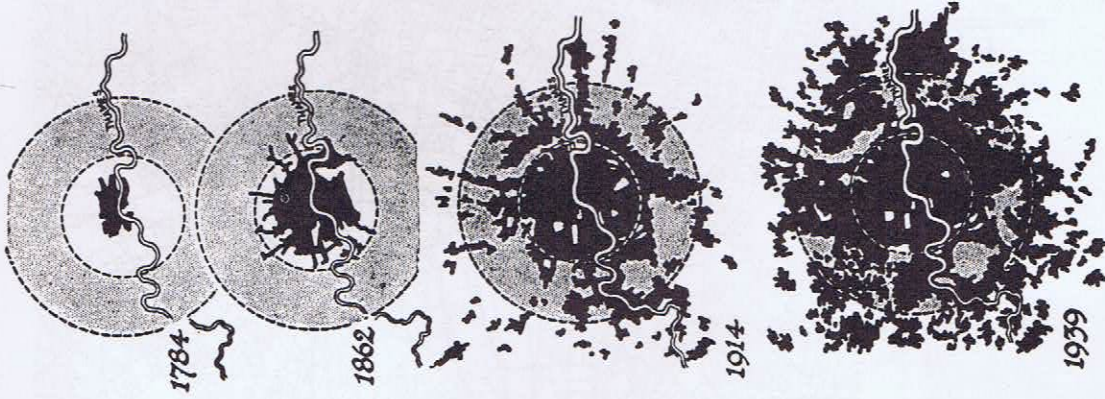


Figura 54: O crescimento de Londres de 1784 a 1939 (em STEPHENSON e POOL, *A Plan for Town and Country*): os dois círculos têm o diâmetro de 10 e 20 milhas.

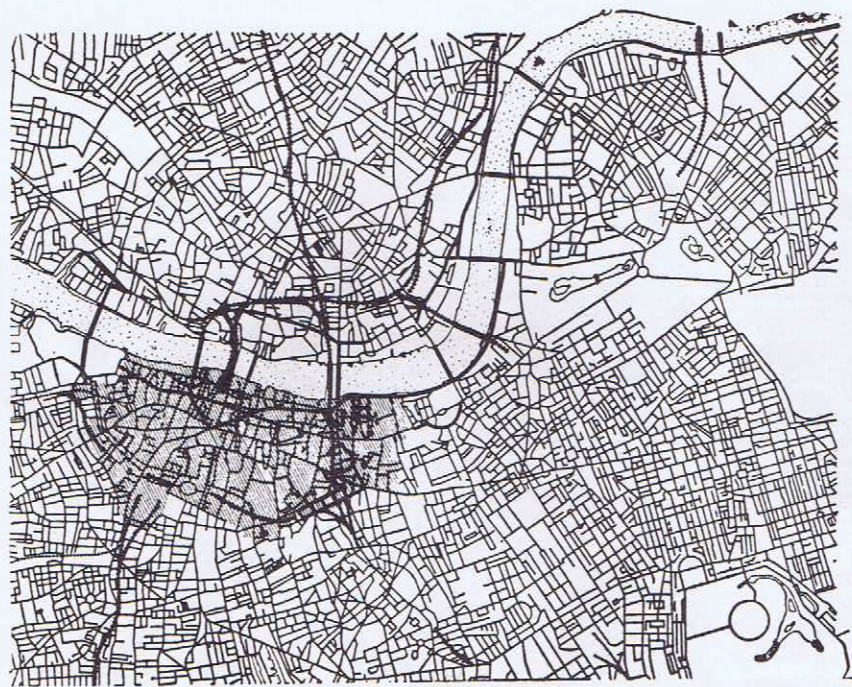


Figura 55: As principais obras públicas nos limites da City de Londres (indicada a tracejado) na segunda metade do século XIX; a negro contínuo os novos arruamentos e a negro espinhado as vias férreas.

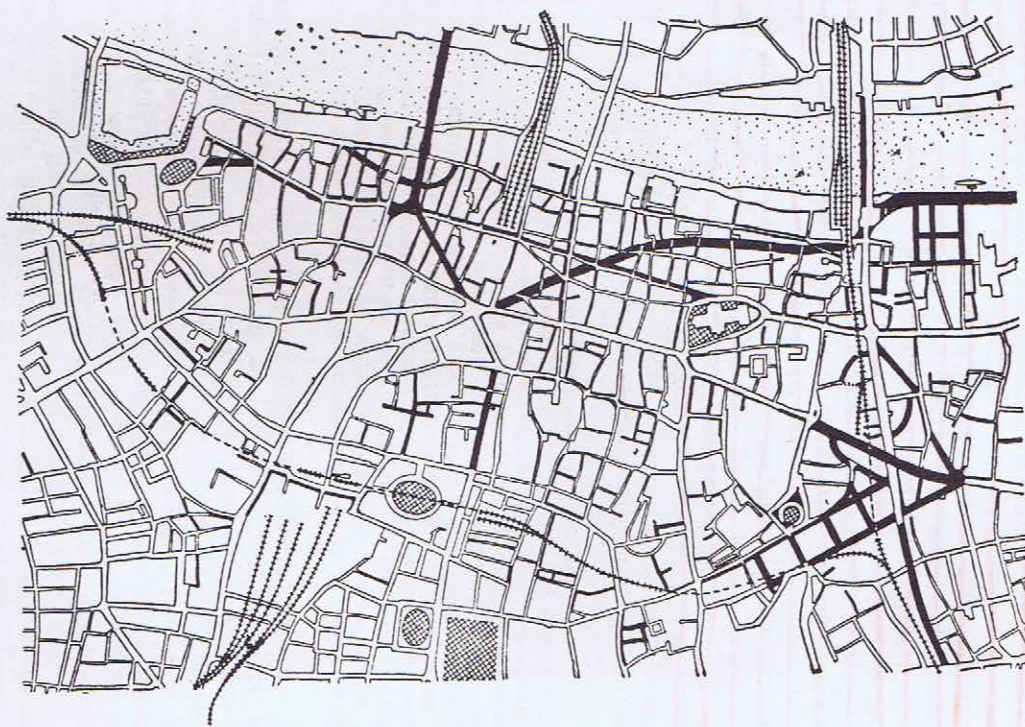


Figura 56: As novas ruas abertas na City na época vitoriana.



lhorar a qualidade dos alojamentos não extinguem, mas apenas deslocam para outras zonas, os *slums* e os bairros degradados que estão necessariamente ligados ao modo de produção capitalista.

A crítica de Engels é motivada sobretudo pela situação alemã da época; a indústria alemã dava então os primeiros passos e só podia suportar a concorrência francesa e inglesa mantendo os custos de produção mais baixos; isto tornava-se possível sobretudo pela fixação dos trabalhadores no campo ou nas colónias suburbanas, como proprietários de casas com hortas, das quais extraíam um rendimento insuficiente para o seu sustento, mas bastante para completar os baixos salários oferecidos pela indústria.

Aquilo que a família produz com o seu trabalho na sua pequena horta e no seu pequeno campo equivale a uma redução que a concorrência leva o capitalista a fazer sobre o preço da mão-de-obra; os operários são precisamente constrangidos a aceitar qualquer contrato, pois de outro modo nada recebem e não podem viver apenas do produto da sua terra; e como, por outro lado, é exactamente a posse e a exploração dessa terra, dessa propriedade, que os prende a esse local, não podem sequer procurar outra ocupação. É por este motivo que a Alemanha pode aparecer nos mercados mundiais com toda uma série de pequenos artigos a preços de concorrência. Todo o lucro do capital deriva assim de uma diminuição do salário normal, e por isso se pode oferecer ao comprador toda a mais-valia<sup>29</sup>.

Mas este raciocínio basta a Engels para refutar, sem mais achegas, as experiências de construção até então realizadas, ou antes, para renunciar a discuti-las. Ele apresenta a contradição entre o objectivo humanitário — melhorar as condições de vida dos trabalhadores — e a tendência capitalista para manter baixa estas condições, para reduzir o custo da mão-de-obra, apenas como uma mistificação a denunciar, quando se trata de um conflito repetidamente emergente das experiências concretas, que pôs em movimento uma complexa cadeia de acções e reacções. Deste modo, renuncia a contrapor um programa urbanístico alternativo à ilusão ou ao calculismo da burguesia reformadora; por exemplo, a tese da mobilidade da mão-de-obra, necessária para conservar íntegra a própria capacidade de contratação, exigiria um modelo habitacional diferente das colónias suburbanas de casas unifamiliares, como o dos blocos de vários pisos com alojamentos normalizados e serviços colectivos, mais tarde teorizado pelos urbanistas modernos entre as duas guerras; em vez disso, Engels prefere considerar o futuro ordenamento urbano como uma simples consequência da revolução eco-

<sup>29</sup> F. ENGELS, *op. cit.*

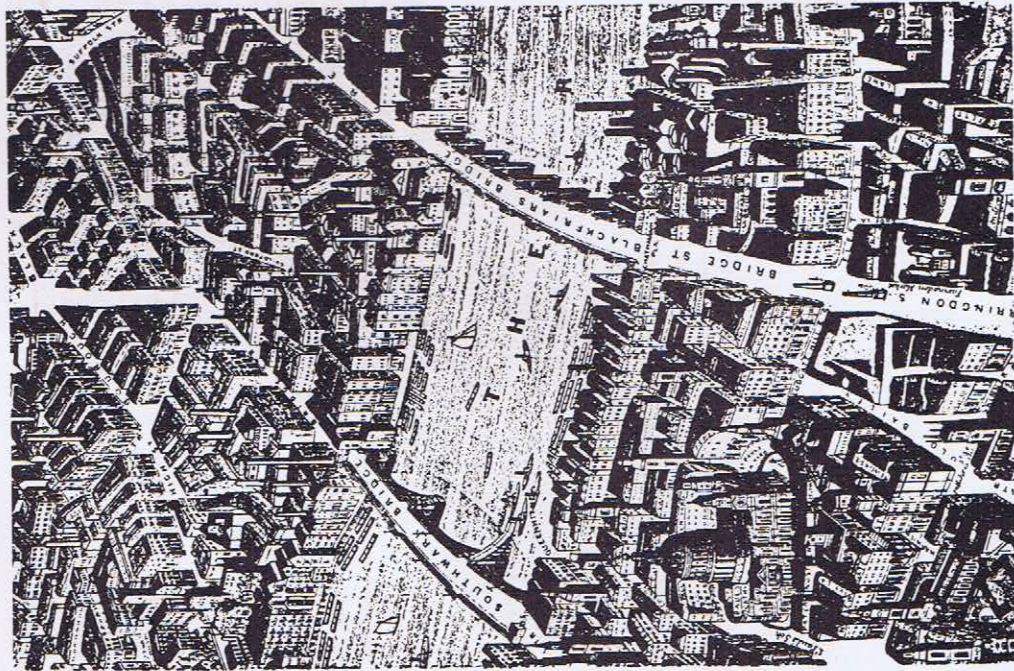


Figura 57: Uma parte da vista de Londres em 1851, publicada por Banks & Co.; casas e fábricas encontram-se inextricavelmente misturadas em ambas as margens do rio.

nômica para que deve tender o movimento operário, e absorver a questão da habitação, sem resíduos, na questão social. //

a crítica marxista aplica-se ao fenômeno urbanístico

Assim a crítica marxista, enunciando alguns princípios fundamentais para a interpretação das experiências em curso, deixa em aberto a sua aplicação no campo específico da programação das construções, mantendo-se por longo tempo alheia ao fenômeno urbanístico.

Os próximos passos em frente não virão por via dedutiva, aplicando ao campo urbanístico as conquistas da teoria política, mas por via indutiva, da repetida experiência das dificuldades e dos conflitos particulares, que impele alguns homens mais empenhados a subir ao longo da cadeia das causas e a alargar continuamente o seu empenhamento até reencontrar o elo perdido entre técnica e política.

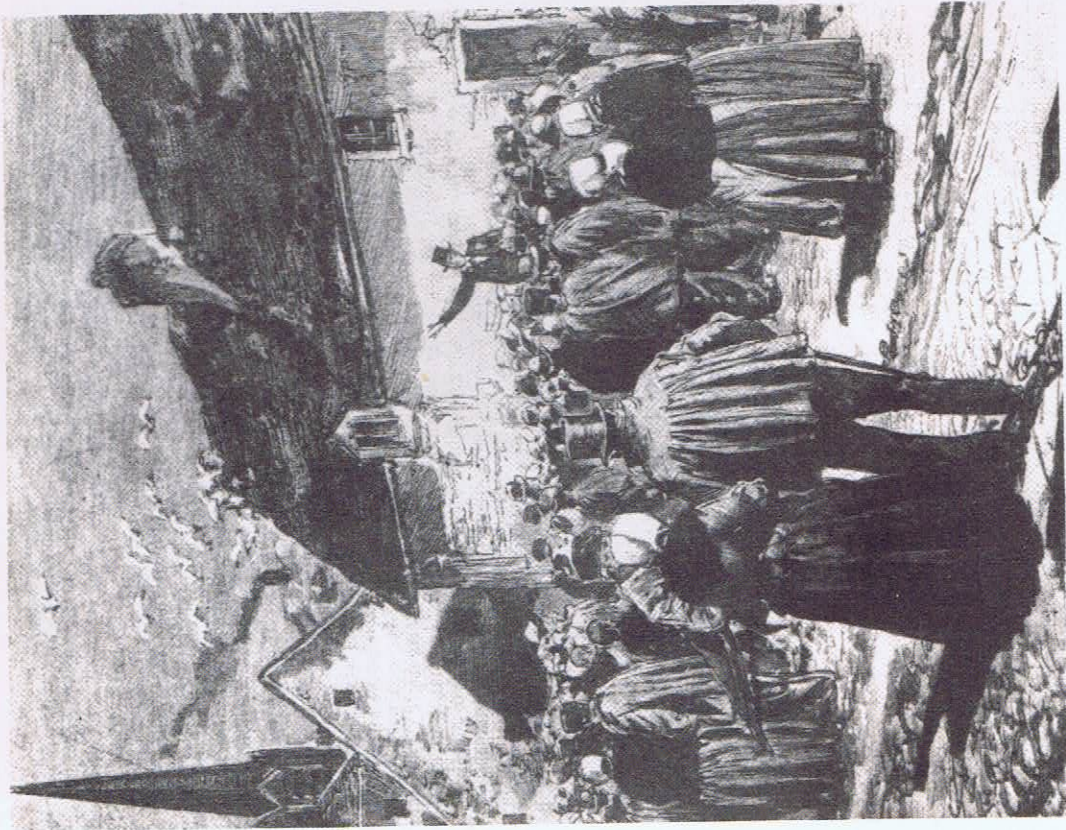
É este o itinerário de William Morris, que movendo-se numa esfera não distinta da de Young England, e partindo da constatação da rudeza do ambiente industrial, põe gradualmente a claro os mecanismos económicos e políticos que impedem dar-lhe remédio e chega por esta via ao socialismo, ou antes, empenha-se concretamente no movimento operário inglês.

O caso pessoal de Morris resume a evolução da melhor parte da cultura urbanística europeia.

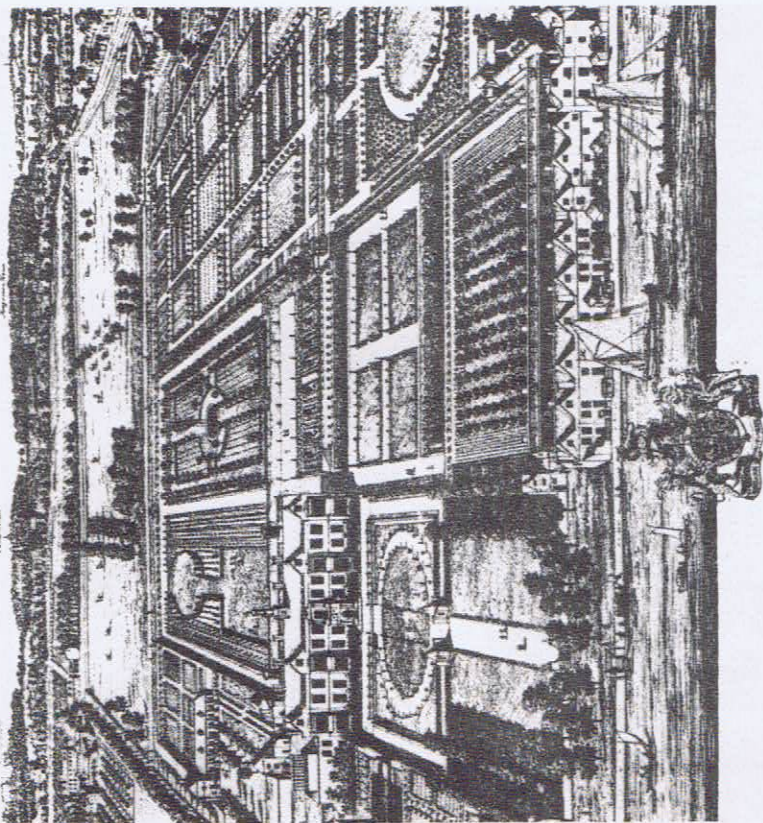
Tal como as propostas técnicas e utilizadas pelo reformismo paternalista para conservar precisamente a ordem social ameaçada pela revolução, também as iniciativas promovidas pelas forças conservadoras, uma vez traduzidas em realidade, puderam ser desenvolvidas em sentido contrário à motivação política de partida, e em seguida transformadas em armas para derrubar o sistema conservador.

Assim, as *ciés ouvrières* napoleónicas, as aldeias-modelo inglesas e as colónias dos Krupp são os primeiros anéis de uma cadeia de experiências que conduzirá à *cié industrielle* de Garnier, aos bairros de Berlage, à *Siedlgen* de Francfort e de Viena. Neste ponto, os factos exigem um novo confronto entre os programas urbanísticos e os programas políticos, que supere a ruptura aberta cem anos antes. E esta a tarefa com que hoje nos deparamos.

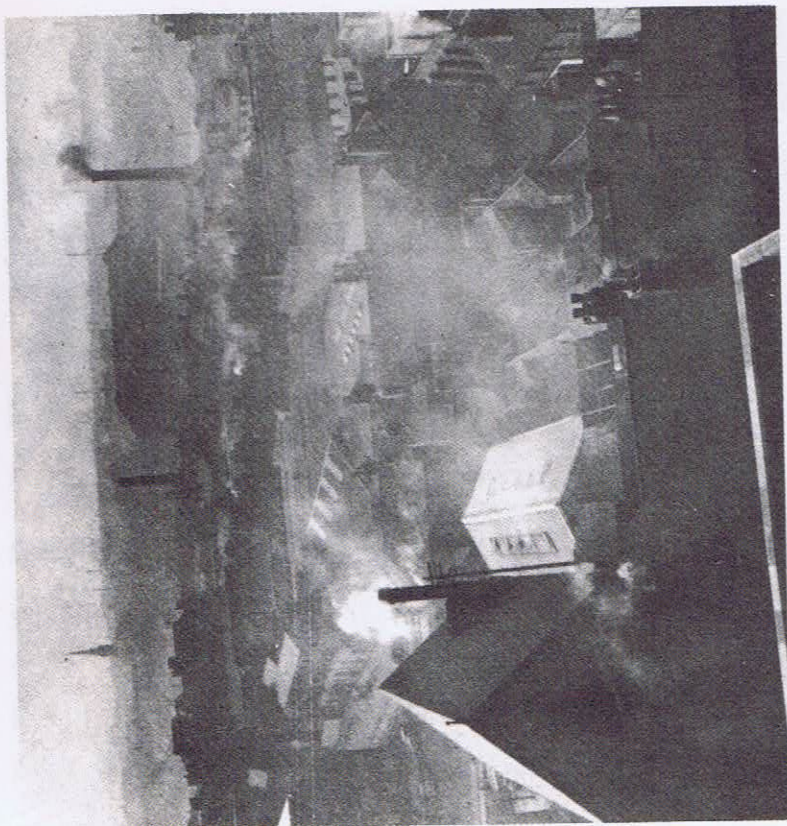
o desenvolvimento das iniciativas conservadoras, a partir da base do reformismo



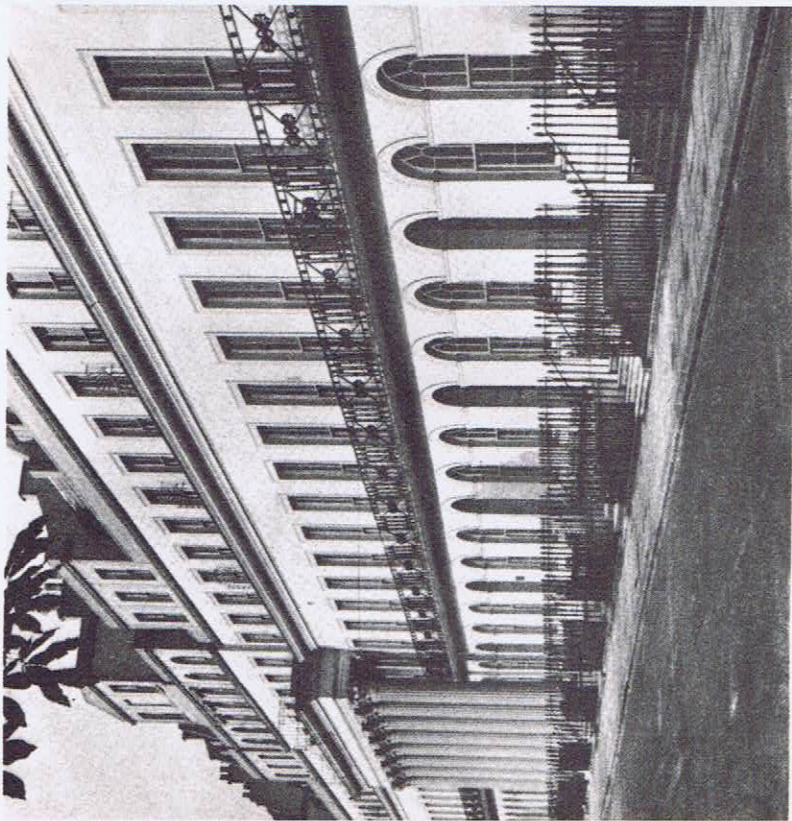
ILUST. 1: O conde Duriveau anuncia aos seus subordinados a instituição do Falanstério (ilustração de *Les Misères des Enfants Trouvés* de Eugène Sue).



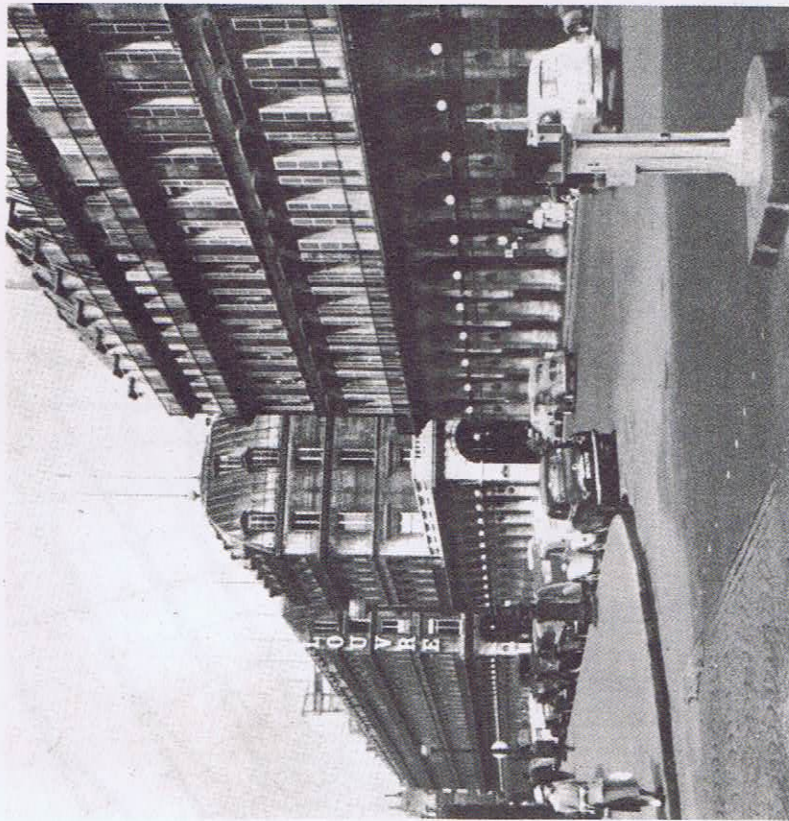
ILUST. 2: Uma paisagem da época barroca — a residência suburbana do conde de Worcester em Chelsea, Middlesex — onde os edifícios e os arranjos artificiais do terreno se inserem no ambiente natural seguindo uma relação fixa, calculada de uma vez para sempre. A mediação da arquitetura basta para tornar harmônico um quadro que se pretende imutável no tempo.

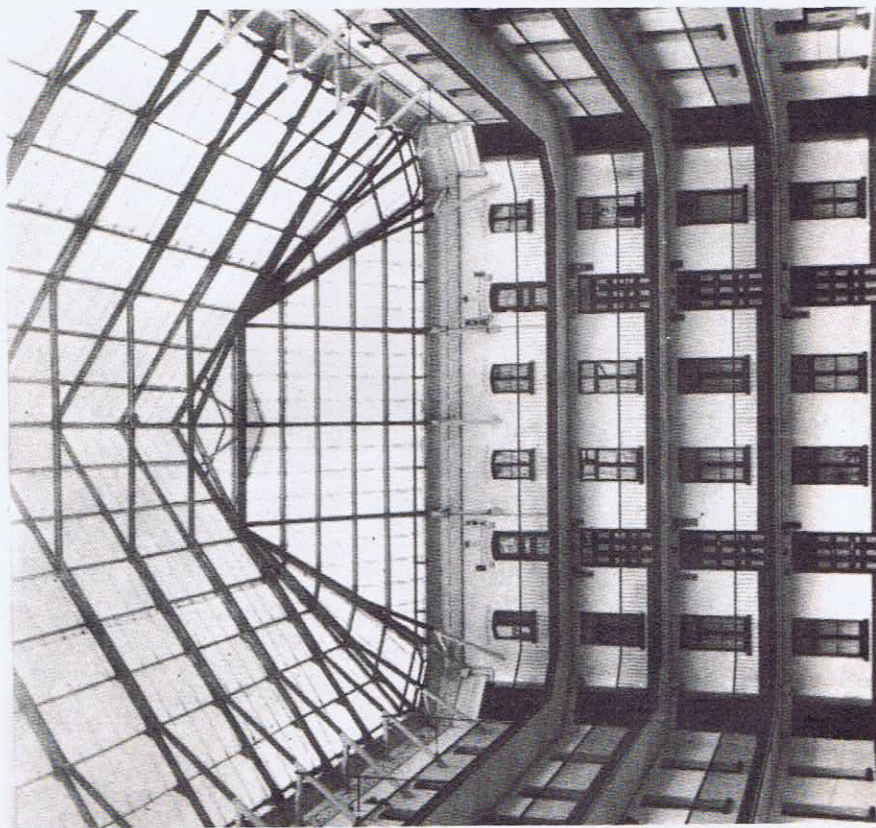


ILUST. 3: Os instrumentos da nova economia industrial, em rápida e contínua transformação, invadem o ambiente urbano e rural e circundam a periferia das cidades, atraindo para mais longe os limites da paisagem natural. É um quadro insólito e sempre precário, que se dilata e complica sem normas, porque não existem meios para controlar os seus mecanismos de crescimento.

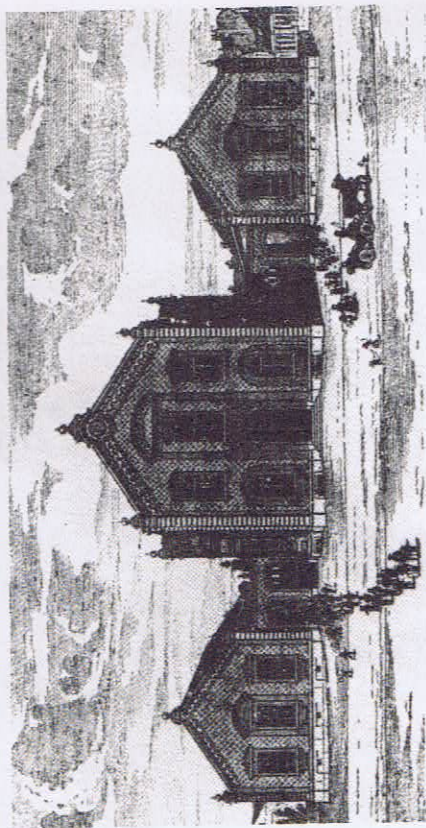
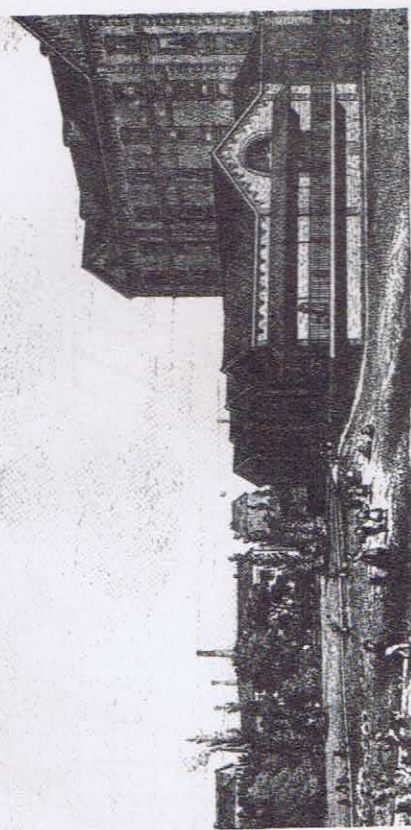


ILUST. 4 e 5: O quadro caótico das novas periferias contrapõe-se à absoluta regularidade dos arranjos urbanísticos monumentais dos primórdios do século XIX (as casas alinhadas de John Nash de frente a Regent's Park, em Londres, e as fachadas de Percier e Fontaine ao longo da Rue de Rivoli, em Paris). Mas a regularidade arquitectónica é apenas um expediente para uniformizar uma actividade de construção que também neste caso escapa ao controlo administrativo. Por trás das fachadas uniformes, os momentos e os modos das iniciativas imobiliárias individuais desenvolvem-se sem qualquer relação com o dispositivo urbanístico.

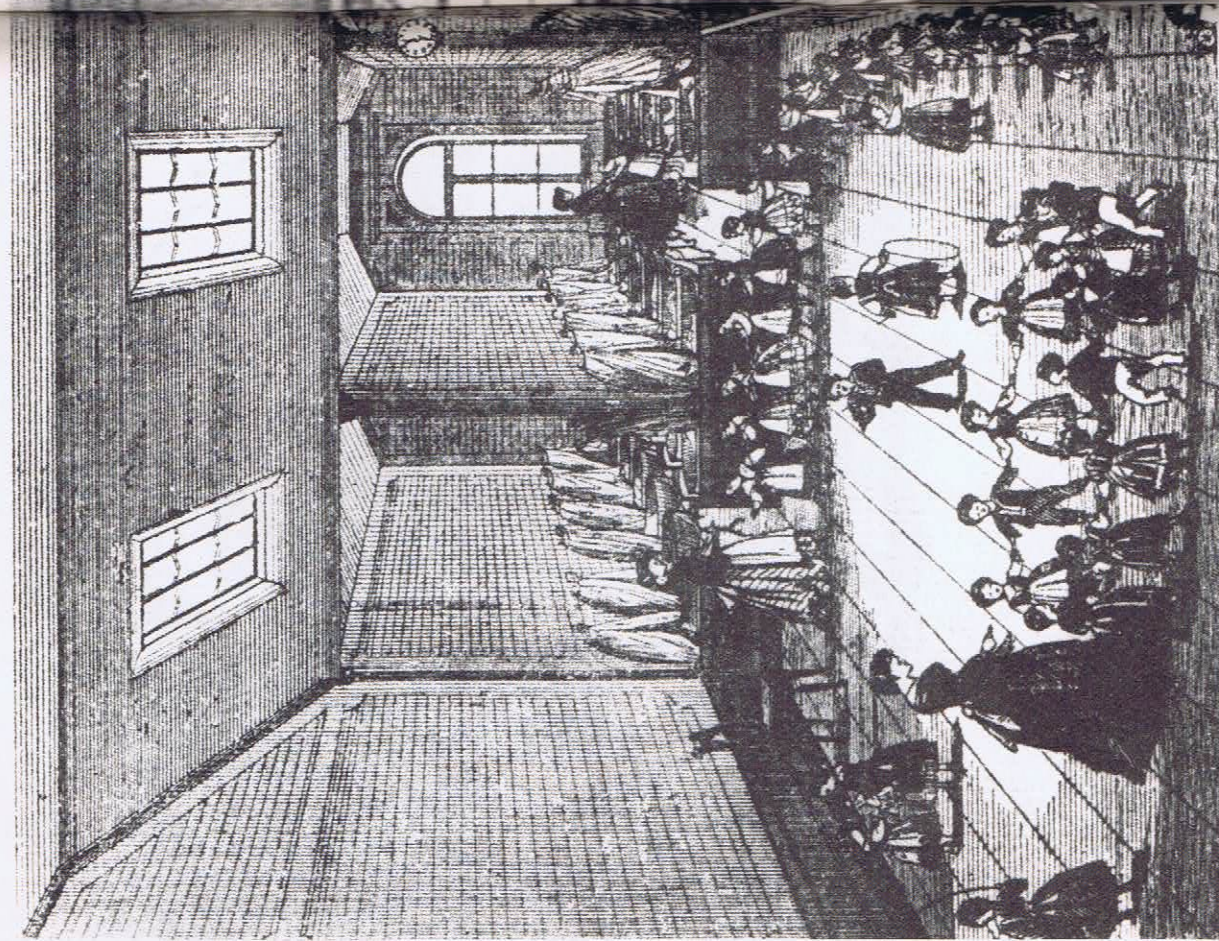
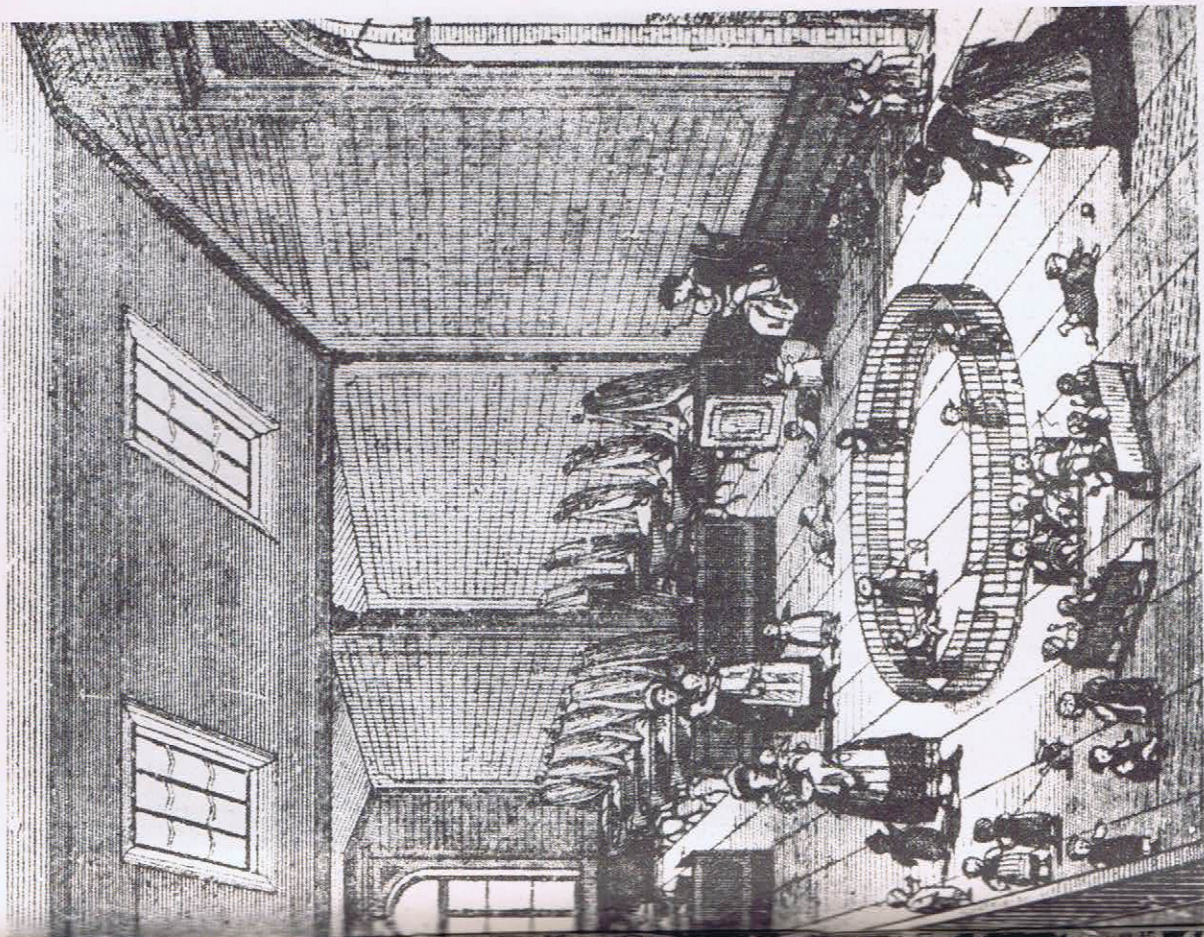




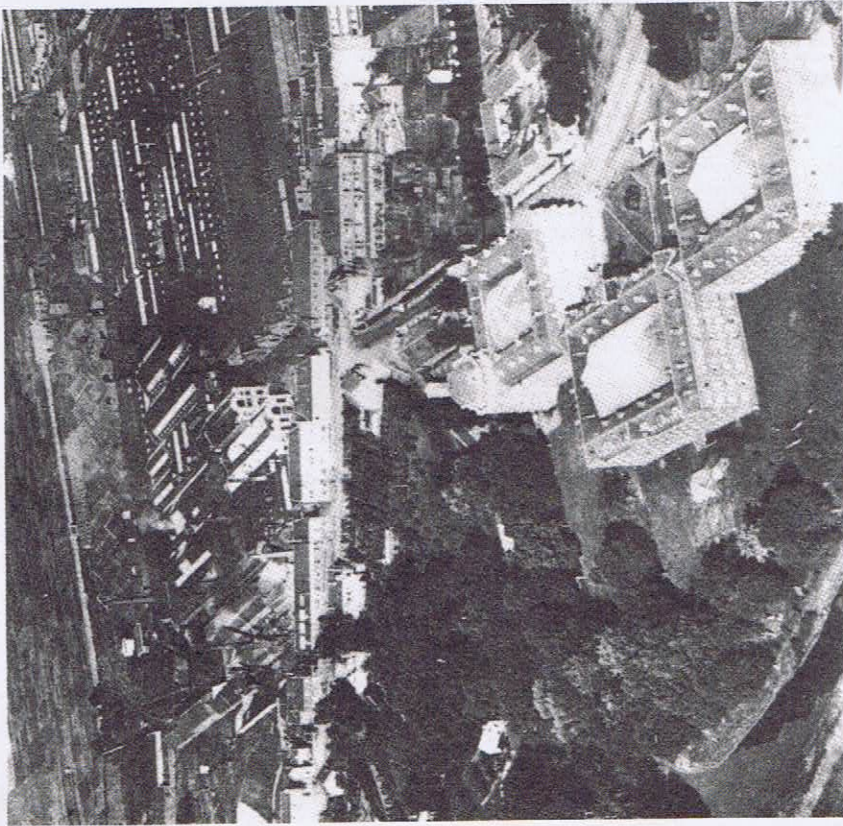
ILUST. 6: O interior do pátio do Familistério de Jean Baptiste Godin em Guisa.



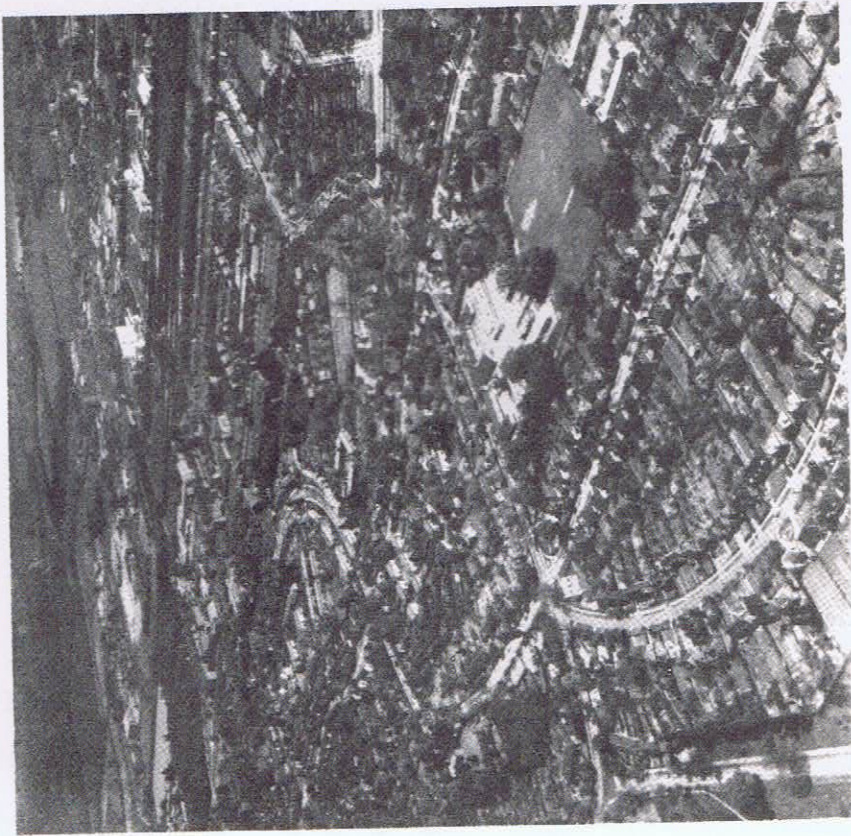
ILUST. 7 e 8: Duas vistas do Familistério de Jean Baptiste Godin em Guisa: o edifício da creche, junto ao corpo central do *palais social*, e o edifício das escolas com o teatro (em J. B. GODIN, *Solutions Sociales*).



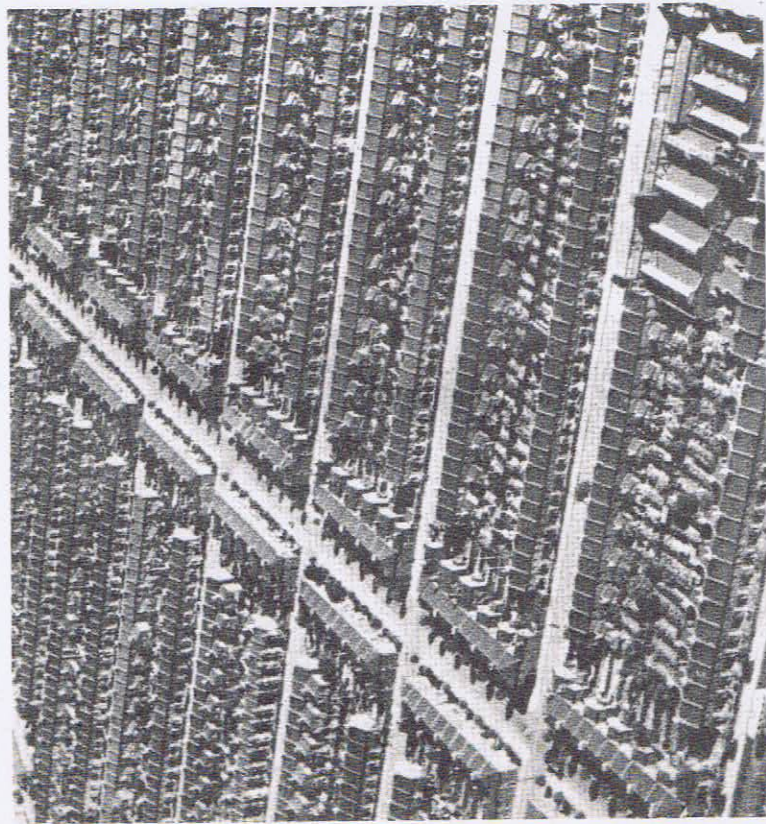
ILUST. 9: O interior da creche anexa ao Familistério (em J. B. GODIN, *Soluciones Sociales*).



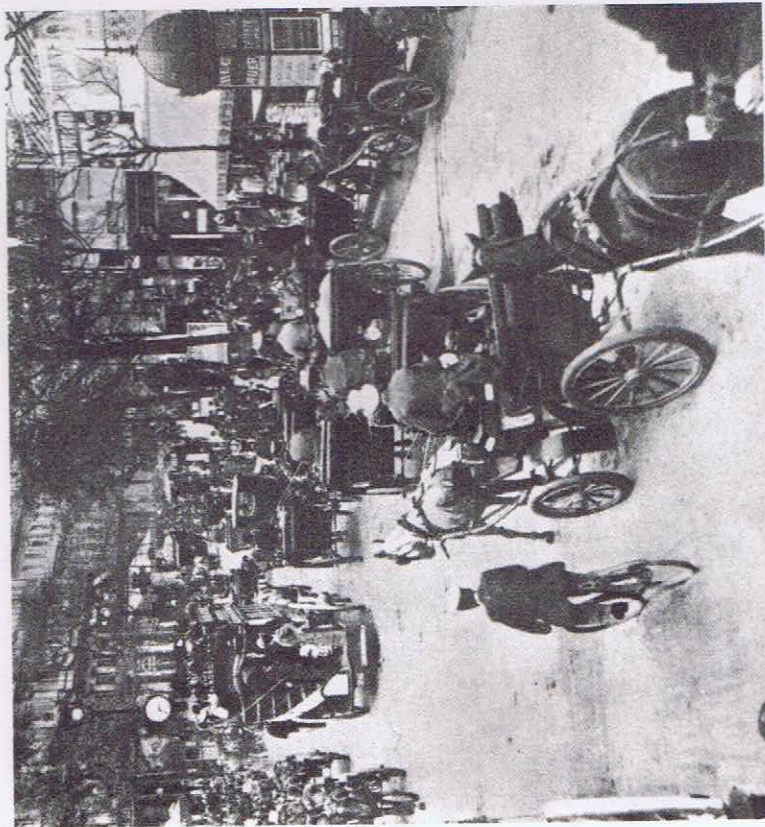
ILUST. 10: Uma vista aérea do Familistério de Godin, no estado actual (em R. AUZELLE, *Encyclopédie de l'Urbanisme*); a relação entre os blocos residenciais, imersos no verde, e a fábrica foi conservada não obstante as transformações e as ampliações.



ILUST. 11: A outra proposta cultural do século XIX para reconduzir à medida humana a paisagem industrial: a cidade-jardim (vista de Lechtworth); mas o delicado equilíbrio entre as residências e a actividade produtiva, teorizado por Howard, não resistirá ao diferente dinamismo destes factores, e a proposta howardiana reduzir-se-á a um modelo formal para projectar os bairros periféricos.

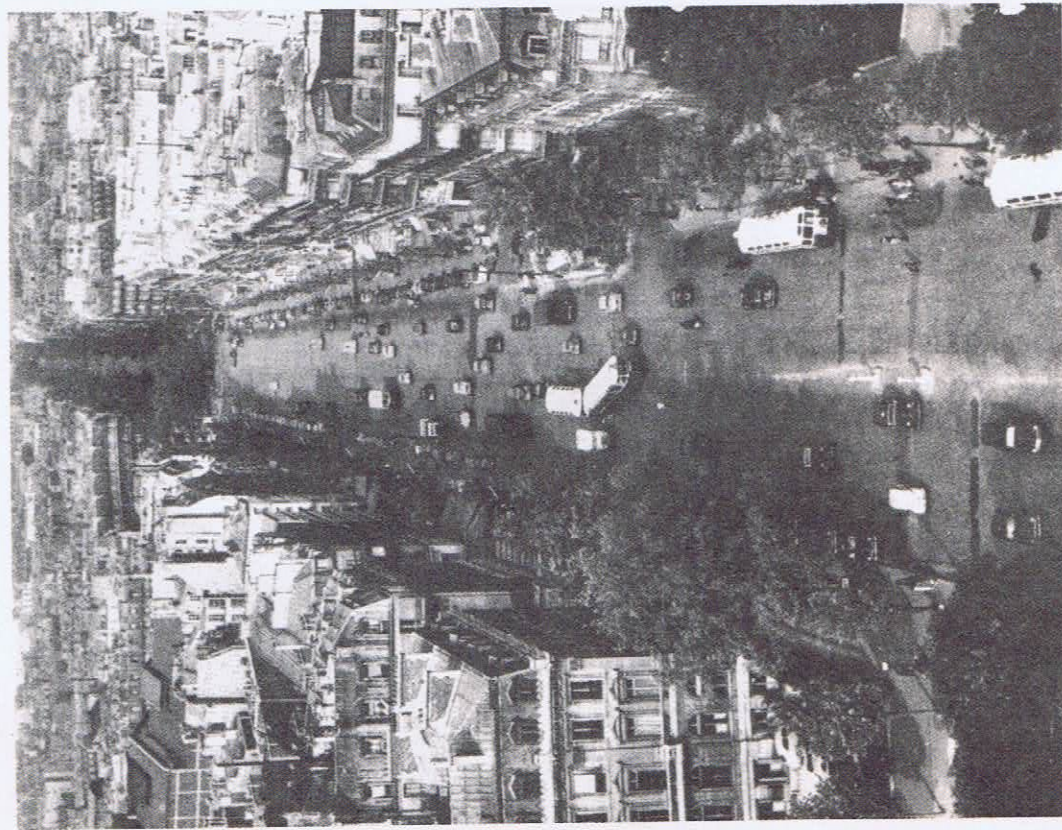


ILUST. 12: Fora das propostas e das iniciativas experimentais, a periferia das cidades cresce, nos finais do século XIX, disciplinada pela aplicação mecânica dos regulamentos da construção. Casas e ruas alinham-se interminavelmente até onde há conveniência económica em construir.

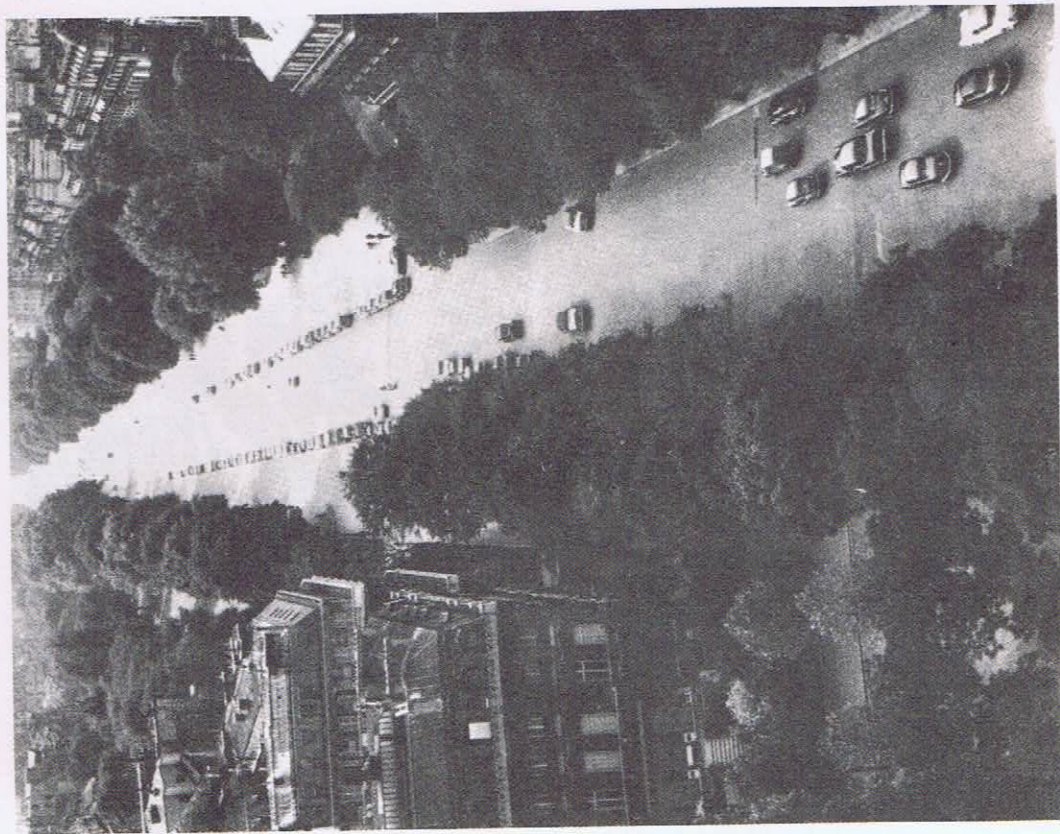


ILUST. 13: A rua de cidade, concebida e projectada na segunda metade do século XIX, ainda de acordo com os cânones da regularidade barroca, torna-se na realidade um espaço muito diferente pela importância preponderante dos elementos dinâmicos — a multidão, os veículos, os letreiros das lojas, o cenário ambiente — que se destacam em primeiro plano afastando e sufocando as arquitecturas de fundo (uma fotografia da Rua Richelieu em Paris, em 1904).

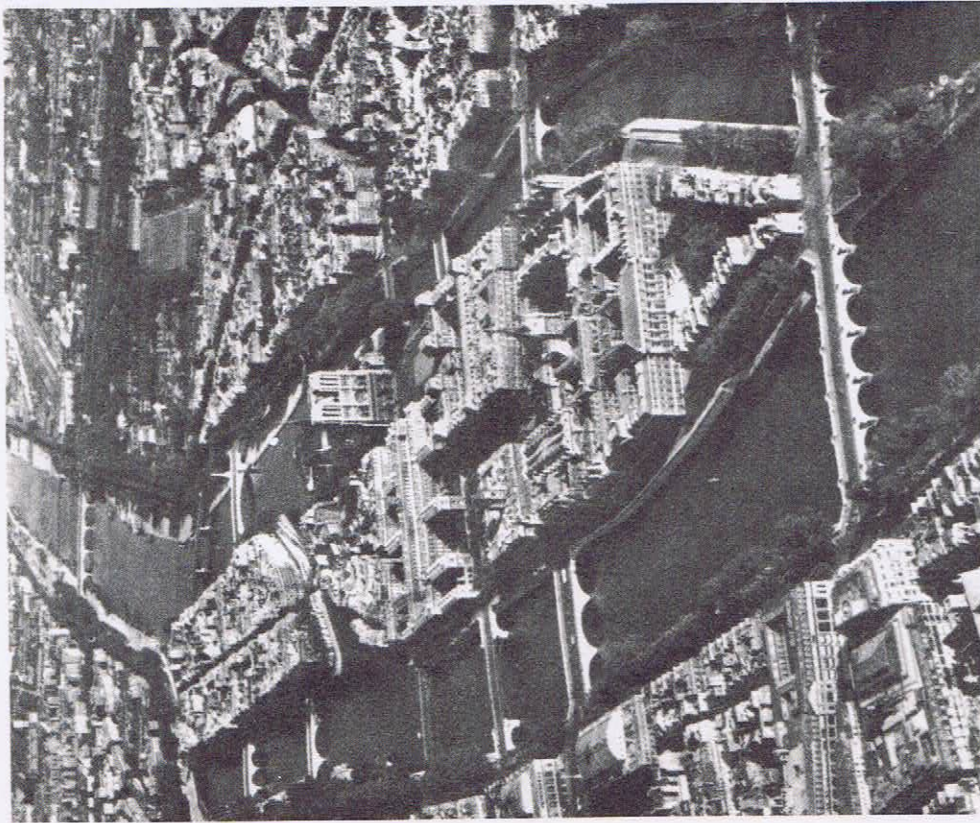




ILUST. 14 e 15: Duas ruas traçadas por Haussmann: Avenue de Wagram e Avenue Foch, vistas do alto do Arco do Triunfo. A primeira, típica rua do novo bairro elegante da Étoile, é calculada para oferecer à iniciativa dos construtores um aproveitamento razoável dos lotes adjacentes; por trás das fachadas que dão para a avenida, as necessidades de aproveitamento impõem



uma altíssima densidade, reduzindo ao mínimo as distâncias. A segunda, concebida como acesso principal ao Bois de Boulogne, é uma rua-parque flanqueada por massas de árvores contínuas: um dos melhores resultados da urbanística autoritária haussmanniana.



ILUST. 16: A Ile de la Cité em Paris, após a radical transformação operada por Haussmann; apenas numa pequena zona ao longo do flanco setentrional de Notre Dame sobrevive uma parte da antiga construção, que recorda as origens populares do velho centro cidadão; junto aos monumentos isolados e restaurados — a catedral, o palácio de justiça — alinham-se os novos edifícios monumentais, separados por largas ruas.

## ÍNDICE

Prefácio ... ..	9
I — A FORMAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL ... ..	13
II — A ÉPOCA DAS GRANDES ESPERANÇAS (1815-1848) ... ..	33
1. As Utopias do Século XIX ... ..	51
2. Os Primórdios da Legislação Urbanística Moderna em Inglaterra e em França ... ..	91
III — 1848 E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS ... ..	111